

VERA HELENA DENTEE DE MELLO

A SINTAGMATIZAÇÃO-SEMANTIZAÇÃO:
UMA PROPOSTA DE ANÁLISE DE TEXTO

Porto Alegre

2012

UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO GRANDE DO SUL
INSTITUTO DE LETRAS
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM LETRAS
ÁREA: ESTUDOS DA LINGUAGEM
ESPECIALIDADE: TEORIAS DO TEXTO E DO DISCURSO
LINHA DE PESQUISA: ANÁLISES TEXTUAIS E DISCURSIVAS

A SINTAGMATIZAÇÃO-SEMANTIZAÇÃO: UMA PROPOSTA
DE ANÁLISE DE TEXTO

VERA HELENA DENTEE DE MELLO

Tese de Doutorado em Teorias do Texto e do Discurso,
apresentada como requisito parcial para obtenção do
título de Doutor pelo Programa de Pós-Graduação em
Letras da Universidade Federal do Rio Grande do Sul.

Orientador: Prof. Dr. Valdir do Nascimento Flores

Porto Alegre

2012

Para o exercício da linguagem, o mundo não é um eterno retorno, mas uma constante criação. (DESSONS, 2006, p. 14)

Para minha querida mãe Frida e para meus amados filhos Stevan e Júlia.

Agradecimentos

É hora de dizer MUITO OBRIGADA a muitas pessoas:

- ao meu querido orientador, Valdir do Nascimento Flores, ser humano maravilhoso e estudioso incansável, cujas enunciações sempre iluminaram não só minhas leituras em enunciação como também minhas leituras do mundo;*
- à minha mãe Frida, a meus filhos Stevan e Júlia e ao Edegar, que compreenderam a minha ausência, quando, mesmo em feriados e finais de semana, eu ficava horas no escritório elaborando esta tese;*
- às minhas amigas-irmãs Liane, Mariane, Nilva, Rosângela, Ana Amélia, que sempre estão a meu lado em momentos de alegria e dissabores;*
- aos colegas da Unisinos que sempre torceram por mim;*
- aos integrantes do grupo de estudos sobre enunciação da Unisinos, com os quais tenho compartilhado dúvidas e buscado respostas;*
- à banca de qualificação da tese, cujas observações indicaram o caminho que, naquele momento, ainda tinha de ser trilhado em meu estudo;*
- à banca examinadora desta tese, pela disposição em ler meu trabalho durante seu período de férias e por discutir comigo as questões nele abordadas;*
- à Gisele, que dedicou muitas horas à adequação do trabalho às normas da ABNT.*
- ao Programa de Pós-Graduação em Letras da Universidade Federal do Rio Grande do Sul, que se empenha firmemente em formar profissionais qualificados.*

RESUMO

Esta tese apresenta, com esteio na Teoria da Enunciação de Émile Benveniste, uma proposta de análise de textos que explora a relação entre a sintagmatização e a semantização nos planos analítico e global. Pretende-se responder à seguinte questão no desenvolvimento do trabalho: qual o papel e a abrangência da sintagmatização na promoção de sentidos, na singularidade de cada instância enunciativa? Para nortear a análise, são derivados da teoria benvenistiana cinco princípios teórico-metodológicos: (1) o texto é um índice global de subjetividade; (2) o texto cria referência; (3) o texto é produzido na imbricação entre forma e sentido; (4) o texto constitui um modo de ação do locutor sobre o alocutário; (5) uma análise translinguística do texto focaliza a relação entre os planos global e analítico. O trabalho situa-se, pois, na segunda via proposta por Benveniste na ultrapassagem da noção saussuriana do signo como princípio único: a análise translinguística, pela elaboração de uma metassemântica erigida sobre a semântica da enunciação. O desenvolvimento da análise de textos corrobora a hipótese de que, se os índices específicos apontam para os elementos do quadro enunciativo (eu-tu-aqui-agora), os procedimentos acessórios (sintagmatização) fazem emergir o sujeito que advém da enunciação, atestando a singularidade de cada ato enunciativo. Evidencia-se, na análise, que cada texto possui um mecanismo enunciativo particular, dependendo da forma como o locutor produz sentidos em uma dada relação interlocutiva: o primeiro tem como mecanismo estruturante a não pessoa; o segundo, a pessoa e o terceiro, o tempo. Conclui-se que é no rompimento da complexidade das formas – convivência e conivência das palavras e estruturas entre si – que se deve buscar o sentido.

Palavras-chave: enunciação. translinguística. análise de textos. sintagmatização. semantização.

RÉSUMÉ

Cette thèse présente, en appui sur la théorie de l'énonciation d'Emile Benveniste, une proposition pour l'analyse de texte qui explore la relation entre sémantisation et syntagmatisation sur les plans analytique et global. Au cours du développement du travail, notre intention est de répondre à la question suivante: quels sont le rôle et la portée de la syntagmatisation dans la promotion du sens, dans la singularité de chaque instance énonciative? A fin d'orienter l'analyse, sont dérivés de la théorie benvenistienne cinq principes théorique-méthodologiques: (1) le texte est un indice global de la subjectivité, (2) le texte crée des références, (3) le texte est produit dans l'imbrication de la forme et du sens; (4) le texte est un mode d'action du locuteur sur l'allocataire; (5) une analyse translinguistique du texte se focalise sur la relation entre les plans global et analytique. Le travail se situe donc sur la deuxième voie proposée par Benveniste dans le dépassement de la notion saussurienne du signe en tant que principe unique: l'analyse translinguistique à travers l'élaboration d'une méta-sémantique construite sur la sémantique de l'énonciation. Le développement de l'analyse de textes corrobore l'hypothèse que, si les indices spécifiques pointent vers les éléments du cadre énonciatif (je-tu-ici-maintenant), les processus accessoires (syntagmatisation) font apparaître le sujet qui découle de l'énonciation, attestant la singularité de chaque acte énonciatif. Il ressort lors de l'analyse que chaque texte possède un mécanisme énonciatif particulier, selon la manière dont le locuteur produit des sens dans une relation interlocutive donnée: le premier possède comme mécanisme structurant la non-personne; le deuxième, la personne et le troisième, le temps. Nous concluons que c'est dans la rupture de la compléxité des formes – convivence et connivence des mots et des structures entre eux – que le sens doit être recherché.

Mots-clé: énonciation. translinguistique. analyse de textes. syntagmatisation. sémantisation.

LISTA DE FIGURAS

Figura 1 – Organograma: noções da Teoria da Enunciação de Benveniste e os planos textuais global e analítico.....	85
Figura 2 – Sintagmatização-semantização textual: imbricação de noções fundantes da Teoria da Enunciação de Benveniste	99
Figura 3 – Planos global e analítico: relação entre os princípios propostos.....	100

LISTA DE TABELAS

Tabela 1 - Total de exemplares e de artigos analisados em cada revista.....	19
Tabela 2 - Exemplares e artigos em que se verifica a presença de Benveniste.....	19
Tabela 3 - Número de artigos – por área de estudos linguísticos – em que comparece Benveniste	19

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	12
1 DIAGNÓSTICO DA PRESENÇA DE BENVENISTE EM ESTUDOS CONTEMPORÂNEOS DE LINGUAGEM: ARTIGOS E LIVROS PUBLICADOS NO BRASIL	17
1.1 A presença de Benveniste em artigos publicados no Brasil	18
1.1.1 Quantificação dos resultados obtidos	18
1.1.2 Como Benveniste comparece em artigos que tratam de texto/discurso	20
1.1.3 Algumas considerações	28
1.2 A presença de Benveniste em livros que contemplam teorias do texto e do discurso	30
1.2.1 A interação humana por meio da linguagem	30
1.2.2 O interacionismo sociodiscursivo.....	32
1.2.3 Temporalidade, espacialidade e actorialidade	33
1.2.4 Análise do discurso: textos jornalísticos e publicitários.....	36
1.2.5 Análise semi-discursiva: o discurso da informação.....	38
1.2.6 Análise textual dos discursos.....	40
1.2.7 Algumas constatações.....	44
2 PRINCÍPIOS DA TEORIA DA ENUNCIÇÃO DE ÉMILE BENVENISTE	46
2.1 Pessoa e não pessoa	48
2.1.1 Intersubjetividade	50
2.2 Forma e sentido	55
2.2.1 A frase	61
2.2.1.1 A sintagmatização.....	65
2.2.1.2 A referência	68
2.2.1.3 Tempo-espaço.....	69
2.3 O aparelho formal da enunciação	72
2.3.1 Aspectos da enunciação.....	72
2.3.2 Índices específicos e procedimentos acessórios	76
3 PROPOSIÇÃO DE PRINCÍPIOS TEÓRICO-METODOLÓGICOS PARA UMA ABORDAGEM DO TEXTO NUMA PERSPECTIVA ENUNCIATIVA	79
3.1 Sobre os dados de análise	79
3.2 Unidade de análise	81
3.3 Princípios teórico-metodológicos	84
3.3.1 O texto é um índice global de subjetividade	86
3.3.2 O texto cria referência	88
3.3.3 O texto é produzido na imbricação entre forma e sentido.....	90
3.3.4 O texto constitui um modo de ação do locutor sobre o alocutário	94
3.3.5 Uma análise translíngua do texto focaliza a relação entre os planos global e analítico.	98

4 ANÁLISE TRANSLINGUÍSTICA DE TEXTOS: O DOMÍNIO DA METASSEMÂNTICA	101
4.1 Análise do texto “O quadro-negro do futuro”	101
4.2 Análise do texto “Salário recuperado. Brigada Militar mais forte. Estado mais seguro.”	111
4.3 Análise do texto “Coxas confiantes”	120
CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	130
REFERÊNCIAS	135

INTRODUÇÃO

Muitos trabalhos que têm como objeto de estudo o texto já foram publicados. Entre os estudiosos que se preocupam em desvendar os “segredos” do texto, sublinhamos os nomes de alguns expoentes, como Jean-Michel Adam, Patrick Charaudeau, Dominique Maingueneau, Jean-Paul Bronckart e, no Brasil, Ingedore Villaça Koch e José Luiz Fiorin. Não discordamos dessas vozes; no entanto, visamos a propor um estudo de texto por um viés diferente, ainda pouco explorado na linguística brasileira: a perspectiva enunciativa de vertente benvenistiana. Como principais suportes teóricos, valer-nos-emos dos dois tomos de *Problemas de Linguística Geral* (I e II), doravante denominados PLGI e PLGII.¹

Além da carência de estudos de texto com base na Teoria da Enunciação benvenistiana, nosso interesse em propor tal estudo justifica-se pelo fato de que, na realidade escolar, as noções de forma e sentido, que deveriam estar sempre vinculadas, são geralmente divorciadas. O texto ainda é utilizado por muitos professores como um “depósito” de categorias gramaticais e estruturas sintáticas a serem rotuladas, privilegiando a forma em detrimento do sentido. Ao lado dessa realidade, há os que “fogem” da forma, da “gramática” presente no texto, elaborando perguntas cuja resposta está pronta na superfície do texto ou que requerem tão somente a opinião do aluno sobre o tema explorado no texto.

Como ponto de partida, julgamos necessário considerar que é no uso que os recursos disponibilizados no sistema formal da língua assumem sua função, isto é, atualizam-se. Assim, embora possa haver regularidades em textos pertencentes a determinado gênero textual, não podemos perder de vista que o locutor, por meio da sintagmatização², que transforma a língua – mera virtualidade – em discurso, promove sentidos (semantização). Nessa concepção, o texto, produto da enunciação, é sempre singular, pois o aparelho formal da enunciação é sempre reconfigurado.

Propomo-nos a encarar o desafio de construir, defender e partilhar um estudo que focalize o papel da sintagmatização na produção de sentidos. À luz da Teoria da Enunciação

¹ Além dessas obras, recorreremos a estudos de importantes leitores de Benveniste, que buscam elucidar sua teoria, entre os quais destacamos obras de Claudine Normand, Aya Ono, Gérard Dessons, José Luiz Fiorin, Valdir do Nascimento Flores e Marlene Teixeira.

² Benveniste utiliza esse neologismo no artigo *A forma e o sentido na linguagem* (cuja primeira publicação ocorreu em 1966), apresentado na obra *Problemas de linguística geral II* (1989). Optamos por empregar o termo *sintagmatização* (e não *sintagmação*), levando em conta o seguinte processo de formação: sintagma (substantivo) → sintagmatizar (verbo, com acréscimo do sufixo “-izar”) → sintagmatização (substantivo, com acréscimo do sufixo “-ção”). Tal termo é de suma importância para os objetivos que temos. Em testemunho disso, basta aludir a sua presença no próprio título da tese. No decorrer de nosso trabalho, é apresentada reflexão mais pontual acerca do termo e de sua utilização nesta tese.

de Émile Benveniste, que nos autoriza a afirmar que forma e sentido convivem no uso da língua, desenvolveremos um estudo teórico-prático de abordagem de textos, procurando responder à seguinte questão: qual o papel e a abrangência da sintagmatização na promoção de sentidos, na singularidade de cada instância enunciativa (*eu-tu-aqui-agora*)?

Consideramos que o estudo de textos, em termos pedagógicos, tem muito a ganhar se for contemplado pelo olhar da Teoria da Enunciação benvenistiana, uma vez que partirá da concepção de forma e sentido como *noções gêmeas*, focalizando o **o quê** (semantização)³ e o como (sintagmatização) dos textos, nos planos global e analítico. Pensamos que, se nosso olhar se dirigir para o “como”, apreenderemos o “o quê”.

Benveniste afirma que a sintagmatização das **palavras**, que se dá na língua-discurso, produz “uma semântica própria, uma significação do intentado” (BENVENISTE, 1989a, p. 233-234). É preciso chamar a atenção para o fato de que, na versão brasileira de PLGII, a expressão “une signification de l’intenté” usada por Benveniste (1974, p. 229) em *Problèmes de linguistique générale 2* foi traduzida como “significação intencionada”. Ao consultarmos o dicionário *Larousse* (*on-line*), deparamos com a seguinte definição do verbo “intenter”: “intentar uma ação na justiça (contra alguém), formar uma demanda na justiça”⁴. Parece-nos, pois, que essa expressão seria mais bem traduzida por “significação do intentado”, que tem um valor fortemente pragmático, no sentido de que, atualizando seu pensamento por meio da frase, o locutor age sobre o alocutário, buscando instaurar uma nova realidade. Para “intencionado”, a palavra em francês é “intentionné”. Assim, nesta tese, usaremos o termo “intentado” em lugar de “intencionado”.

Segundo Benveniste, as palavras mantêm somente uma pequena parte do valor que tinham enquanto signos. Em nossa tese, a noção de sintagmatização será ampliada, pois, além do arranjo de palavras que forma sintagmas nominais, verbais, adjetivais, preposicionais e adverbiais, consideramos que a sintagmatização se dá em diversos outros níveis (inferiores ou superiores): nos processos de formação de palavras, pela junção de prefixos e sufixos; na conexão de orações; no encadeamento de períodos; na articulação de parágrafos; na relação dos segmentos textuais (plano analítico) com o plano global do texto.

³ A semantização (substantivo derivado do verbo “semantizar”), operada no processo de transformação da língua em discurso, é uma ação intimamente relacionada à sintagmatização, pois o arranjo sintagmático promovido pelo locutor faz com que se produzam determinados efeitos de sentido. Assim como forma e sentido são noções gêmeas, pode-se afirmar que as ações de sintagmatizar e de semantizar também estão imbricadas na língua em funcionamento.

⁴ No francês: “intenter une action en justice (contre quelqu’un), former une demande en justice”. (DICTIONNAIRE Larousse. Disponível em: <<http://www.larousse.fr/dictionnaires/francais/intenter>>. Acesso em: 13 maio 2011).

Partindo do pressuposto de que “o núcleo de qualquer teoria enunciativa é o sentido” (FLORES et al., 2008, p. 33), defendemos a ideia de que, na *análise translinguística*⁵, não se pode dirigir o olhar apenas para uma parte do todo, mas é preciso relacionar a sintagmatização operada nos planos analíticos com a macrossintagmatização⁶. Assim, a semantização do texto, a que se subordina sua sintagmatização, está intimamente relacionada à semantização de unidades menores, e vice-versa.

Nossa hipótese é a de que a colocação da língua em funcionamento, que é sempre um ato inédito do locutor, leva, muitas vezes, a desconstruções, a rupturas, a subversões com vistas à produção de sentidos. Devido a sua singularidade, como produto de um ato intersubjetivo, cada texto possui uma configuração própria do aparelho formal de enunciação proposto por Benveniste – entendida como uma relação específica entre forma e sentido –, existindo, portanto, a configuração disponibilizada⁷ pela língua e aquela, cada vez única, construída no texto. Ao lado dos índices específicos, que apontam para os elementos do quadro enunciativo (eu-tu-aqui-agora), o locutor se vale de procedimentos acessórios, que consistem na sintagmatização singular de cada texto.

No estudo de texto, numa perspectiva enunciativa, devem ser consideradas as diferentes configurações do aparelho formal de enunciação: o aparelho se configura diferentemente em cada situação enunciativa e, para tanto, ele se vale das relações que há na língua. Mas tais relações são apenas possibilidades de língua: apenas na enunciação é que elas realmente acontecem. Cada texto possui uma espécie de “gramática”, isto é, uma sintagmatização própria, e essa configuração singular, construída a cada nova enunciação, desconstrói, subverte, instabiliza o que é aparentemente tido como estável.

Não ignoramos, porém, que, ao lado da possível instabilidade linguística acarretada pela intervenção do sujeito quando a língua é submetida à enunciação, há certas regularidades

⁵ No artigo *Semiologia da língua* (1969), publicado em *Problemas de linguística geral II*, Benveniste (1989, p. 67, grifo nosso) afirma ser “necessário **ultrapassar** a noção saussuriana do signo como princípio único, do qual dependeria simultaneamente a estrutura e o funcionamento da língua”. E propõe que essa ultrapassagem ocorra por meio de duas vias:

- a) na análise *intranslinguística*, na dimensão do discurso, que ele denomina semântica e distingue da semiótica (ligada ao signo);
- b) na análise *translinguística* dos textos, das obras, elaborando-se uma metassemântica, construída sobre a semântica da enunciação.

⁶ Denominamos *macrossintagmatização* o arranjo sintagmático que se realiza no plano global do texto.

⁷ Benveniste, em *O aparelho formal da enunciação* (1970), artigo publicado em *Problemas de linguística geral II* (1989, p. 84), prevê “formas específicas cuja função é colocar o locutor em relação constante e necessária com sua enunciação”. Essas formas são os índices de pessoa (pronomes pessoais *eu* e *tu*), índices de ostensão (*este*, *aqui*), formas temporais (tempos verbais, cuja forma axial é o presente), as condições necessárias às grandes funções sintáticas (interrogação, intimação, asserção), modalidades formais (pertencentes aos verbos, como os modos verbais, ou à fraseologia, como advérbios do domínio epistêmico).

que permitem enquadrar os textos em determinado gênero textual. Em nosso trabalho, tais regularidades não serão contempladas, uma vez que nosso foco é a relação forma-sentido no universo textual, a qual permite flagrar a representação do sujeito que, de forma explícita ou velada, advém da enunciação.

Se todo enunciado emana de um locutor, não há como pensar que não carregue as marcas do processo de o locutor enunciar. A construção da referência pode ser subjetiva ou objetiva (o que, parece-nos, tem relação com os gêneros textuais), mas a sintagmatização, o uso do sistema, é sempre subjetivo. Podemos, pois, argumentar que todo texto (produto da enunciação) possui uma “gramática”, concebida não como conjunto de regras a serem seguidas, mas como arranjo linguístico construído pelo sujeito com vistas à produção de sentidos. São esclarecedoras as palavras de Claudine Normand (2009, p. 105) no que se refere à intervenção do sujeito na língua:

Percebe-se então que um locutor nem mesmo precisa forçar a língua (“trapacear”) para produzir efeitos de sentido surpreendentes e que os enunciados mais comuns, cuja forma é esquecida até se tornar transparente, encerram uma potencialidade significante que a análise pode tornar visível rompendo a complexidade das formas.

Flores (2001, p. 59), ao se referir ao método e ao *corpus* em *linguística da enunciação*, esclarece: “A *linguística da enunciação* toma para si não apenas o estudo das marcas formais no enunciado, mas refere-as ao processo de sua produção: ao sujeito, tempo e espaço”.

Assim, o *corpus* do estudo que desenvolveremos não são “dados”, mas fatos linguísticos a serem analisados à luz da teoria da enunciação de vertente benvenistiana, o que vai ao encontro do que propõe Flores (2001, p. 59): “[...] não se trata de algo ‘dado’ enquanto evidência, mas do produto de um construto teórico”.

Nosso objeto de estudo são três textos pertencentes a diferentes gêneros textuais, nos quais analisaremos a sintagmatização-semantização textual, tendo sempre presentes os princípios (1) de que a língua é intersubjetiva, (2) de que a unidade linguística é a frase⁸ e (3) de que a língua é um sistema de signos referenciais, princípios estes também defendidos por Lichtenberg (2006), amparada nas ideias de Benveniste.

Explicitados os objetivos, as hipóteses, os princípios norteadores e o objeto de estudo, cumpre-nos agora explicitar o percurso a ser seguido na organização de nosso trabalho. No primeiro capítulo, apresentamos um diagnóstico da presença de Benveniste em obras (artigos

⁸ Na Teoria da Enunciação de Benveniste, a frase é atribuição de referência ao sujeito e à situação enunciativa. Assim, podemos entender a frase como enunciado, produto de um ato de enunciação, que pode ser constituído de um sintagma simples (“Socorro!”), de um sintagma complexo (“Cada macaco no seu galho”), de um sintagma oracional (“Prestem atenção!”) ou de uma unidade discursiva maior (texto), constituída de vários sintagmas oracionais.

e livros) publicadas no Brasil. Embora apresentemos uma espécie de “estado da arte”, o critério que adotamos é somente ilustrativo, uma vez que não temos a pretensão de exaustividade. Analisamos, primeiramente, artigos de periódicos (*Alfa, Cadernos de Estudos Linguísticos, Calidoscópico, Delta, Letras de Hoje, Organon e ReVEL*) em que Benveniste é citado, com o propósito de verificar em que medida e de que forma a teoria desse linguista respalda estudos da linguagem. Circunscrevemos nossa pesquisa às produções bibliográficas dos últimos anos – de 2000 a 2011. Além da investigação de artigos, analisamos também livros publicados no Brasil os quais desenvolvem estudos (teóricos e/ou práticos) concernentes ao texto ou ao discurso. Adotamos, como primeiro critério de seleção dessas obras, a citação de Benveniste nas referências; em segundo lugar, consideramos a relevância desses livros para o desenvolvimento dos estudos de texto/discurso no Brasil. Assim como na análise dos artigos, focalizamos a forma como a Teoria da Enunciação benvenistiana comparece nas obras analisadas. Consultamos obras dos seguintes autores: Ingedore Villaça Koch (1998), Jean-Paul Bronckart (1999), José Luiz Fiorin (2002), Dominique Maingueneau (2002), Patrick Charaudeau (2006) e Jean-Michel Adam (2008).

No capítulo dois, são apresentados os principais postulados da Teoria da Enunciação de Émile Benveniste, segundo o qual “a relação do locutor com a língua determina os caracteres linguísticos da enunciação” (BENVENISTE, 1989f, p. 82). Procuraremos explicitar conceitos fundantes dessa teoria, os quais servirão de esteio à proposição de uma teoria da sintagmatização-semantização textual, como *enunciação, intersubjetividade, referência, forma-sentido, sintagmatização, frase*.

No capítulo três, intitulado “Proposição de uma teoria enunciativa da sintagmatização textual”, esboçamos princípios de uma teoria da sintagmatização textual de base enunciativa. É nesta parte do trabalho que é explicitada e fundamentada nossa tese de que, quando *ego diz ego*, ele se vale do aparelho formal que a língua disponibiliza, mas o singulariza ao configurar o aparelho formal da enunciação, promovendo a sintagmatização, intimamente relacionada à semantização.

No quarto capítulo, são desenvolvidas análises enunciativas de três textos, em que observamos o papel da sintagmatização na produção de sentidos, nos planos analítico e global. A partir dessas análises, sustentadas por princípios da teoria benvenistiana, apontamos para a possibilidade de adoção de uma metodologia de abordagem de textos numa perspectiva enunciativa. Para finalizar, apresentamos as considerações (conclusões) que advêm do estudo teórico-prático desenvolvido e que acenam para a possibilidade de contemplar a língua em uso (materializada em textos) com um olhar singular: o olhar enunciativo.

1 DIAGNÓSTICO DA PRESENÇA DE BENVENISTE EM ESTUDOS CONTEMPORÂNEOS DE LINGUAGEM: ARTIGOS E LIVROS PUBLICADOS NO BRASIL

Neste capítulo, apresentamos os resultados de uma pesquisa bibliográfica cujo objetivo foi o de investigar, na produção científica da área de estudos linguísticos dos últimos anos (1998-2011⁹), em que medida Benveniste comparece nesses estudos. Para tanto, procedemos, primeiramente, a um levantamento de artigos publicados em sete periódicos (revistas) da área: *Alfa* (UNESP), *Cadernos de Estudos Linguísticos* (UNICAMP), *Calidoscópio* (UNISINOS), *Delta* (PUCSP), *Letras de Hoje* (PUCRS), *Organon* (UFRGS) e *ReVEL*. O critério adotado para a seleção desses periódicos foi o fato de serem revistas de grande circulação no meio acadêmico nacional. Excluímos da pesquisa teses de doutorado, porque são trabalhos mais restritos, que não têm efeito de divulgação.

Além da consulta de artigos, focalizamos também livros que contemplam teorias – e análises – relacionadas ao texto ou ao discurso nos quais se constata a presença de Benveniste. Como critério de seleção, optamos por contemplar obras de renomados linguistas nacionais ou estrangeiros na área dos estudos do texto e do discurso, publicadas no final do século XX e na primeira década do século XXI no Brasil. A fim de que não sejamos advertidos de que obras relevantes foram omitidas, cumpre-nos esclarecer que somente abordamos livros que citam Benveniste nas referências bibliográficas e que contemplam o texto/discurso como objeto de estudo.

Talvez o leitor se pergunte por que foi destinado um espaço tão significativo nesta tese para a apresentação dos resultados dessa pesquisa. Dois argumentos respondem a esse possível questionamento:

1. em vez de só apresentarmos uma análise quantitativa (número de trabalhos que citam Benveniste), julgamos que nossos interlocutores merecem saber em que áreas a teoria de Benveniste transita e de que forma se faz presente em trabalhos que têm por objeto de estudo o texto;
2. a apresentação, por meio desse “inventário”, de um panorama dos estudos linguísticos em que Benveniste é convocado pode servir como justificativa para a relevância de nossa tese.

⁹ Como, no momento da realização da pesquisa, já estava disponível *on-line* o volume 9, número 16, de março de 2011, da revista *ReVEL*, o qual contempla estudos enunciativos, julgamos relevante acrescentar os dados obtidos nesse exemplar da revista.

É pertinente deixar claro que não temos como propósito fazer uma avaliação crítica dos artigos e livros no que se refere a suas reflexões teóricas ou a seus trabalhos de análise. Pretendemos verificar de que modo Benveniste comparece nas obras, a fim de reunir argumentos que justifiquem a elaboração da presente tese. Assim, este capítulo compõe uma estratégia heurística de, além de assinalar uma falta, mostrar os termos dessa falta e o que se pode produzir a partir dela.

1.1 A presença de Benveniste em artigos publicados no Brasil

Antes de analisarmos os resultados obtidos no que se refere à presença de Benveniste em alguns dos artigos pesquisados (aqueles que tratam de texto/discurso), consideramos relevante apresentar, em forma de tabelas (que permitem uma melhor visualização e cotejo dos dados), os números relativos à quantidade de exemplares analisados, de artigos pesquisados, de exemplares e de artigos que fazem referência a Benveniste. Além disso, distinguimos as diferentes áreas dos estudos linguísticos nas quais comparece esse autor de uma forma ou de outra, o que será também expresso em forma de tabela.

1.1.1 Quantificação dos resultados obtidos

Nosso diagnóstico da presença de Benveniste em artigos publicados no Brasil contempla um total de 159 exemplares de revistas e 1790 artigos. Desse total somente 119 artigos fazem referência a Benveniste.

Cabe destacar que a presença de Benveniste, em alguns textos, é bastante tímida, sendo citado, como argumento secundário, principalmente o princípio da (inter)subjetividade e, ligado a esse princípio, as categorias de pessoa e não pessoa. Em outros textos, percebe-se que as reflexões desse autor constituem o aporte teórico que sustenta as proposições teóricas ou as análises apresentadas. Vejamos as tabelas.

Tabela 1 - Total de exemplares e de artigos analisados em cada revista

Revista	Total de exemplares consultados	Total de artigos consultados
<i>Alfa</i>	18	201
<i>Cadernos de Estudos Linguísticos</i>	19	190
<i>Calidoscópico</i>	21	161
<i>Delta</i>	31	215
<i>Letras de Hoje</i>	45	684
<i>Organon</i>	05	66
<i>ReVEL</i>	20	273
Total	159	1790

Fonte: elaborado pela autora.

Tabela 2 - Exemplares e artigos em que se verifica a presença de Benveniste

Revistas	Exemplares que referem Benveniste	Artigos que referem Benveniste
<i>Alfa</i>	09	13
<i>Cadernos de Estudos Linguísticos</i>	07	10
<i>Calidoscópico</i>	07	11
<i>Delta</i>	05	05
<i>Letras de Hoje</i>	14	42
<i>Organon</i>	05	14
<i>ReVEL</i>	08	24
Total	55	119

Fonte: elaborado pela autora.

Tabela 3 - Número de artigos – por área de estudos linguísticos – em que comparece Benveniste

Área	Artigos que referem Benveniste
Texto e discurso oral e escrito	24
Aquisição da linguagem	11
Distúrbios de linguagem	14
Teorias linguísticas	38
Teorias e análises linguísticas	14
Literatura	06
Outras áreas	12
Total	119

Fonte: elaborado pela autora.

Antes de observarmos como Benveniste comparece em 24 (vinte e quatro) artigos que tratam do texto e discurso oral e escrito, julgamos importante tecer algumas considerações acerca das tabelas apresentadas. Na tabela 1, cabe destacar que o grande número de artigos

analisados da revista *Letras de Hoje* deve-se ao fato de que essa revista tem uma periodicidade trimestral, tendo publicado, no ano de 2006, uma edição especial, além dos quatro números anuais.

No que se refere à tabela 2, é preciso explicar que o expressivo número de artigos que fazem referência a Benveniste na Revista *Letras de Hoje* (42 ocorrências), embora somente 14 dos 45 exemplares consultados mencionem o autor, justifica-se pelo fato de que uma das publicações (v. 39, n. 4, dez. 2004) traz os textos apresentados no “Colóquio sobre Benveniste”, realizado naquela instituição. Outro exemplar da mesma revista (v. 36, n. 4, dez. 2001), no qual são publicados 10 artigos que versam sobre Enunciação, Texto e Discurso, apresenta também um número significativo de artigos que citam Benveniste: 05 artigos.

Quanto às áreas dos estudos linguísticos nas quais comparece Benveniste, cabe notar que o maior número de artigos (38) situa-se na área denominada *Teorias Linguísticas*. Isso se justifica na medida em que alocamos nessa área trabalhos que fazem reflexões sobre a Teoria da Enunciação benvenistiana (16), sobre a teoria de Saussure (02) e trabalhos que estabelecem cotejos entre teorias: Saussure e Benveniste (07), Saussure e Bakhtin (01), Bakhtin e Benveniste (03), Ducrot e Benveniste (01), Bréal e Benveniste (01), Austin e Benveniste (01), Charaudeau e Benveniste (01). Os demais 05 (cinco) trabalhos, com suportes teóricos distintos da Teoria da Enunciação benvenistiana, trazem apenas citações de Benveniste de forma secundária. Destacamos o expressivo número de trabalhos situados nas áreas de *Aquisição da Linguagem* (11) e *Distúrbios de Linguagem* (14), que se valem, em algum momento dos textos, da voz ou das ideias de Benveniste.

Na área de estudos referida como “outras áreas”, incluímos aquelas em que o número de referências a Benveniste é pouco expressivo: São elas: Terminologia (03 ocorrências), Linguagem e Trabalho (02 ocorrências), Leitura (01 ocorrência), Tradução (02 ocorrências), Linguagem e Cognição (01 ocorrência), Linguagem e Música (01 ocorrência), Léxico (01 ocorrência) e Fraseologia (01 ocorrência).

1.1.2 Como Benveniste comparece em artigos que tratam de texto/discurso

Nesta seção, analisaremos de que forma Benveniste é referido em artigos que têm como objeto de estudo o texto ou o discurso. Explicitaremos, brevemente, o teor de cada artigo e a forma como Benveniste comparece em cada trabalho: como suporte teórico

principal ou como citação periférica. Não contemplaremos, nessa análise, as outras áreas dos estudos linguísticos que citam Benveniste, visto que se distanciam do escopo desta tese.

Nossa ideia inicial era distinguir, em duas áreas, o texto e discurso oral e o texto e discurso escrito. Mas, como dois trabalhos analisam as linguagens falada e escrita, julgamos mais coerente incluir no mesmo item as duas modalidades. Além disso, não nos parece fundamental, para os objetivos desta tese, tal distinção. Para uma melhor organização discursiva, optamos por apresentar, inicialmente, os dois textos que tratam de linguagem oral e escrita; em seguida, apresentamos os sete artigos que têm por objeto de estudo a linguagem falada; e, por último, os quinze trabalhos que tratam da linguagem escrita.

Na revista *Alfa* (UNESP), o primeiro artigo que cita Benveniste é *O pathos do enunciatário*, de José Luiz Fiorin (v. 48-2, 2004). Partindo do pressuposto de que o enunciatário é tão produtor do discurso quanto o enunciador, pois este projeta uma imagem daquele, que determina as diferentes escolhas enunciativas presentes no enunciado, o texto mostra como é construído esse leitor implícito e o que faz com que um discurso seja eficaz em discursos orais da televisão e discursos da mídia impressa. Sua principal base teórica é a semiótica de Greimas e Courtés (1979), segundo os quais o ator é uma configuração temático-figurativa do actante. Fiorin cita Benveniste ao afirmar que a enunciação é a instância do *eu*, *aqui* e *agora* e que o *eu* instaura o *tu* em seu discurso, valendo-se, portanto, do princípio basilar da Teoria Enunciativa benvenistiana, a intersubjetividade.

Em Avaliação do grau de subjetividade nos processos de retextualização: fala/escrita e escrita/fala, Valéria Pinheiro Raymundo (*Letras de Hoje*, v. 40, n. 1, mar. 2005) apresenta um estudo realizado sobre a avaliação do grau de subjetividade na retextualização da fala para a escrita e da escrita para a fala a partir da comparação entre esses dois processos. Para tanto, analisa dados de dois informantes que elaboraram textos orais e escritos a partir do mesmo tópico. Como suporte teórico, vale-se das visões de Saussure e Benveniste sobre o signo linguístico e das relações entre as modalidades oral e escrita e dos processos de retextualização propostos por Marcuschi. Conclui que os graus de subjetividade envolvidos nas duas modalidades dependem da ordem de precedência dos textos: no processo em que a fala ocorreu antes da escrita, houve maior diferença no grau de subjetividade entre o texto falado e o escrito; no processo em que a escrita ocorreu antes da fala, houve menor diferença no grau de subjetividade entre as duas modalidades de texto.

No artigo *Père ou pair? Décalages et ajustements co-énonciatifs*, Aliyah Morgenstern e Christiane Préneron (*Alfa*, v. 54, n. 2, 2010) analisam a relação dialógica entre pai e filhos, buscando esclarecer o estatuto de enunciador que cada um outorga a si e ao outro. Ao

mencionarem que o processo de referenciação depende das condições de utilização da língua e, conseqüentemente, da situação de enunciação, as autoras citam Benveniste (1966) e Culioli (1973). Segundo elas, ao distribuir os papéis interlocutivos e determinar as origens espaciais e temporais a partir das quais se efetua a referenciação, o sujeito falante se apropria do *aparelho formal da enunciação* de Benveniste. Cabe aqui perguntar: o locutor se apropria do aparelho formal da enunciação ou o reconfigura a cada instância discursiva? Se compreendemos bem, Benveniste fala da apropriação do aparelho formal da língua para, a partir daí, configurar o aparelho formal da enunciação.

Na revista *Cadernos de Estudos Linguísticos*, o texto *Processos de referenciação em duas configurações narrativas: o conto popular e a estória real* (n. 41, jul/dez 2001), de Anna Cristina Bentes, a autora descreve como narradores da região da Amazônia paraense configuram a tradição oral de dois diferentes modos de inscrição no mundo narrado: o conto popular e a estória real, focalizando as diferentes estratégias de referenciação utilizadas pelos narradores. Menciona Benveniste ao afirmar que o narrador é concebido como o possuidor de uma linguagem capaz de “trazer de volta o que desapareceu”.¹⁰

Em *A representação do discurso outro: um campo multiplamente heterogêneo*, de Jacqueline Authier-Revuz (tradução de Daniel Costa da Silva e revisão de Marlene Teixeira), publicado na *Calidoscópio* (v. 6, n. 2, maio/ago. 2008), a autora, analisando fragmentos de fala, aborda o discurso outro (discurso citado), na perspectiva da teoria das heterogeneidades enunciativas. Segundo ela, a representação do discurso do outro encontra-se no campo da metadiscursividade (discurso sobre o discurso). A autora afirma inscrever-se num quadro teórico que mantém como essencial, na linha de Benveniste, a distinção entre dois modos de significância: o modo semiótico e o modo semântico. No primeiro, trata-se de identificar os signos, reconhecendo seu significado estável; no segundo, que se situa no âmbito da língua em funcionamento, trata-se de compreender, de interpretar as palavras, atribuindo-lhes um sentido, instável e incerto.

O artigo *Cadeias referenciais no português falado*, de Iara Bemquerer Costa (*Organon*, v. 14, n. 28 e 29, 2000), retoma o conceito de coesão textual de Halliday e Hasan (1976), procurando aplicá-lo ao texto oral (entrevistas informais gravadas). Focaliza as redes de relações coesivas responsáveis pela correferencialidade, com o objetivo de identificar os fatores que atuam na construção de cadeias coesivas ao longo de textos narrativos e

¹⁰ Bentes cita a afirmação de Benveniste em *Vista d'olhos sobre o desenvolvimento da linguística* (PLGI, 2005, p. 27) quando este argumenta em favor do poder fundador da linguagem, que faz renascer um acontecimento e a experiência desse acontecimento.

argumentativos. Cita Benveniste (*A natureza dos pronomes*), que postula a distinção entre pessoa (*eu-tu*) e não pessoa (*ele*), mas ressalva que, nos textos orais, os referentes retomados preferencialmente por “ele” são seres animados, que poderiam estar na posição de primeira e segunda pessoas. É preciso observar que o fato de o pronome “ele” retomar preferencialmente referentes animados não enfraquece a tese de Benveniste de que “ele” é a não pessoa, uma vez que não tem voz no discurso instaurado entre “eu” e “tu”. Se “referentes animados (retomados por ‘ele’) podem estar na posição de primeira e segunda pessoas”, isso não quer dizer que “ele” pode assumir o traço de pessoalidade.

O texto *Enunciações fora da ordem: falas escrituradas em salas virtuais de conversa*, de Pedro de Souza (*Organon*, v. 16, n. 32-33, 2002), examina a prática da interação em salas de conversa na internet. Mostra, a partir de registros escritos de tomadas de fala, que o ato de enunciação descreve aspectos de uma dinâmica temporal que acarreta rupturas na continuidade enunciativa. Vale-se do quadro teórico da escola francesa de Análise do Discurso. Apenas cita Benveniste ao fazer menção a sua posição de que é o ato de enunciar que produz sujeitos em contato, instituindo a relação eu-tu.

Em *A subjetividade em salas de bate-papo*, Valquíria Claudete Machado Borba (*ReVEL*, v. 3, n. 4, mar. 2005) analisa, com base na visão psicanalítica da linguagem, um *corpus* coletado em salas de bate-papo, observando de que forma o uso da linguagem pode ser revelador do modo como o indivíduo se relaciona com o mundo e com o outro no momento da comunicação. Aborda a função da linguagem segundo Freud, apresentada por Benveniste. Levanta hipóteses sobre a representação da subjetividade nesse tipo de discurso, buscando verificar como o sujeito se constitui através da linguagem.

No texto *Posiciones y posicionamientos: análisis comparativo de discursos religiosos y políticos*, Juan Eduardo Bonnin (*ReVEL*, v. 4, n. 6, mar. 2006) estuda alguns dos procedimentos por meio dos quais o episcopado argentino produz um posicionamento discursivo que lhe permitiu manter certa coesão como corporação até redefinir uma estratégia institucional/discursiva com a qual conserva espaços de poder dentro de um regime democrático. Ao falar das representações das posições dos sujeitos no discurso, menciona que “o discurso representa a situação na qual é enunciado, fundamentalmente a partir das coordenadas que definem uma enunciação (**que Benveniste – 1970 – chamava aparelho formal da enunciação**): os interlocutores (*eu-tu*), o lugar (*aqui*) e o tempo (*agora*).” (BONNIN, 2006, p. 9, grifos nossos). Se é correto nosso entendimento, o aparelho formal da enunciação postulado por Benveniste, constituído de *índices específicos* (indicadores de subjetividade) e *procedimentos acessórios* (sintagmatização), não é a mesma coisa que “as

coordenadas que definem uma enunciação”. Ele é constituído de elementos formais que evidenciam a singularidade da relação eu-tu, num aqui-agora.

O artigo *Aconselhamentos de autoajuda: um caso de captação do gênero proverbial*, de Anna Flora Brunelli (*Alfa*, v. 50, n. 1, 2006), que tem como embasamento teórico os princípios da Análise do Discurso francesa, especialmente o pensamento de Maingueneau, analisa a relação que há entre o discurso de autoajuda e os provérbios. Por intermédio de outro autor (ROCHA, 1995), a linguista faz menção ao conceito de subjetividade de Benveniste e, a partir daí, concebe a enunciação como produto da atividade do sujeito falante e o provérbio como um discurso do Outro, sempre reenunciado e reenunciável.

O texto *La persona en lengua española*, de Elenice Maria Larroza Andersen, publicado na revista *Alfa* (v. 54, n. 1, de 2010), tem como suporte teórico a Teoria da Enunciação de Benveniste. A autora elege o pronome e o verbo da língua espanhola como objetos de análise, com o objetivo de contemplar os sentidos construídos no emprego dessas classes em tiras da Mafalda. Observa que as discussões benvenistianas sobre a categoria de pessoa, em especial aquelas que se referem às correlações de pessoalidade e de subjetividade, são oportunas para a compreensão dos efeitos de sentido gerados pelo uso dos pronomes e dos verbos nos enunciados. Verifica, também, usos que denomina “contaminados” da pessoa, os quais não estão previstos nem nas gramáticas tradicionais consultadas pela autora, nem pelas gramáticas comunicativas em espanhol.

O texto *Acontecimento, temporalidade e enunciação: definições terminológicas e o fato novo na ciência*, de Mónica Zoppi Fontana (*Cadernos de Estudos Linguísticos*, n. 51-1, jan./jun. 2009), tem por objetivo a descrição da temporalidade em definições terminológicas como um efeito do agenciamento enunciativo determinado pela relação constitutiva entre linguagem e interdiscurso. O objeto de análise é o texto de uma resolução aprovada pela IAU (Assembleia Geral da União Astronômica Internacional). Mostra como o agenciamento enunciativo afeta a presença das marcas de temporalidade nos enunciados, especificamente pela relação com o lugar do locutor e dos lugares de dizer. Convoca Benveniste ao afirmar que a representação da temporalidade nos enunciados é entendida como marcação do tempo linguístico.

O artigo *Processos de referenciação – ações cognitivas e sociodiscursivas em interação*, de Maria Angela Paulino Teixeira Lopes, publicado na *Calidoscópico* (v. 2, n. 2, jul./dez. 2004), apresenta uma análise da constituição dos processos de referenciação em gêneros textuais da mídia impressa, numa perspectiva sócio-discursiva. Eis a transcrição do trecho em que a autora refere Benveniste:

[...] a participação do sujeito, antes desconsiderada na análise dos processos da atividade referencial, passa a ocupar um espaço privilegiado de “agente”, capaz não somente de “apropriar-se da língua” para agir por meio dela, como afirmara Benveniste (1989), mas de constituir-se como sujeito pela linguagem (Franchi, 1992; Possenti, 1993; Bronckart, 1999). (LOPES, 2004, p. 2).

Nessa citação, evidencia-se que, para Lopes, Benveniste somente considera a apropriação da língua pelo sujeito, ao passo que os demais autores citados atribuem ao sujeito a capacidade de constituir-se como sujeito pela linguagem. Ora, bem antes de Franchi, Possenti e Bronckart, Benveniste (2005d, p. 286), em *A subjetividade na linguagem*, artigo publicado em 1958, afirma que “é na linguagem e pela linguagem que o homem se constitui como sujeito”.

No artigo *O interacionismo sociodiscursivo: como trabalhar com sequências didáticas e analisar as produções dos alunos de narrativas de aventuras de viagem*, de Isabel Michelan de Azevedo e Glaís Sales Cordeiro, publicado nesse mesmo volume da *Calidoscópio*, as autoras analisam uma produção textual de alunos de 3ª série antes e após a aplicação de uma sequência didática para o ensino-aprendizagem de narrativas (aventuras de viagem). Benveniste é somente citado por intermédio de Bronckart (1999, p. 150ss), segundo o qual a concepção de mundos discursivos remonta aos estudos de Benveniste, que, ao estudar os tempos do verbo em francês, diferenciou o plano da enunciação histórica e o da enunciação *discursiva*.

No texto *Estudo da subjetividade no resumo através da anáfora conceitual*, Alessandra Gomes da Silva (*Letras de Hoje*, v. 38, n. 3, set. 2003) analisa como ocorre a subjetividade no resumo, tendo por base teórica os estudos de Benveniste sobre a Enunciação. Segundo a autora, a teoria de Benveniste possibilita que se entenda o sujeito no resumo, porque concebe o sujeito como **ser** que se determina na e pela linguagem através de mecanismos específicos, como um **ser** responsável por seu dizer, que se marca não só através do uso do pronome “eu”, mas também através de marcas linguísticas que apresentam sua subjetividade. Ela afirma que Benveniste “**coloca o sujeito como centro de interesse da investigação linguística**” (SILVA, 2003, p. 201, grifos nossos). E acrescenta que

a teoria de Benveniste leva, assim, a um sujeito que pode ser entendido como um ser uno e dotado de **autonomia** sobre os seus atos de linguagem, responsável por colocar a língua em funcionamento e transformá-la em discurso. **É um sujeito, portanto, que se movimenta na língua, que faz escolhas e molda o seu discurso no enunciado a sua maneira, pois refere-se a uma situação que é apresentada sob seu prisma** (SILVA, 2003, p. 203, grifos nossos).

Ao afirmar que o sujeito é um ser responsável por seu dizer, dotado de autonomia e que se movimenta na língua, moldando o discurso a sua maneira, entendemos que a autora

não distingue “locutor” de “sujeito”. A autonomia de que fala evidencia que ela concebe o sujeito como um ser apriorístico, ideia não presente na teoria benvenistiana, em que o sujeito é uma representação, que advém da enunciação. Além disso, a Teoria da Enunciação de Benveniste não coloca o sujeito como centro de interesse da investigação linguística, mas concede um lugar de destaque à subjetividade, inerente a todo ato enunciativo.

No artigo *Os dêiticos e a enunciação*, Sandra Beatriz Koelling (*ReVEL*, v. 1, n.1, ago. 2003) analisa, principalmente com base em Maingueneau (1997), os dêiticos em um poema e em uma reportagem de Zero Hora. Segundo a autora, os dêiticos recebem determinado sentido por sua relação com o que representam no momento em que são enunciados. Ela concorda com Benveniste de que, fora da enunciação ou mesmo sem algum tipo de ancoragem, os dêiticos são vazios de significado.

Em *Sequência descritiva e argumentação*, Cleide Lucia da Cunha (*ReVEL*, v. 4, n. 6, mar. 2006) analisa a argumentação presente em sequências descritivas, partindo da teoria proposta por Jean-Michel Adam acerca das sequências tipológicas constituintes de um texto, especialmente a descritiva. O modelo teórico que fundamenta a análise da articulação argumentativa das sequências é a Teoria da Argumentação na Língua, proposta por Oswald Ducrot. Faz uma única referência a Benveniste (2005d, p. 289), ao chamar atenção para a intersubjetividade, em forma de citação direta: “A linguagem propõe, de certo modo, formas ‘vazias’ de que cada locutor se apropria em situação de discurso, e que se relaciona com a sua ‘pessoa’, definindo-se ao mesmo tempo como eu e definindo um parceiro como tu.” (CUNHA, 2006, p. 9).

O texto *Construção enunciativa de referentes*, de Cassiano Ricardo Haag e Marlene Teixeira (*ReVEL*, v. 7, n. 13, ago. 2009), mostra como se dá a construção do referente “lazer” no discurso de jovens universitários que trabalham. Parte da noção de referenciação de Mondada e Dubois (2003), para elaborar uma proposta de investigação de modos de construção de referentes na perspectiva da Linguística da Enunciação de Benveniste. Os autores afirmam que, comumente, se estuda a referência investindo apenas no emprego dos pronomes e no uso de grupos nominais, que parecem ser, segundo as teorias existentes, os únicos meios de se construírem referentes linguisticamente. Mostram que, além de pronomes e grupos nominais, há uma ampla utilização de verbos, a modalização, a negação, a predicação, enfim, uma grande variedade de marcas linguísticas empregadas para construir o referente discursivo “lazer” no discurso dos jovens entrevistados. Essa gama de operações denominam *construção enunciativa de referentes*, que, segundo eles, não se confunde com a

referenciação (formas de fazer referência a objetos do discurso), um dos recursos disponíveis para a construção enunciativa de referentes.

Em *Um olhar sobre o tu na interação pela linguagem*, Elenice Maria Larroza Andersen (*ReVEL*, v. 7, n. 13, ago. 2009) discute o papel do interlocutor na linguagem em uso. A partir de uma perspectiva enunciativa (Benveniste e Bakhtin), analisa o interlocutor, considerando as relações entre interação e gêneros do discurso, e conclui que diferentes tipos de interlocutores se fazem presentes no discurso.

O artigo *A enunciação em texto jornalístico: o uso das categorias de tempo, espaço e pessoa*, de Ernani Cesar de Freitas (*ReVEL*, v. 9, n. 16, mar. 2011), focaliza os efeitos de sentido provocados pelo uso das categorias de pessoa, espaço e tempo no processo de produção do gênero editorial. Toma como base os pressupostos teóricos de Benveniste (1966; 1995; 1974; 1989), sobretudo a noção de tempo linguístico, complementados com apoio em Fiorin (1999). Estranhamos a seguinte frase conclusiva do autor: “O discurso jornalístico pode ser tratado, segundo a visão de Benveniste (1974), que descreve em sua teoria a enunciação de forma objetiva, sem a presença do sujeito.” (FREITAS, 2011, p. 23). Essa afirmação parece-nos contradizer as ideias desenvolvidas ao longo do artigo e os postulados de Benveniste de que toda enunciação implica uma relação discursiva entre parceiros; portanto, não há enunciação, por mais objetiva que pareça, sem a presença do sujeito.

Em *Enunciação, escrita e persuasão: um estudo de caso das publicidades marcadas pela “pessoalização”* (*ReVEL*, v. 9, n. 16, mar. 2011), Ivani Cristina Silva Fernandes reflete sobre os efeitos de sentido e a construção dos enunciadores, em textos manuscritos, a partir de uma perspectiva da Linguística da Enunciação. Centra-se na noção de “pessoalidade”, a partir de Benveniste, analisando como forma e sentido se conjugam em uma materialidade linguística e como determinados efeitos de sentido são produtos de certos mecanismos de persuasão.

Em *O (e)anunciar na fronteira: cenas enunciativas em jornais santanenses do final do século XIX, início do século*, Sara dos Santos Mota (*ReVEL*, v. 9, n. 16, mar. 2011), à luz dos estudos enunciativos (BENVENISTE, 1988, 1989; FLORES *et al.* 2008) e, principalmente, da Semântica da Enunciação (GUIMARÃES, 2005), focaliza a relação entre línguas e falantes no espaço enunciativo da fronteira (Santana do Livramento e Rivera), no final do século XIX. Recorre, também, ao aporte teórico da análise de discurso (GUILHAUMOU; MALDIDIER, 1987; ORLANDI, 2005). Analisa anúncios comerciais publicados nos jornais *O Maragato* (1898) e *A Fronteira* (1908), com vistas a contribuir para a história da circulação do

português e do espanhol na fronteira sul do Brasil. Cita Benveniste ao definir enunciação e ao contemplar a subjetividade na linguagem.

No artigo *Propostas de trabalho com textos em livros didáticos: uma abordagem enunciativa*, Cristina Rörig e Joseline Tatiana Both (*ReVEL*, v. 19, n. 16, mar. 2011) consideram que as teorias enunciativas e textuais possibilitam um estudo significativo da leitura ao analisar o texto com base em elementos linguísticos, na enunciação e nas relações estabelecidas na e pela linguagem. Procedem à análise de textos retirados de livros didáticos de ensino fundamental, com base em teorias textuais e enunciativas, principalmente na Teoria da Argumentação de Ducrot. Trazem somente em um momento a voz de Benveniste (1989, p. 222), segundo o qual “antes de qualquer coisa, a linguagem significa”, para respaldarem sua afirmação de que usamos a linguagem para significar, para interagir com o outro e para nos constituirmos enquanto indivíduos, enquanto sujeitos.

No texto *Rasura: da subjetividade na textualização de textos acadêmicos*, Cármen Lúcia Hernandez Agustini, Sirlene Cíntia Alferes e João de Deus Leite (*ReVEL*, v. 19, n. 16, mar. 2011), a partir de um diálogo entre as teorizações de Jacqueline Authier-Revuz e a noção de enunciação de Émile Benveniste, problematizam, observando a rasura, a relação *daquele que textualiza com aquilo que diz* ao escrever e com *a forma como o diz*. Segundo os autores, a rasura se estabelece como um espaço de tensão instaurado por um acontecimento de *falta-excesso* de dizer frente a *algo* que escapa àquele que diz ao (se) enunciar e com o qual se estranha. Analisam recortes de anotações produzidas por universitários durante aulas, conferências, estudos etc. e argumentam que o sujeito de Benveniste não é o sujeito psicologizante ou cognoscente nem o sujeito do *inconsciente*, teorizado na Psicanálise. O sujeito, na Linguística da Enunciação, é concebido, segundo eles, como aquele que se projeta na língua na presente instância enunciativa.

1.1.3 Algumas considerações

A decisão de destinar, nesta tese, um espaço à pesquisa da produção bibliográfica divulgada (em forma de artigos) no Brasil na qual Benveniste comparece permitiu-nos ter uma dimensão da sua presença nessa produção científica. Como já apresentamos na Tabela 2, dos 1790 artigos consultados, somente 119 referem Benveniste.

Nosso objetivo inicial era ver em que medida esse autor comparece em trabalhos relacionados a texto e discurso. Contudo, numa análise preliminar, constatamos que era pouco

expressiva sua participação nessas áreas, de modo que não justificava destinar um capítulo da tese à exposição de tais resultados. Assim, optamos por ampliar a pesquisa, a fim de verificar em que áreas dos estudos linguísticos Benveniste é citado e se, nesses artigos, sua teoria é protagonista ou coadjuvante. Constatamos que, dos 119 trabalhos que citam Benveniste, somente 59 se valem de Benveniste como referencial teórico principal.

Alguns resultados dessa pesquisa merecem ser destacados. Em primeiro lugar, um resultado que tem extrema relevância para a justificativa de nossa tese é o fato de que, em estudos do texto e do discurso, a presença de Benveniste é muito tímida: somente em 24 artigos, Benveniste é citado e, destes, apenas nove trabalhos recorrem à Teoria da Enunciação benvenistiana como aporte teórico principal. Nesses nove trabalhos, os autores se valem de noções específicas, como a presença de indicadores de subjetividade (categorias de pessoa, tempo e espaço), a construção enunciativa de referentes e a heterogeneidade enunciativa, com base em Authier-Revuz e Benveniste. Nenhum desses artigos propõe uma análise translinguística do texto, observando sua singularidade na relação (em)entre diferentes níveis linguísticos.

Na área denominada “Teorias linguísticas”, houve, como já afirmamos, o maior número de citações de Benveniste: trinta e oito. Desse total de citações, quinze fazem cotejos entre as teorias de autores que podem ser situados no campo da enunciação, como Bréal, Bakhtin, Ducrot, Charaudeau, Austin, e o linguista cujo legado é importante para a Teoria da Enunciação benvenistiana: Saussure. Dois trabalhos trazem reflexões sobre a teoria de Saussure. Dezesesseis desses trabalhos fazem reflexões em torno de noções pontuais da teoria de Benveniste e cinco deles trazem Benveniste como citação periférica. Esse resultado parece mostrar que, no estágio atual da Linguística no Brasil, estudiosos que se ancoram na Teoria da Enunciação benvenistiana imergem nessa teoria com vistas a explicitar as noções e princípios aí implicados. Disso resultam trabalhos que, sem dúvida, têm grande valor para o avanço da ciência linguística. O espaço para análises linguísticas embasadas na teoria de Benveniste, no entanto, ainda é pouco habitado.

No que se refere às “Teorias e análises linguísticas”, cinco dos quatorze artigos pesquisados analisam algum tópico da língua com esteio na teoria benvenistiana. Tais artigos tratam dos delocutivos, do aspecto verbal, dos usos do pronome indefinido “todo”, das orações relativas e dos usos do pronome “algo”. Comprova-se, pois, que ainda é tímida a presença de Benveniste como suporte teórico de análises linguísticas em periódicos do Brasil.

Essa pesquisa autoriza-nos, portanto, a afirmar que há, no Brasil, uma carência de trabalhos de análise linguística que se ancoram na Teoria da Enunciação benvenistiana. E, no

que tange a estudos do texto e do discurso, não deparamos com nenhum trabalho alicerçado unicamente nessa teoria, o que justifica a relevância desta tese.

1.2 A presença de Benveniste em livros que contemplam teorias do texto e do discurso

Analisados os artigos que têm como objeto de estudo o texto/discurso, dirigimos agora nosso olhar para alguns livros publicados no Brasil que tratam de estudos de texto ou de discurso e que citam, direta ou indiretamente, a teoria de Benveniste.

Esta análise segue o seguinte percurso: inicialmente, explicitamos, de forma geral, o conteúdo e a metodologia adotados na obra e, em seguida, verificamos de que forma o autor faz referência aos pressupostos teóricos de Benveniste. As seguintes obras serão objeto de análise, trazidas em ordem cronológica conforme o ano de publicação: *A interação pela linguagem* (1998), de Ingedore Villaça Koch; *Atividade de linguagem, textos e discursos: por um interacionismo sócio-discursivo* (1999), de Jean-Paul Bronckart; *As astúcias da enunciação: as categorias de pessoa, espaço e tempo* (2002), de José Luiz Fiorin; *Análise de textos de comunicação* (2002), de Dominique Maingueneau; *Discurso das mídias* (2006), de Patrick Charaudeau; e *A linguística: introdução à análise textual dos discursos* (2008), de Jean-Michel Adam.

1.2.1 A interação humana por meio da linguagem

O livro *A interação pela linguagem*, segundo Ingedore Koch, inscreve-se na linguística do discurso, na medida em que se ocupa em explicar a interação humana por meio da linguagem, que ocorre em situações concretas, sob determinadas condições de produção, das mais diversas formas e com os mais variados objetivos e resultados. A autora explica que as manifestações linguísticas dos indivíduos podem consistir de uma palavra, de uma sequência de duas ou mais palavras, de uma frase; porém, geralmente, tais manifestações se dão por meio de sequências linguísticas mais amplas do que a frase. Constata-se que a concepção de frase, para Koch, é a noção da sintaxe formal (sentença ou conjunto de palavras que formam um sentido completo), diferentemente da noção de frase em Benveniste (2005f, p. 139), que a situa na língua em funcionamento e que a concebe como “uma variedade sem limite”.

No primeiro capítulo, *Linguagem e ação*, Koch (1998, p. 13, grifos da autora) argumenta que “a visão da linguagem como ação *intersubjetiva* deriva de dois grandes polos: de um lado, a *Teoria da Enunciação*; de outro lado, a *Teoria dos Atos de Fala*”. Afirma que Benveniste, ao estudar a subjetividade na língua e o aparelho formal da enunciação, deu impulso, na França, a essa teoria, cujo precursor foi Bakhtin.

Faz menção à distinção de pessoa (1ª e 2ª pessoas) e não pessoa (3ª pessoa), proposta por Benveniste e explica que os pronomes de pessoa designam os interlocutores, ao passo que os pronomes de não pessoa remetem aos referentes do mundo extralinguístico. Koch traz também a distinção que Benveniste postula no que se refere aos dois planos da enunciação: o discurso e a história. No primeiro, implica a apropriação da língua pelo “eu”, que, no momento em que se enuncia, instaura um “tu”, valendo-se das formas verbais do presente, do pretérito perfeito composto e do futuro do presente. No segundo, constata-se um relato de eventos já transcorridos, sem envolvimento do locutor, verificando-se, principalmente, o uso do pretérito perfeito simples e dos pronomes da não pessoa.

A linguista afirma que esta concepção, que serviu de base para a teoria de Weinrich, por exemplo (*mundo narrado e mundo comentado*), tem merecido críticas pertinentes, pois, segundo ela, “a história é também discurso, mas um discurso de natureza particular” (KOCH, 1998, p. 15). Ela propõe distinguir *discurso intersubjetivo* e *discurso histórico*. Parece-nos que tal distinção também não é satisfatória, pois supõe que a intersubjetividade não é inerente ao uso da língua (independentemente do gênero textual em que se manifesta), estando ausente no *discurso histórico*. Entendemos que, para Benveniste, todo ato enunciativo implica intersubjetividade, pois, embora possa não haver, no discurso, marcas explícitas da presença dos interlocutores, nenhum enunciado ocorre divorciado de *eu-tu-aqui-agora*. Talvez a metalinguagem (*história/discurso*) proposta por Benveniste não fale por si, mas o que se deduz dessa distinção é que existem enunciações em que o locutor marca linguisticamente sua presença, ao passo que, em outras, parece buscar apagar tais marcas, “como se os fatos se narrassem a si mesmos” (KOCH, 1998, p. 15). Koch também questiona esta afirmação de Benveniste, argumentando que “é impossível, em termos de linguagem humana, ‘os eventos se narrarem a si mesmos’, pois isto implicaria admitir a total neutralidade do narrador, o que não existe” (KOCH, 1998, p. 15). Cabe aqui observar que Benveniste (2005c, p. 267) não afirmou que os fatos se narram a si mesmos, mas empregou o modalizador “parecem” (“os acontecimentos parecem narrar-se a si mesmos”¹¹, o que tira de sua afirmação o caráter

¹¹ Em francês: “Les événements **semblent** se raconter eux-mêmes” (PLGI, 1966, p. 241, grifo nosso).

asseverativo. Entendemos que, em sua afirmação, Benveniste quis dizer que, aparentemente, os acontecimentos se narram a si mesmos, o que, de fato, não acontece, pois todo dizer emana de um locutor.

A autora ainda menciona que, no interior do sistema verbal, Benveniste distingue o paradigma normal de conjugação dos verbos de um paradigma específico de alguns verbos, os quais, na primeira pessoa do singular do presente do indicativo, não descrevem uma ação, mas a realizam. Tais verbos são chamados por Austin de *performativos*. Koch conclui que, por meio do estudo de tais formas e de outras não tratadas por ela, Benveniste sustenta sua tese da subjetividade na linguagem, que, principalmente na França, será estudada por outros linguistas.

1.2.2 O interacionismo sociodiscursivo

Em *Atividade de linguagem, textos e discursos: por um interacionismo sócio-discursivo*¹² (1999), Jean-Paul Bronckart situa a linguagem no quadro epistemológico do interacionismo sócio-discursivo. Trata “das condições de produção dos textos, da problemática de sua classificação e da problemática das operações em que se baseia seu funcionamento” (BRONCKART, 1999, p. 12). Aderindo a uma psicologia interacionista-social, o linguista contempla a linguagem em suas dimensões discursivas e textuais. Segundo ele, os textos e/ou discursos constituem as únicas manifestações empiricamente observáveis das ações languageiras; é nessas unidades globais que se verificam as relações de interdependência entre as produções de linguagem e seu contexto acional e social.

Na primeira parte da obra – *Os textos como produções sociais* –, Bronckart elucida princípios do interacionismo sociodiscursivo, versão específica do quadro epistemológico do interacionismo social, além de contemplar o estatuto dos textos, em que o autor deixa claro o abandono da noção de tipos de texto, substituindo-a pelas noções de gênero de texto e tipo de discurso. A segunda parte da obra é dedicada à arquitetura interna dos textos. Nessa parte, enfoca os “três folhados do estrato textual”, quais sejam a infraestrutura textual (plano geral, noção de tipo de discurso e de sequências), os mecanismos de textualização (conexão e coesão nominal e verbal) e os mecanismos enunciativos (avaliações e as fontes dessas avaliações). Depreende-se daí que, para Bronckart, os mecanismos da enunciação constituem um nível do estrato textual, o que está em dissonância com a Teoria da Enunciação de

¹² Tradução do livro *Activité langagière, textes et discours. Pour un interactionisme socio-discursif* (1997).

Benveniste, segundo a qual, na interpretação de Flores (no prelo), a enunciação não é um nível, mas é transversal a todos os níveis de análise linguística.

Bronckart (1999, p. 150) cita Benveniste ao abordar os “mundos discursivos e arquétipos psicológicos”. Segundo ele, Benveniste, no artigo *As relações de tempo no verbo francês* (1959/1966), propõe que os tempos do verbo francês distribuem-se em dois sistemas distintos, mas complementares, que traduzem dois planos de enunciações diferentes: o plano da história e o do discurso. Explica que o plano da história consiste em apresentar o relato de acontecimentos passados, omitindo marcas da presença do locutor, enquanto o plano do discurso “caracteriza-se por uma mobilização do locutor e, sobretudo, por sua intenção de influenciar o destinatário de um modo ou de outro” (BRONCKART, 1999, p. 150).

1.2.3 Temporalidade, espacialidade e actorialidade

A partir da constatação de que não há uma descrição satisfatória dos sistemas temporal e espacial do português, José Luiz Fiorin (2002), em *As astúcias da enunciação: as categorias de pessoa, espaço e tempo*, esclarece o funcionamento dos três procedimentos básicos da enunciação: a temporalização, a espacialização e a actorialização. Consoante Fiorin, o objetivo da obra é descrever as categorias de tempo, espaço e pessoa no português, como se manifestam no discurso e que sentidos engendram. O trabalho, dividido em quatro capítulos (o primeiro sobre enunciação em geral, o segundo sobre pessoa, o terceiro sobre tempo e o quarto sobre espaço), situa-se, dentro da teoria semiótica narrativa e discursiva, na sintaxe do discurso, cuja tarefa é estudar “as projeções da enunciação no enunciado e as relações entre enunciador e enunciatário” (FIORIN, 2002, p. 23). As teses que o autor defende são as de que os mesmos princípios regem as categorias de pessoa, tempo e espaço e que é instável seu funcionamento no discurso, instabilidade essa subordinada a determinadas coerções.

O autor chama atenção para o fato de que as teorias do discurso possibilitaram o entendimento da instabilidade. A enunciação, segundo ele, não só emprega as formas da língua, mas as constitui, “desestabiliza a língua e os usos, desfaz diferenças e cria outras, reinventa o universo de sentido, rompe certas coerções sintagmáticas, reconstrói paradigmas, faz e desfaz” (FIORIN, 2002, p. 19).

Fiorin cita Benveniste em vários momentos. Inicialmente, sustenta sua tese de que todas as línguas, de uma forma ou de outra, manifestam temporalidade, espacialidade e

actorialidade na afirmação de Benveniste de que a enunciação é a instância do eu-aqui-agora e que as categorias enunciativas concernem à linguagem. Sublinha que somente a partir de Benveniste e Jakobson é que se ampliou o domínio da enunciação, reconhecendo-se a centralidade dessa noção na constituição do discurso e instaurando-se um novo objeto de estudo: o uso linguístico.

Ao tratar de enunciação, traz a célebre definição de Benveniste (1974, p. 80 apud FIORIN, 2002, p. 31): “a enunciação é essa colocação em funcionamento da língua por um ato individual de utilização”. Fiorin também esclarece que se deve a Benveniste a noção de subjetividade na linguagem, concernente a todos os traços linguísticos da presença do locutor em seu discurso, considerados por Fiorin como *atos enunciativos em sentido lato*. Para ele, os fatos enunciativos em sentido estrito são as projeções da enunciação (pessoa, tempo e espaço) no enunciado, relativo ao que Benveniste denomina “o aparelho formal da enunciação”. Fiorin explica que, nesses dois sentidos, temos a enunciação enunciada, ou seja, marcas que a enunciação, da ordem do inefável, deixou no enunciado, no qual pode ser apreendida.

Ao falar da “instância de instauração do sujeito” (FIORIN, 2002, p. 41), o linguista novamente cita Benveniste, trazendo, em forma de discurso direto, três afirmações deste: (1) a definição de subjetividade como a “capacidade de o locutor pôr-se como sujeito”; (2) o fundamento da subjetividade de que é “na e pela linguagem que o homem se constitui como sujeito, uma vez que, na verdade, só a linguagem funda, na sua realidade, que é a do ser, o conceito de ego” e (3) a referência de *eu* a algo exclusivamente linguístico, isto é, ao “ato de discurso individual em que *eu* é pronunciado e designa seu locutor”.

Quando trata das categorias de pessoa e não pessoa, recorre a Benveniste, por meio de duas citações diretas. Afirma que as categorias que indicam as circunstâncias da enunciação só podem ser interpretadas se as reportamos ao ato enunciativo de que resultou o enunciado. Tais signos somente são interpretados quando são efetivamente empregados, diferentemente dos nomes que designam objetos do mundo. Enquanto o nome

se refere a uma noção constante e “objetiva” apta a permanecer virtual ou a atualizar-se num objeto singular e que permanece sempre idêntica na representação que desperta, esse tipo de signo referente à situação de enunciação não constitui uma classe de referência, pois não há “objeto” definível a que possa remeter idênticamente. [Assim] cada eu tem sua referência própria e corresponde cada vez a um ser único estabelecido como tal (BENVENISTE, 1966, p. 252 apud FIORIN, 2002, p. 55).

Fiorin explica que, para Benveniste, tais signos (indicadores de subjetividade) somente remetem à enunciação, cada vez única, que os contém. Apresenta o modo como a linguagem

resolveu seu problema de atualização, no dizer de Benveniste (1966, p. 254 apud FIORIN, 2002, p. 55):

criando um conjunto de signos “vazios”, não referenciais em relação à realidade, sempre disponíveis, e que se tornam “cheios” desde que um locutor os assume em cada instância de seu discurso. Desprovidos de referência material, não podem ser mal empregados; não fazendo nenhuma asserção, não são submetidos à condição de verdade e escapam a toda denegação. Seu papel é fornecer o instrumento de uma conversão da linguagem em discurso.

No capítulo intitulado *Da pessoa*, Fiorin menciona o artigo *Estrutura das relações de pessoa no verbo* (1966), em que Benveniste mostra que a terceira pessoa possui um estatuto diferente da primeira e da segunda pessoas. *Eu* e *tu* são sempre únicos, ao passo que *ele* pode ser uma infinidade de sujeitos ou nenhum. Ainda com esteio em Benveniste, explica que as duas primeiras pessoas se opõem à não pessoa *ele* (correlação de pessoalidade) e que *eu* difere de *tu*, pois *eu* é a pessoa subjetiva e *tu* é a pessoa não subjetiva (correlação de subjetividade).

Na seção destinada ao tempo, ao falar mais especificamente do “tempo demarcado”, Fiorin faz menção à diferença que Benveniste estabelece entre o tempo crônico e o tempo linguístico. Traz a seguinte citação direta:

O que o tempo linguístico tem de singular é que ele é organicamente ligado ao exercício da fala, que ele se define e se ordena como função do discurso. Esse tempo tem seu centro, ao mesmo tempo, gerador e axial – no presente da instância da fala (BENVENISTE, 1974, p. 73 apud FIORIN, 2002, p. 142).

Fiorin esclarece, com base em Benveniste, que o agora, instaurado pelo discurso e reinventado a cada vez que é enunciado, constitui o fundamento das oposições temporais da língua. Todos os tempos estão intimamente ligados à enunciação, numa relação de concomitância, anterioridade ou posterioridade), tendo como parâmetro o presente.

Finalmente, ao falar do espaço, o linguista afirma que Benveniste, embora situe a enunciação como instância do eu-aqui-agora, dedica poucas linhas à abordagem do espaço em sua teoria da Enunciação. Uma das possíveis justificativas para isso, segundo Fiorin (2002, p. 258), é o fato de que o espaço “tem menor relevância no processo de discursivização”. Ele supõe que, na linguagem, a localização temporal é mais valorizada que a localização espacial, uma vez que se pode falar sem explicitar a situação espacial, ao passo que o tempo será indicado por alguma marca, seja por desinências verbais, seja por meio de advérbios. Conclui que o espaço linguístico possui suas próprias demarcações, independentes daquelas do espaço tópico. O *aqui*, parâmetro das relações espaciais linguísticas, sempre remete ao lugar em que se encontra o *eu*.

Podemos afirmar que este livro, além de se valer de pressupostos teóricos greimasianos (como *debreagem* e *embreagem*), destina um espaço significativo à Teoria da Enunciação benvenistiana, ao tratar das categorias enunciativas *ego*, *hic* e *nunc*.

1.2.4 Análise do discurso: textos jornalísticos e publicitários

Maingueneau, em sua obra *Análise de textos de comunicação*¹³, adota o ponto de vista da análise do discurso, “que não apreende *nem a organização textual em si mesma, nem a situação de comunicação, mas procura associá-las intimamente.*” (2002, p. 12, grifos do autor). O linguista indica as principais características da atividade discursiva e propõe entradas para a análise de textos escritos, privilegiando os jornalísticos e os publicitários. A obra insere-se no movimento de uma didática da linguística dirigida a públicos que não priorizam o estudo da língua.

A partir do entrelaçamento de vários conceitos, Maingueneau apreende a totalidade do discurso, contemplando: noções fundadoras da análise do discurso num viés pragmático, como enunciado, contexto, discurso e texto; conceitos-chave da abordagem da análise do discurso, como gênero, *mídium*, cenas da enunciação e *ethos*; e conceitos-suporte para uma abordagem discursiva da heterogeneidade mostrada, como embreagem enunciativa e o papel desempenhado pelos verbos, as pessoas do discurso, polifonia e discurso relatado, modalização autonímica e marcas tipográficas, o provérbio como modo de atualização de vozes alheias, entradas de ordem lexical. Além disso, redimensiona temas clássicos da linguística textual, como a coesão textual e a designação.

No capítulo 4, intitulado *Discurso, enunciado, texto* (MAINGUENEAU, 2002, p. 51), ao focalizar os empregos usuais do termo “discurso”, o autor faz referência à distinção que Benveniste propõe para *discurso* e *história*. Segundo Maingueneau, tal distinção é bastante explorada no ensino médio, na França. Ele explica que se opõem dois tipos de enunciação: uma ancorada na situação de comunicação (*discurso*) e outra dissociada da situação de comunicação (*história*). Como exemplos dessas duas tipologias enunciativas, o linguista cita, respectivamente, os gêneros conversa familiar e provérbio. O primeiro organiza-se em torno do par eu-tu, situados no presente, que coincide com o momento da enunciação, ao passo que, no segundo, ocorre um corte entre o enunciado e a situação de enunciação, estando ausentes as pessoas *eu* e *tu*.

¹³ Tradução da obra *Analyser les textes de communication* (1998).

No capítulo 10 (*Plano embreado e plano não embreado*), Maingueneau retoma os planos enunciativos *discurso e história*, denominando-os *plano embreado e plano não embreado*, respectivamente. Explica que um enunciado embreado está “em relação com a situação de enunciação” (MAINGUENEAU, 2002, p. 113) e um enunciado não embreado é desprovido de embreantes (dêiticos), isto é, “isolado da situação de comunicação” (MAINGUENEAU, 2002, p. 114). É esclarecedora a afirmação de Maingueneau de que os enunciados não embreados (plano da história), embora procurem construir universos autônomos, apresentando-se como se estivessem dissociados de sua situação de enunciação, possuem enunciador e coenunciador e se situam em lugar e momento particulares.

Consoante o autor, não há verdadeiro futuro nas narrações não embreadas. Quando o narrador deseja exprimir que um fato é posterior a outro, ele se vale de um pseudofuturo: “a esse pseudofuturo Benveniste propôs dar o nome de **prospectivo**” (MAINGUENEAU, 2002, p. 116, grifo do autor).

Ao tratar da embreagem enunciativa, Maingueneau (2002, p. 106-107, grifos do autor) elucida a distinção entre pessoa e não pessoa, chamando a atenção para o fato de que a noção de não pessoa foi estabelecida por Benveniste:

Quanto aos elementos chamados “de terceira pessoa”, eles designam qualquer referente (um ser animado, uma coisa, uma ideia abstrata etc.) que não seja nem o enunciador nem o coenunciador. A partir de Émile Benveniste, geralmente chama-se de **não pessoa** essa tradicional “terceira pessoa”, a fim de assinalar que ela se encontra numa esfera bem diferente da que é ocupada pelos coenunciadores EU-VOCÊ.

No capítulo 11 (*O emprego das pessoas*), Maingueneau analisa os pronomes “nós” e “você” no gênero oferta de emprego. No texto, aparece o embreante “nós”, que se refere a um sujeito coletivo compacto, representado pelo enunciador que assina a oferta de emprego. Na análise, o linguista cita Benveniste, segundo o qual “nós” exprime uma pessoa amplificada e difusa, não sendo o coletivo de “eu”, mas um eu expandido.

Observa-se, pois, que, embora a Teoria da Enunciação benvenistiana não seja o suporte teórico principal desta obra, as contribuições de Benveniste em relação às célebres distinções entre *história e discurso* e *pessoa e não pessoa* são relevantes para a abordagem do enunciado como discurso, desenvolvida por Maingueneau.

1.2.5 Análise semi-discursiva: o discurso da informação

No livro *Discurso das mídias*¹⁴, Patrick Charaudeau (2006) analisa o discurso de informação, visando a mostrar como os indivíduos regulam as trocas sociais, como representam os valores que subjazem a essas trocas e, por meio da criação e da manipulação de signos, promovem sentidos. Seu estudo tem uma dominância semi-discursiva, estendendo-se a outras disciplinas, com vistas a interpretações plurais.

Para Charaudeau, o ato de linguagem é um ato interenunciativo, o que vem ao encontro da teoria de Benveniste, segundo o qual todo ato linguageiro é intersubjetivo. Mas, diferentemente de Benveniste, que postula um *eu* e um *tu* (locutor e alocutário), Charaudeau propõe a existência de dois *eus* e de dois *tus*, ou seja, de quatro sujeitos que se situam em dois universos de discurso: o circuito externo, em que se situam os parceiros instituídos como imagem de sujeito comunicante (*EUc*) e de sujeito interpretante (*TUi*), no nível situacional, sendo, pois, seres sociais e psicológicos; e o circuito interno, no qual se encontram seres da fala, instituídos como imagem de sujeito enunciador (*EUe*) e de sujeito destinatário (*TUd*), no nível discursivo. O circuito externo compreende as condições socioeconômicas da máquina midiática como empresa: práticas sociais mais ou menos institucionalizadas, *status* dos atores da empresa, intencionalidade orientada para fins econômicos e um receptor real, a instância de consumo da informação midiática. O circuito interno compreende as condições semiológicas da produção e da recepção, a conceitualização do que será posto em discurso, a fim de incitar o destinatário ideal ou sujeito-alvo – imaginado pela instância midiática como suscetível de perceber os efeitos visados por ela.

Ao afirmar que a linguagem não é transparente ao mundo e que, por meio de sua opacidade, é construído um sentido particular do mundo, o autor argumenta que “as mídias não transmitem o que ocorre na realidade social, elas impõem o que constroem do espaço público” (CHARAUDEAU, 2006, p. 19). As mídias são, pois, espelhos deformantes, apresentando fragmentos amplificados, simplificados ou estereotipados do mundo.

Quando se refere à *mecânica de construção do sentido*, Charaudeau sublinha que o sentido não é apriorístico, mas construído na troca linguageira. Nas palavras do autor,

O sentido só é perceptível através de formas. Toda forma remete a sentido, todo sentido remete a forma, numa relação de solidariedade recíproca. O sentido se constrói ao término de um duplo processo de semiotização: de *transformação* e de *transação*. O processo de

¹⁴ Tradução da obra *Les médias et l'information: l'impossible transparence du discours* (2005).

transformação consiste em transformar o “mundo a significar” em “mundo significado”, estruturando-o segundo um certo número de categorias que são, elas próprias, expressas por formas. [...] O processo de transação consiste, para o sujeito que produz um ato de linguagem, em dar uma significação psicossocial a seu ato, isto é, atribuir-lhe um objetivo em função de um certo número de parâmetros: as hipóteses sobre a *identidade* do outro, o destinatário-receptor, quanto a seu saber, sua posição social, seu estado psicológico, suas aptidões, seus interesses, etc.; o *efeito* que pretende produzir nesse outro; o tipo de *relação* que pretende instaurar com esse outro e o tipo de *regulação* que prevê em função dos parâmetros precedentes. (CHARAUDEAU, 2006, p. 41, grifos do autor).

Embora essa citação não faça referência a Benveniste, observa-se que a concepção de forma e sentido em Charaudeau está em consonância com a ideia de Benveniste de que a forma e o sentido são noções gêmeas, que se articulam em toda a extensão da língua. Além disso, a proposição de que o sentido é coconstruído na interação linguageira também condiz com a posição benvenistiana de que a semantização é resultante da sintagmatização que tem lugar no ato de enunciar, implicando sempre *eu* e *tu*.

A filiação a Benveniste é ainda observada quando Charaudeau (2006, p. 42) afirma que “a linguagem nasce, vive e morre na intersubjetividade. É falando com o outro – isto é, falando o outro e se falando a si mesmo – que comenta o mundo, ou seja, descreve e estrutura o mundo”. A partir daí, Charaudeau conclui que nenhuma informação é, por definição, transparente, neutra ou factual.

Segundo o autor, os dados externos do contrato de comunicação são condição de identidade, condição de finalidade, condição de propósito e condição de dispositivo. Ao tratar da identidade dos parceiros da troca linguageira, chama atenção para o fato de que todo ato de linguagem depende dos sujeitos implicados nesse ato. Em nota de rodapé, explica que a hipótese de que o ato de linguagem é intersubjetivo foi formulada por Wittgenstein e retomada pela filosofia anglo-saxônica e desenvolvida concomitantemente por Benveniste.

Em sua tese de que o acontecimento é sempre construído, Charaudeau (2006, p. 96) remete a Benveniste, ao fazer uso do termo “intersubjetividade”:

E como o sujeito linguageiro é duplo, no sentido de que, segundo um princípio de alteridade, ele se desdobra num eu e num tu que se definem mutuamente numa relação de intersubjetividade, dir-se-á que o olhar que estrutura o acontecimento é também duplo: o olhar do sujeito ao produzir o ato de linguagem que transforma o acontecimento bruto em acontecimento significativo, e o olhar do sujeito interpretante que reestrutura o acontecimento previamente significado, segundo sua própria competência de inteligibilidade.

Outro momento em que Charaudeau cita Benveniste (agora em nota de rodapé) é no capítulo *Informar em que circunstâncias? Os dispositivos de encenação*, ao afirmar que todo

dispositivo – o ambiente, o quadro, o suporte físico da mensagem – formata a mensagem, contribuindo para conferir-lhe um sentido específico. Não há, segundo ele, forma sem conteúdo, significante sem significado, mensagem sem suporte: “as duas faces dessa realidade do sentido estão numa tal solidariedade que não se pode atingir uma sem a outra, não se pode tocar numa sem tocar na outra, não se pode conceber uma sem, no mesmo movimento de pensamento, conceber a outra” (CHARAUDEAU, 2006, p. 105). Ao falar dessa solidariedade, Charaudeau remete a Benveniste que, no artigo *Natureza do signo linguístico*¹⁵, retomou o termo “consustancialidade”, utilizado no vocabulário teológico, ao argumentar que a “consustancialidade do significante e do significado garante a unidade estrutural do signo linguístico” (BENVENISTE, 1966, p. 52, tradução nossa). Esse termo explicita a relação de “necessidade” existente entre significante e significado.

Ainda neste mesmo capítulo, ao contemplar mais especificamente a opinião pública, o linguista ressalta que as mídias não podem produzir um discurso de poder, pois, para isso, deveriam estar numa posição de *auctoritas*, “posição que daria à sua palavra um valor de decisão, um valor que lhes permitisse sancionar, no sentido jurídico, ou consagrar, no sentido religioso” (CHARAUDEAU, 2006, p. 124). Ao empregar o termo “auctoritas”, Charaudeau menciona, em nota de rodapé, Benveniste e Bourdieu.

Constata-se, portanto, que a Teoria Semi linguística proposta por Charaudeau parte do postulado da intersubjetividade na linguagem e da imbricação entre forma e sentido. Nessa teoria, contudo, as coerções trazidas pela noção de contrato são fundamentais para que os parceiros de um ato de linguagem se comuniquem. Charaudeau atribui, pois, um papel relevante à instância situacional, que determina, em grande parte, as escolhas do enunciador quando coloca a língua em emprego e em ação.

1.2.6 Análise textual dos discursos

Jean-Michel Adam (2008), em *A linguística: introdução à análise textual dos discursos*¹⁶, situa a linguística textual como um domínio menor dentro da análise do discurso. O autor substitui o termo “análise textual” por “análise textual dos discursos” (ADAM, 2008, p. 26), procedimento relacionado ao estudo da produção co(n)textual de sentido, “que deve fundar-se na análise de textos concretos” (ADAM, 2008, p. 25). Adam explicita assim seu

¹⁵ Artigo intitulado *Nature du signe linguistique*, publicado pela primeira vez em 1939.

¹⁶ Título original: *La linguistique textuelle: introduction à l'analyse textuelle des discours* (2008).

objetivo: “propor uma definição da textualidade como conjunto de operações que levam um sujeito a considerar, na produção e/ou na leitura/audição, que uma sucessão de enunciados forma um todo significante” (ADAM, 2008, p. 25).

Essa citação nos permite afirmar que a subjetividade é contemplada por Adam em duas instâncias discursivas: a produção e a leitura/audição. Como veremos a seguir, o linguista focaliza, principalmente, os mecanismos linguísticos que são mobilizados, nessas duas instâncias, para conceber o texto como unidade.

A obra é dividida em oito capítulos: (1) *Introdução à análise textual dos discursos*, (2) *Quais categorias para a análise de textos*, (3) *Tipos de ligação das unidades textuais de base*, (4) *Períodos e sequências: unidades composicionais de base*, (5) *Estruturação sequencial e não sequencial dos textos*, (6) *O funcionamento textual dos tempos verbais*, (7) *De Gaulle e Pétain: análise textual e intertextual dos Apelos de 17 e 18 de junho de 1940* e (8) *Análise textual de uma narrativa de Jorge Luis Borges: “O Cativo”*.

No capítulo 1, Adam faz uma breve revisita às teorias de Saussure e de Benveniste. Ao falar da “língua discursiva” de Saussure, o autor lembra que a frase, unidade máxima de sintagmatização, situa-se na fronteira de dois domínios: a língua e a fala. Nessa fronteira, conforme admite Saussure, a dicotomia língua-fala pode ser questionada. Jean-Michel Adam também explicita a “translinguística” de Benveniste, sublinhando que a linguística do discurso, na concepção benvenistiana, se subdivide em dois domínios: a análise intralinguística (semântica) e a análise translinguística dos textos, das obras (metassemântica). A partir desses pressupostos, Adam apresenta o conjunto de operações de textualização focalizado em sua obra: operações de segmentação ou descontinuidade (segmentação de palavras na escrita, marcação de parágrafos ou estrofes e subdivisões em partes do texto) e operações de ligação (construção de unidades semânticas e de processos de continuidade que conferem unidade a determinado segmento textual).

Segundo o autor, todo enunciado requer um co(n)texto, isto é, sua interpretação “apoia-se tanto na (re)construção de enunciados à esquerda e/ou à direita (cotexto) como na operação de contextualização, que consiste em imaginar uma situação de enunciação que torne possível o enunciado” (ADAM, 2008, p. 53). Essa afirmação de Adam está em consonância com a posição de Benveniste, para o qual o enunciado é produto da enunciação, sendo o ato de produzir um enunciado (ou a enunciação) o objeto de estudo da teoria benvenistiana. A referência ao papel do cotexto na interpretação de enunciados poderia, à primeira vista, ser relacionada ao papel que Benveniste atribui à sintagmatização. No entanto, a seguinte afirmação de Jean-Michel Adam (2008, p. 75), parece-nos, desfaz uma possível

proximidade entre os dois autores no que tange à noção de sintagmatização (termo de Benveniste):

As solidariedades sintáticas entre unidades da língua têm um alcance bastante restrito. Uma vez que se passa do limite do sintagma e do núcleo da frase de base para entrar nos domínios do período e do transfrasal, outros sistemas de conexões aparecem, que não se apoiam em critérios morfossintáticos, mas em marcas e instruções relacionais de maior ou menor alcance.

Observa-se, na citação acima, que, para Jean-Michel Adam, as conexões textuais são estabelecidas por grandes categorias de marcas – não apoiadas em critérios morfossintáticos –, responsáveis pela abertura e fechamento de segmentos textuais mais ou menos longos. Nas palavras do autor, “os domínios textual e morfossintático são **diferentes e bastante independentes**” (ADAM, 2008, p. 75, grifos nossos). Lembremos a concepção de sintagmatização em Benveniste: “a língua-discurso constrói uma semântica própria, uma significação do intentado, produzida pela sintagmatização das palavras, em que cada palavra não retém senão uma pequena parte do valor que tem enquanto signo” (BENVENISTE, 1989a, p. 233-234). Para Benveniste, portanto, não nos parece que o nível morfossintático seja independente do domínio textual: a noção de sintagmatização é ampla e fundamental, uma vez que, por meio dela, a língua é convertida em discurso. É essa perspectiva que pretendemos adotar em nossa tese, concebendo que as “solidariedades sintáticas” ou o arranjo sintagmático – conjugação de forma e sentido – se realizam, num texto, em diferentes níveis.

Mais adiante, ao afirmar que, em sua perspectiva, “os fatos sintáticos são sempre considerados em suas relações com os efeitos textuais” (ADAM, 2008, p. 83), Adam parece adotar a noção de sintagmatização de Benveniste, pois propõe uma imbricação entre forma e sentido, estabelecida entre diferentes domínios.

Cabe ainda destacar que Jean-Michel Adam rejeita o termo “frase” como designação de unidade de análise textual, mantendo tal termo apenas como conceito tipográfico que designa a unidade gráfica cujas fronteiras são demarcadas por uma letra maiúscula e um ponto. O autor denomina *proposição-enunciado* a microunidade sintática e semântica efetivamente realizada e produzida por um ato de enunciação. Adam sublinha que o termo *proposição* não tem a ver com a unidade virtual dos lógicos ou dos gramáticos, mas constitui uma unidade textual de base. Segundo ele, a proposição-enunciado é “enunciada por um enunciador inseparável de um coenunciador” (ADAM, 2008, p. 108). Esta última afirmação dá relevo à intersubjetividade de Benveniste (1989f, p. 84), para quem “toda enunciação é, explícita ou implicitamente, uma alocução, ela postula um alocutário”.

A noção de frase, em Benveniste (2005f, p. 139), é outra: para ele, “a frase, criação indefinida, variedade sem limite, é a própria vida da linguagem em ação”. Benveniste (2005f, p. 139) também a define como “unidade do discurso”. Pode-se afirmar que sua concepção de frase é mais ampla do que a de Jean-Michel Adam, que adota a noção advinda dos estudos de sintaxe. Ao focar seu interesse na língua como semântica (língua em emprego e em ação), Benveniste (1989a, p. 229) afirma que “a expressão semântica por excelência é a frase”. Assim, podemos dizer que, em Benveniste, a frase (ou enunciado), que é produto da enunciação, pode ter a dimensão de um texto e implica sempre um eu-tu-aqui-agora.

Ao referir-se à “responsabilidade enunciativa dos enunciados”, Adam (2008, p. 115) afirma que o grau de responsabilidade enunciativa de uma proposição pode ser marcado por um grande número de unidades linguísticas, entre as quais enumera as grandes categorias que, segundo ele, ampliam a descrição do “aparelho formal de enunciação” de Benveniste: os índices de pessoa, os dêiticos espaciais e temporais, os tempos verbais, as modalidades, os diversos tipos de representação da fala, as indicações dos quadros mediadores (ou de modalização em discurso segundo), os fenômenos de modalização autonímica e as indicações de um suporte de percepções e de pensamentos relatados. Essas categorias, porém, são analisadas de forma breve pelo autor, não constituindo esse o foco principal de sua obra, centrada nas “operações de textualização”.

Adam (2008, p. 124) também argumenta que “toda proposição possui um valor ou uma força ilocucionária”. Seguindo a filosofia analítica e os trabalhos de John Austin (1962), o autor afirma que, no “sentido” de um enunciado, distinguem-se um conteúdo proposicional e uma força ilocucionária. Segundo ele, o fato de, nas línguas naturais, alguns enunciados se situarem na fronteira de várias categorias de atos fez com que Benveniste, divergindo de Austin quanto à ampliação da teoria dos atos de fala, restringisse o ilocucionário apenas aos performativos explícitos. Jean-Michel Adam prefere seguir Austin, que também considera ilocucionários os atos performativos implícitos, e enumera os seguintes atos: assertivo-constativos, diretivos, engajantes, declarativos e expressivos.

Na maior parte da obra de Adam, o autor preocupa-se em apresentar os princípios que regem os encadeamentos textuais de unidades. No capítulo 3, ele explicita os diversos tipos de ligação que asseguram a continuidade textual: ligações do significado, ligações do significante, implicações, conexões e cadeias de atos de discurso. No capítulo 4, Adam apresenta as unidades composicionais de base ou tipos de agrupamentos que mantêm unidas as proposições-enunciados: os períodos e as sequências. No capítulo 5, são apresentados “dois tipos de operação que fazem de um texto um todo configurado”: o estabelecimento de uma

unidade temática e de uma unidade ilocucionária, as quais “determinam a coerência semântico-pragmática global de um texto (ou de uma parte do texto)” (ADAM, 2008, p. 254). No capítulo 6, que focaliza o funcionamento textual dos tempos verbais, Adam (2008, p. 286) afirma que “as variações enunciativas marcadas pelas formas verbais fazem parte dos efeitos de sentido próprios aos textos”. Nos capítulos 7 e 8, o autor exemplifica, por meio de análises textuais, procedimentos metodológicos para a análise de diversos tipos de texto, focalizando, principalmente, as operações de textualização.

1.2.7 Algumas constatações

A análise dos livros consultados autoriza-nos a afirmar que, embora os autores citem, em algum momento, pressupostos teóricos de Benveniste, a teoria benvenistiana não é contemplada na sua complexidade e os conceitos são, de certa forma, descontextualizados.

Ingedore Koch faz menção à subjetividade e ao aparelho formal da enunciação, às categorias de pessoa e não pessoa, aos dois planos da enunciação (discurso e história) e aos enunciados performativos, sobre os quais, segundo ela, Benveniste faz repousar sua tese da subjetividade na linguagem. Traz esses pressupostos ao tratar brevemente, em *Linguagem e Ação*, da Teoria da Enunciação.

Bronckart, cujo aporte teórico é o interacionismo sociodiscursivo, apenas cita Benveniste ao tratar da diferença entre os planos da história e do discurso. Ao contemplar os “três folhados do estrato textual” (a infraestrutura textual, os mecanismos de textualização e os mecanismos enunciativos), entendemos que considera os mecanismos da enunciação um nível do estrato textual, o que diverge da teoria de Benveniste, na qual a enunciação é transversal a todos os níveis de análise linguística.

Fiorin, embora tenha como alicerce principal a teoria semiótica narrativa e discursiva greimasiana, atribui um papel importante à enunciação, focalizando três elementos do quadro enunciativo: a pessoa, o tempo e o espaço. Convoca Benveniste em vários momentos, ao falar de subjetividade, do aparelho formal (que seria, segundo ele, projeções da enunciação no enunciado), da pessoa e não pessoa e do tempo linguístico. Observa-se que Fiorin centra seu estudo nos elementos inerentes a toda enunciação (eu-tu-aqui-agora), marcados linguisticamente pelos *índices específicos* de Benveniste. No entanto, ao tratar da pessoa, tempo e espaço *subvertidos*, ele acena para o papel da sintagmatização na produção de sentidos, pois os índices específicos, na língua em funcionamento, “convivem” com outros

elementos linguísticos, e é dessas relações que advém o sentido singular que assumem em cada discurso.

Mainueneau, adotando o ponto de vista da análise do discurso que associa a organização textual à situação de comunicação, somente recorre a Benveniste para falar da distinção entre discurso e história e para explicitar a noção de não pessoa.

Charaudeau, que ampara a análise do discurso midiático numa teoria semiodiscursiva, busca, em Benveniste, as noções de intersubjetividade e a relação entre forma e sentido como conceitos intimamente relacionados.

Jean-Michel Adam propõe-se a desenvolver uma análise textual dos discursos, tendo como foco principal as operações de textualização, os encadeamentos textuais de unidades. O autor cita Benveniste ao mencionar a intralinguística e a translinguística e afirma que o aparelho formal da enunciação proposto por Benveniste pode ser ampliado, mas não centra sua análise nisso. Em lugar de frase, que, para Benveniste, é a *expressão semântica por excelência*, Adam postula o termo “proposição-enunciado”. E, ao tratar da força ilocucionária das proposições-enunciado, partilha com Austin a tese de que todos os enunciados são performativos, divergindo, pois, de Benveniste, que circunscreveu os atos ilocucionários somente aos performativos explícitos.

A partir dessa síntese, podemos concluir que nenhuma das obras consultadas apresenta análises textuais cujo foco seja a busca da singularidade do ato enunciativo, com base na Teoria da Enunciação benvenistiana. Embora apresentem alguns conceitos de Benveniste, a teoria do autor não é tomada em seu conjunto. Desse modo, conceitos são apenas colocados em relação, sem, contudo, carregarem a epistemologia da qual são originários.

Parece-nos que somente Fiorin busca tratar da instabilidade ou da reinvenção do universo do discurso ao contemplar a pessoa, o tempo e o espaço. Seu objeto de estudo, porém, são excertos de textos, principalmente literários. Os demais autores que, ao lado da teoria, também apresentam análise, visam, principalmente, a buscar regularidades.

2 PRINCÍPIOS DA TEORIA DA ENUNCIÇÃO DE ÉMILE BENVENISTE

À luz da Teoria da Enunciação de Émile Benveniste, que nos autoriza a afirmar que forma e sentido convivem no uso da língua, pretendemos desenvolver um estudo teórico-prático da sintagmatização textual, partindo do pressuposto de que o sentido de um texto, a ser promovido pelos locutores na singularidade de cada instância enunciativa (*eu-tu-aqui-agora*), pode ser apreendido de sua sintagmatização nos planos global e analítico. Cabe destacar, no entanto, a afirmação de Flores (2008, p. 18) de que “a enunciação é o ato de tentar afunilar o sentido. Essa tentativa de afunilar requer e, por isso mesmo, produz uma sintaxe da enunciação”. Flores argumenta que o ato de afunilar o sentido é sempre um esforço para direcionar o sentido, o que, no entanto, é uma tentativa inútil, pois o sentido não pode ser integralmente construído sem o outro, sem o leitor.

Como já afirmamos, nossa (hipó)tese é a de que, na arquitetura dos textos, há diferentes configurações do aparelho formal da enunciação: a língua disponibiliza formas específicas que revelam a presença da subjetividade, mas, na construção de um texto, esse aparelho formal se atualiza, se singulariza por meio da sintagmatização promovida pelo locutor. José Luiz Fiorin (2002, p. 19), em *As astúcias da enunciação*, prevê a convivência, na enunciação, de estabilidades e instabilidades e procura mostrar as instabilidades linguísticas nas categorias de pessoa, espaço e tempo:

No entanto, se é verdade que a enunciação se vale de formas estereotipadas, de esquemas canônicos e de normas, também cria novos modos de dizer. É uma práxis, que, ao trabalhar a língua, não só a emprega mas também a constitui, num jogo de estabilidades e de instabilidades. Ela desestabiliza a língua e os usos, desfaz diferenças e cria outras, reinventa o universo de sentido, rompe certas coerções sintagmáticas, reconstrói paradigmas, faz e desfaz.

Ao enunciar-se, “o locutor se apropria do sistema formal da língua” (BENVENISTE, 1989f, p. 84), elegendo as formas que melhor expressam o sentido que pretende atribuir a seu discurso. Benveniste argumenta que, ao declarar-se *eu*, o locutor implanta diante de si um outro, *tu* (o alocutário), mas, no momento em que *tu* toma a palavra, torna-se *eu*. Existe, portanto, inversibilidade entre as duas pessoas do discurso, não havendo hegemonia de uma sobre a outra, mas alternância entre os protagonistas da enunciação. A língua em funcionamento somente existe na perspectiva de *eu* (subjetividade) em relação com o *tu* (intersubjetividade). Concordamos com Lichtenberg (2001, p. 162) quando afirma, com base em Benveniste, que “a subjetividade releva a intersubjetividade”, pois, ao tomar a palavra, o

locutor fala de si ou de sua relação com o mundo, dirigindo-se a um alocutário, numa instância discursiva única.

Cada vez que o locutor faz uso da palavra, apropria-se dos recursos linguísticos disponíveis no sistema, organizando-os sintaticamente, com vistas a expressar sentidos. E essa ação é sempre inédita. Portanto, se fizermos uma análise linguística de mecanismos que o locutor elege para promover o sentido num texto, não podemos fazer generalizações, uma vez que cada instância discursiva é única. Claudine Normand (2009, p. 181, grifo nosso) ratifica essa posição:

Se a frase, como diz nesse texto de 1966¹⁷, “só existe no instante em que é proferida e se apaga nesse instante”; se “é um acontecimento que desaparece”, portanto, por definição, particular e única, parece-me que o estudo das frases depende menos de uma análise linguística (em princípio generalizável) do que de **um comentário de texto cada vez particular**.

Sendo o texto nosso objeto de estudo, é importante que deixemos claro que não se encontra em Benveniste (2005f, p. 139, grifos nossos) uma definição de texto, mas sua afirmação de que “a frase, **criação indefinida, variedade sem limite**, é a própria vida da linguagem em ação” autoriza-nos a concluir que sua concepção de frase é mais ampla do que a que se conhece nos estudos da sintaxe tradicional, podendo inclusive ser compreendida como texto. Ao focar seu interesse na língua como semântica (língua em emprego e em ação), Benveniste (1989a, p. 229) afirma que “a expressão semântica por excelência é a frase”. Assim, podemos dizer que, em Benveniste, a frase (produto da enunciação), que pode ter a dimensão de um texto, implica sempre um *eu-tu-aqui-agora*.

Em nossa leitura de *Problemas de Linguística Geral I e II*, constatamos que se podem reunir os textos teóricos mais significativos para este trabalho nos três grandes eixos nocionais apresentados a seguir, em cada um dos quais se observam conceitos relacionados a uma noção central. Cabe sublinhar que esse é apenas um percurso de leitura dos textos de Benveniste, havendo outros percursos possíveis. Parece-nos que a divisão nesses três blocos possibilita uma leitura em que se visualiza, no conjunto dos textos benvenistianos, um desenvolvimento da concepção de significação: primeiramente, a preocupação de Benveniste é com as marcas (índices) da subjetividade na linguagem; depois, focaliza os níveis semiótico e semântico da língua e, finalmente, propõe que toda a língua está submetida à enunciação.

¹⁷ A autora refere-se ao artigo *La forme et le sens dans le langage*, publicado pela primeira vez em 1966, em *Le Langage II* (Sociétés de Philosophie de langue française, Actes du XIII^e Congrès, Genève). Em *Problemas de Linguística Geral II*, publicado em 1989, é traduzido sob o título *A forma e o sentido na linguagem*.

1 – Pessoa/não pessoa

1946: *Estrutura das relações de pessoa no verbo* (PLGI, cap. 18);

1956: *A natureza dos pronomes* (PLGI, cap. 20);

1958: *Da subjetividade na linguagem* (PLGI, cap. 21).

2 – Forma e sentido

1964: *Os níveis da análise linguística* (PLGI, cap. 10);

1965: *A linguagem e a experiência humana* (PLGII, cap. 4);

1966: *A forma e o sentido na linguagem* (PLGII, cap. 15);

1969: *Semiologia da língua* (PLGII, cap. 3).

3 – O aparelho formal da enunciação

1970: *O aparelho formal da enunciação* (PLGII, cap. 5).

Em vista disso, optamos por organizar este capítulo em três grandes partes, de acordo com a noção central abordada nos artigos citados. Conceitos fundantes, como enunciação, intersubjetividade, referência, forma-sentido, frase, sintagmatização, tempo-espço, estão relacionados a tais eixos centrais. O conceito de intersubjetividade está estreitamente associado à noção de pessoa, assim como as noções de tempo-espço; o conceito de frase relaciona-se diretamente à noção de forma-sentido, e os conceitos de referência (e, por extensão, também tempo-espço) e sintagmatização, por sua vez, associam-se à noção de frase. O termo “enunciação” é mais detidamente focalizado em *O aparelho formal da enunciação*, artigo no qual também são retomadas as noções de intersubjetividade e referência.

2.1 Pessoa e não pessoa

Tradicionalmente, a noção de pessoa, comumente relacionada ao estudo do verbo e dos pronomes pessoais, comporta três pessoas: a que fala (primeira pessoa), aquela com quem se fala (segunda pessoa) e aquela de quem se fala (terceira pessoa). Em *Estrutura das relações de pessoa no verbo*¹⁸, Benveniste (2005e, p. 248) critica o “caráter sumário e não linguístico de uma categoria assim proposta”. Segundo ele, o que é denominado, na teoria

¹⁸ Artigo publicado pela primeira vez em 1946.

clássica, de “terceira pessoa” é, na verdade, a não pessoa: se, nas formas *eu e tu*, há, ao mesmo tempo, uma pessoa implicada e um discurso sobre ela, a forma *ele* está fora da relação eu-tu.

O autor argumenta que *eu e tu* possuem duas características: a unicidade e a inversibilidade (ou reversibilidade), ausentes no *ele*. *Eu e tu* são sempre únicos (isto é, designam um novo ser a cada enunciação) e podem inverter-se: no momento em que o *tu* toma a palavra, este se torna *eu*, e vice-versa, não havendo hegemonia de uma sobre a outra, mas alternância entre os protagonistas da enunciação. Na concepção do linguista, a polaridade eu-tu não quer dizer igualdade nem simetria: o termo *ego* tem sempre uma posição de transcendência, de precedência teórica em relação a *tu*. Mesmo assim, nenhum dos dois se concebe sem o outro.

Ele, ao contrário, pode designar uma infinidade de sujeitos ou nenhum, sendo a forma pela qual uma coisa é predicada verbalmente. Em *O antônimo e o pronome em francês moderno*¹⁹, Benveniste (1989e, p. 206) reitera a característica da unicidade de *eu e tu* em oposição a *ele*: “*Je* é uma pessoa única; *tu* é uma pessoa única, mas *il* representa não importa que sujeito compatível com seu gênero e número e pode, repetido num mesmo enunciado, remeter a sujeitos diferentes”.

No final do artigo de 1946, conclui que há uma oposição entre as duas primeiras pessoas e a “terceira”, como membros de uma correlação: a correlação de pessoalidade – o par *eu-tu* tem a marca de pessoa, ao passo que *ele* é privado dessa marca. Além dessa oposição, Benveniste também opõe *eu* a *tu* (não *eu*), o que denomina “correlação de subjetividade”: o *tu* é a pessoa não subjetiva em face da pessoa subjetiva *eu*.

Em *A natureza dos pronomes*²⁰, Benveniste (2005b, p. 277) chama atenção para o fato de que alguns pronomes pertencem à sintaxe da língua, enquanto outros caracterizam o que denomina “instâncias do discurso”, isto é, pertencem ao nível pragmático. Retomando o conceito de unicidade, o autor afirma: “Cada *eu* tem a sua referência própria e corresponde cada vez a um ser único, proposto como tal. Qual é, portanto, ‘a realidade’ à qual se refere *eu* ou *tu*? Unicamente uma ‘realidade de discurso’, que é coisa muito singular.” (BENVENISTE, 2005b, p. 278, grifos do autor).

Nesse artigo, o linguista afirma que *eu* somente assume valor na instância em que é produzido e define: “*eu* é o ‘indivíduo que enuncia a presente instância de discurso que contém a instância linguística *eu*’”, assim como *tu* é “o ‘indivíduo alocutado na presente

¹⁹ Publicado pela primeira vez em 1965.

²⁰ Publicado pela primeira vez em 1956.

instância de discurso contendo a instância linguística *tu*” (BENVENISTE, 2005b, p. 279, grifos do autor). Segundo ele, relacionados a eu-tu, há pronomes, advérbios e locuções adverbiais, denominados “indicadores”, que remetem à enunciação, cada vez singular:

Desprovidos de referência material, não podem ser mal empregados; não afirmando nada, não são submetidos à condição de verdade e escapam a toda negação. O seu papel consiste em fornecer o instrumento de uma conversão, a que se pode chamar a conversão da língua em discurso. É identificando-se como pessoa única pronunciando *eu* que cada um dos locutores se propõe alternadamente como “sujeito”. Assim, o emprego tem como condição a situação de discurso e nenhuma outra (BENVENISTE, 2005b, p. 280-281).

Benveniste (2005b, p. 282) explica que, diferentemente dos “indicadores”, há enunciados de discurso que remetem à realidade objetiva e que, portanto, não possuem a condição de pessoa. Tais enunciados situam-se no domínio do que se convencionou chamar de “terceira pessoa”, “membro não marcado da correlação de pessoa”.

Um conceito intimamente relacionado à noção de pessoa é o de intersubjetividade, uma vez que a condição de diálogo é constitutiva da pessoa. No entanto, a intersubjetividade não se restringe somente à noção de pessoa, visto que perpassa todas as demais noções desenvolvidas na Teoria da Enunciação benvenistiana. Passemos agora a abordar mais especificamente tal noção.

2.1.1 Intersubjetividade

O título do artigo *Da subjetividade na linguagem*, cuja primeira publicação foi em 1958, evidencia que toda a linguagem é subjetiva: “É um homem falando que encontramos no mundo, um homem falando com outro homem, e a linguagem ensina a própria definição do homem.” (BENVENISTE, 2005d, p. 285). Por meio dessa afirmação, Benveniste deixa claro que, na linguagem e por meio da linguagem, o homem, em sua interação com o outro, se constitui como sujeito. O autor trata da impossibilidade da oposição entre a linguagem e o homem e, pautado nisso, nega o aspecto instrumental da linguagem. Afirma o homem na sua fala com o outro homem e define-o a partir da linguagem. O uso das formas linguísticas que pertencem à língua é, na verdade, o produto do jogo interativo dado pelo uso dessas formas, o que permite a passagem de locutor a sujeito pela apropriação da língua.

É pertinente o esclarecimento de Flores e Teixeira (2005, p. 35) sobre a concepção de sujeito em Benveniste: “Não subjaz à linguística de Benveniste uma concepção idealista de

sujeito porque a sua teoria da enunciação não fala do sujeito em si, mas da representação linguística que a enunciação oferece dele”.

Benveniste (2005d, p. 286) entende a subjetividade como “a capacidade do locutor para se propor como ‘sujeito’”. Aya Ono (2007, p. 138, tradução nossa) sugere a ampliação dessa noção de subjetividade, definindo-a como “o caráter daquilo que concerne ao sujeito”. Nessa perspectiva alargada, ela propõe três instâncias de subjetividade:

1. A subjetividade na língua, presente no sistema linguístico de cada idioma, determina a posição do sujeito na língua. Ela forma uma base para a subjetividade da segunda instância. Segundo Ono, essa subjetividade se define por sua natureza virtual. Categorias tais como tempos verbais, a pessoa, os nomes de agente sugerem a possibilidade de a subjetividade residir na língua, ou seja, é uma subjetividade que impregna o sistema linguístico como um todo. Essa subjetividade não tem relação com a concepção de locutor ou de sujeito falante, mas determina a posição do sujeito na língua, seja o sujeito gramatical, seja o agente ou pessoa em relação ao processo.

O primeiro artigo em que Benveniste emprega o termo “subjetividade” é *Estrutura das relações de pessoa no verbo*, texto de 1946, em que propõe que as expressões da pessoa verbal são organizadas por duas correlações: a correlação de pessoalidade (opõe as pessoas *eu-tu* à não pessoa *ele*) e a correlação de subjetividade (opõe *eu* – pessoa subjetiva a *tu* – pessoa não subjetiva). Nesse texto, o autor entende a palavra “sujeito” em seu sentido lógico-sintático, como suporte de uma ação, e não como sujeito falante ou pensante. Já o conceito de “pessoa” restringe-se à noção de ser humano.

2. A subjetividade na linguagem ou a subjetividade em ação, no exercício da linguagem. Entre as três instâncias de subjetividade, esta ocupa um lugar central na teoria de Benveniste.

O sujeito, a linguagem e o tempo nascem do ato de discurso. Segundo Ono (2007, p. 156, tradução nossa),

A enunciação, esse ato de discurso, se insere no tempo físico e imensurável e, dividindo esse tempo, ela cria um espaço temporal, a instância de discurso, em que aparece também a instância do eu. Essa temporalidade da enunciação, embora momentânea, não é vazia nem fútil. Ao contrário, é só esse tempo que existe para o homem.

3. A subjetividade fora da linguagem. Aya Ono lembra que, para Benveniste, não há lugar em que o sujeito possa estar fora da enunciação, mas que o autor deixa um lugar vazio destinado ao sujeito, em sua linguística. Ela propõe desenhar-lhe os

contornos, examinando duas hipóteses: a que opõe o locutor ao sujeito e a que consiste em dizer que é a intersubjetividade que funda a subjetividade na linguagem. Segundo ela, o locutor não é o sujeito, mas define o “homem falante”.

Pode parecer, à primeira vista, estranha a afirmação de Benveniste (2005d, p. 290, grifo do autor) de que “a instalação da ‘subjetividade’ na linguagem cria na linguagem e, acreditamos, igualmente **fora da linguagem**, a categoria da pessoa”. Dessons (2006, p. 111, tradução nossa) explica que

se se considera a abordagem utilizada na elaboração de sua [de Benveniste] teoria da enunciação, que vai do filológico ao semântico ou, sobre outro plano, do linguístico ao ético, pode-se pensar que ele propõe conceber a pessoa humana, em sua realidade psicológica e sociológica, da mesma forma que a pessoa da enunciação, isto é, define pela dupla subjetividade-historicidade o que se realiza na e pela linguagem.

Isso quer dizer que, do ponto de vista de uma antropologia da linguagem, quando se faz uso da linguagem, está-se na linguagem. Portanto, o estudo da sociedade justifica uma abordagem enunciativa, consequência de uma linguística que define “a inclusão do falante em seu discurso” como “a consideração pragmática que coloca a pessoa na sociedade enquanto participante e que desdobra uma rede complexa de relações espaço-temporais que determinam os modos de enunciação” (BENVENISTE, 1989c, p. 101).

Para Benveniste (2005d, p. 286, grifos do autor), a linguagem fundamenta o conceito de *ego*. Nas palavras do autor, “é ‘ego’ quem diz ‘ego’”. Encontramos aí o fundamento da ‘subjetividade’ que se determina pelo status linguístico da pessoa”. Nessa afirmação, parece-nos que o primeiro “ego” é o locutor, ser do discurso, que faz uso da palavra; o segundo “ego” é o sujeito que emerge da enunciação, ou seja, é o efeito da enunciação, marcado linguisticamente pelo pronome pessoal “eu”. Assim, na Teoria da Enunciação benvenistiana, locutor e sujeito são noções diferentes: o sujeito da enunciação não existe *a priori*, mas é o rastro de si deixado pelo locutor em seu discurso. Mesmo que o enunciado não apresente explicitamente a marca do *eu*, *eu* subjaz ao enunciado, o que quer dizer que toda a língua em funcionamento é subjetiva.

Benveniste explica que a linguagem é a possibilidade da subjetividade, já que contém formas linguísticas apropriadas à sua expressão, isto é, constituído de instâncias discretas, o discurso faz emergir a subjetividade. Consoante o autor, a linguagem propõe formas “vazias”, às quais o locutor recorre para enunciar-se e para dirigir-se ao parceiro da interação verbal. Tais formas são constantemente atualizadas ou renovadas no exercício da língua. Nas palavras de Benveniste (1989b, p. 69), “fora do discurso efetivo, o pronome não é senão uma forma vazia, que não pode ser ligada nem a um objeto nem a um conceito”. Catherine Kerbrat-

Orecchioni (1999, p. 41, grifos da autora, tradução nossa) discorda da afirmação de Benveniste de que os dêiticos são formas “vazias”: segundo ela, podem não remeter a um objeto, isto é, não ter autonomia referencial, mas certamente remetem a um conceito: “O que varia com a situação é o referente de uma unidade dêitica, e não seu sentido, que permanece constante de um emprego a outro; o pronome ‘eu’ fornece sempre a mesma informação, a saber, ‘a pessoa à qual reenvia o significante, é o sujeito da enunciação’”.

Parece-nos pertinente o argumento de Orecchioni, pois os dêiticos têm um sentido: *eu* e *tu*, por exemplo, carregam a noção de actantes do processo de enunciação, assim como *aqui* e *agora* designam o lugar e o tempo em que se encontra o locutor. Seus referentes, no entanto, somente podem ser apreendidos se se levar em conta a situação de comunicação.

Ao afirmar que “toda enunciação é, explícita ou implicitamente, uma alocação” (BENVENISTE, 1989f, p. 84), Benveniste também dá relevo à intersubjetividade: no momento em que o locutor faz uso da língua, ele sempre instaura o *tu*, aquele(s) a quem destina sua mensagem. Como a enunciação é sempre dialógica, produz dois sujeitos, dos quais *tu* constitui a condição de existência de *eu*.

A partir das noções explicitadas até aqui, cabe indagar: e os signos relacionados à noção de não pessoa, denominados “signos plenos” em oposição aos indicadores de subjetividade (“signos vazios”)? Seriam eles destituídos de subjetividade? Em outras palavras: há lugar para a não pessoa (*ele*) na cena enunciativa? É claro que *ele* não participa da enunciação como sujeito (locutor ou alocutário), mas, ao falar de *ele*, o enunciado nunca é totalmente objetivo, visto que está submetido à perspectiva do *eu*. Assim, ao empregar a não pessoa em seu discurso, o locutor não deixa de falar de si: como a enunciação emana do locutor, a relação com o mundo por meio da linguagem é sempre mediada pelo *eu*.

Focalizamos a afirmação de Benveniste (2005d, p. 292) de que a não pessoa “faz necessariamente parte de um discurso enunciado por *eu*”, o que nos autoriza a dizer que, ainda que o locutor não se marque como pessoa, a subjetividade está inscrita na língua.

Corroborando essa afirmação, Flores et al. (2008, p. 61) argumentam que “o dizer, não importando o que se diga, está impregnado pela enunciação, independentemente de o signo ser relativo ao paradigma *eu-tu-aqui-agora* ou qualquer outro”. Assim, todos os signos, quando se convertem em palavras na língua em uso, expressam o mundo sob a ótica do *eu*, assumindo um sentido particular. A intersubjetividade perpassa, pois, toda a língua. A língua em funcionamento diz o mundo, na perspectiva de quem o diz. Flores et al. (2008, p. 66). concluem:

Assim, a não pessoa, quer entendida como pronome *ele*, quer entendida como um nome, o “objetivo” ou o cognitivo, não tem como referência o externo, mas a instância de discurso. A não pessoa, sob a noção da intersubjetividade, é um dêitico; então, sob esta noção, toda a língua é dêitica.

Além da categoria de pessoa, o tempo e o espaço também figuram como pertencentes ao domínio discursivo. Em *A natureza dos pronomes*, Benveniste explica que os advérbios “aqui” e “agora” fazem referência, assim como os pronomes pessoais (*eu, tu*) e os demonstrativos, à instância de discurso em que são proferidos. Nas palavras do autor,

Poremos em evidência a sua relação com *eu* definindo-os: aqui e agora delimitam a instância espacial e temporal coextensiva e contemporânea da presente instância de discurso que contém eu. Essa série não se limita a aqui e agora; é acrescida de grande número de termos simples ou complexos que procedem da mesma relação: hoje, ontem, amanhã, em três dias, etc. (BENVENISTE, 2005b, p. 279).

Em *Da subjetividade na linguagem*, Benveniste sublinha que o domínio da subjetividade não se restringe aos pronomes pessoais, que constituem o primeiro fundamento para a revelação da presença do sujeito no discurso. A temporalidade, segundo ele, também expressa a subjetividade inerente ao exercício da linguagem. O presente, que indica a concomitância do acontecimento descrito com a instância de discurso que o descreve, é o tempo axial, em relação ao qual se organizam o passado e o futuro.

Consoante Dessons (2006, p. 106, tradução nossa), “paralelamente aos índices de pessoa, existem marcadores encarregados de atualizar as coordenadas espaço-temporais da enunciação”. O autor afirma que esses indicadores organizam as relações espaciais e temporais em torno do sujeito tomado como ponto de referência e se definem somente em relação à instância de discurso em que são produzidos.

Vejamos como Benveniste (1989b, p. 69-70) explica o funcionamento dos demonstrativos que indicam espacialidade:

Indicando os objetos, os demonstrativos organizam o espaço a partir de um ponto central, que é Ego, segundo categorias variáveis: o objeto está perto ou longe de mim ou de ti, ele é também orientado (defronte ou atrás de mim, em cima ou embaixo), visível ou invisível, conhecido ou desconhecido, etc. O sistema das coordenadas espaciais se presta também para localizar todo objeto, em qualquer campo que seja, uma vez que aquele que o organiza está ele-próprio designado como centro e ponto de referência.

Constata-se, pois, que, nos três artigos aqui convocados que constituem o primeiro eixo, Benveniste centra sua atenção na subjetividade na linguagem, sublinhando os traços formais da língua que evidenciam essa subjetividade. Essas marcas linguísticas, que denomina “indicadores” em *A natureza dos pronomes*, pertencem “pela sua forma e pelas aptidões

combinatórias, a classes diferentes – uns pronomes, outros advérbios, outros ainda locuções adverbiais” (BENVENISTE, 2005b, p. 279).

Fábio Aresi (2011, p. 265, grifos do autor), em *Os índices específicos e os procedimentos acessórios da enunciação*²¹, afirma:

Vemos nesse “estágio” da reflexão benvenistiana que *subjetivo* (signos que remetem à instância de discurso: eu-tu-aqui-agora) e *objetivo* (signos que remetem a uma “realidade objetiva”) constituiriam duas espécies de “compartimentos” da língua, sendo que apenas o primeiro deles diria respeito à enunciação.

Parece-nos, no entanto, que, quando Benveniste ressalta, em *Da subjetividade na linguagem*, que a forma *ele* (não pessoa) faz necessariamente parte de um discurso enunciado por *eu*, o autor já vislumbra o fato de que a língua inteira está submetida à enunciação.

2.2 Forma e sentido

As noções de forma e sentido, concebidas por Benveniste como estreitamente vinculadas em toda a extensão da língua, são contempladas, especialmente, em três de seus artigos, apresentados em ordem cronológica, considerando a data da primeira publicação: *Os níveis da análise linguística* (1964), *A forma e o sentido na linguagem* (1966) e *Semiologia da língua* (1969). Relacionados a esses conceitos, vislumbram-se as noções de frase, referência e sintagmatização, também basilares na teoria benvenistiana.

No texto *Os níveis da análise linguística* (2005), Benveniste contextualiza o momento em que se reconheceu que a linguagem devia ser descrita como uma estrutura formal e que, para chegar a essa descrição, era necessário, primeiramente, estabelecer os procedimentos e os critérios adequados. Segundo ele, a linguística descobriu que a realidade do objeto não era separável do método em si para defini-lo. Diante dessas afirmações, o autor propõe estabelecer uma ordem nos fenômenos estudados, a fim de classificá-los de acordo com um princípio racional, e também nos métodos de análise, para chegar a uma descrição coerente, organizada conforme os mesmos conceitos e critérios.

Ele observa que a noção de nível parece central para a determinação do procedimento de análise. E acrescenta que “só ela é própria para fazer justiça à natureza articulada da linguagem e ao caráter discreto dos seus elementos; só ela pode fazer-nos reconhecer, na

²¹ Artigo publicado na revista *ReVEL* (v. 9, n. 16, 2011).

complexidade das formas, a arquitetura singular das partes e do todo” (BENVENISTE, 2005f, p. 127).

Benveniste estabelece duas operações que irão delimitar os elementos através das relações que os unem. São elas a segmentação e a substituição. Na primeira operação, o texto, independentemente de sua extensão, deve ser segmentado em porções cada vez menores até chegar aos elementos que não são decomponíveis. A distribuição, por sua vez, implica uma relação sintagmática (relação do elemento analisado com outros elementos presentes na mesma porção do enunciado) e uma relação paradigmática (relação do elemento com outros elementos não presentes no enunciado, passíveis de substituição e que poderiam substituí-lo).

Segundo o linguista, os merismas (traços distintivos dos fonemas) são somente substituíveis: por não serem segmentáveis, não podem formar classes sintagmáticas; mas, por serem substituíveis, constituem classes paradigmáticas. Os dois níveis inferiores de análise são, pois, o fonemático (dos fonemas) e o hipofonemático (dos merismas). Benveniste sublinha que, para obter status linguístico, as unidades de todos os níveis devem preencher uma condição: ter sentido. O sentido é, pois, na visão benvenistiana, uma condição indispensável na análise linguística.

A condição essencial para a definição de uma unidade linguística é sua integração em uma unidade mais alta. As unidades de determinado nível distribuem-se nesse nível, constituindo-o, e, ao mesmo tempo, integram um nível superior. A capacidade de integração em um nível mais alto concerne ao sentido, enquanto a capacidade de distribuição dentro do mesmo nível tange à forma.

O nível não é algo exterior à análise, mas um operador. Conforme Flores (no prelo, grifo do autor), em *Fato, nível da análise linguística e transcrição: três operadores da análise enunciativa*, “ele se define em função das relações distribucionais e integrativas que suas unidades têm. Logo, haveria sempre relações, que entendemos ser de *fronteira*, entre os planos da língua”. O autor chama atenção para o fato de que a enunciação não é um nível de análise, mas está presente em todos os níveis: qualquer fenômeno linguístico de qualquer nível pode ser estudado sob o ponto de vista da enunciação, tornando-se um *fato de língua* (expressão cunhada por Flores). Esse linguista conclui que, sendo a análise enunciativa transversal, “ela pode afetar um nível da língua ou vários níveis em inter-relação, e os fatos de línguas são, exatamente, os mecanismos colocados sob exame na análise transversal”. (FLORES, no prelo).

Benveniste (2005f, p. 131) esclarece que “do fonema passa-se ao nível do signo, identificando-se este, segundo o caso, a uma forma livre ou a uma forma conjunta

(morfema)”. A palavra, nesse caso, ocupa um nível intermediário. Por um lado, divide-se em unidades fonemáticas, que são de nível inferior; por outro, entra como unidade significativa e juntamente com outras unidades significantes, numa unidade de nível superior, a frase. O autor frisa que a frase tem sua realização através das palavras, mas que as palavras não são simplesmente seus segmentos, pois o todo da frase não se reduz à soma de suas partes.

Conforme Benveniste (2005f, p. 132),

A palavra é um constituinte da frase, efetua-lhe a significação; mas não aparece necessariamente na frase com o sentido que tem como unidade autônoma. A palavra pode assim definir-se como a menor unidade significativa livre susceptível de efetuar uma frase, e de ser ela mesma efetuada por fonemas. Na prática, a palavra é encarada sobretudo como elemento sintagmático, que constitui enunciados empíricos. As relações paradigmáticas têm menos importância quando se trata de uma palavra em função da frase.

Da citação acima, pode-se concluir que a palavra adquire seu valor semântico na convivência com outras palavras (relações sintagmáticas) dentro da frase. Ao se analisar o sentido de uma frase, o valor conceptual da palavra deve ser atualizado no exercício da língua.

O nível linguístico mais elevado, segundo Benveniste, é ocupado pela frase, que, embora comporte constituintes, não pode integrar nenhuma unidade mais alta. A frase é definida pelos seus constituintes, enquanto o merisma (unidade inferior) somente se define como integrante. O autor, ao concluir que o princípio que governa a distinção entre constituinte e integrante é a relação forma-sentido, observa que muitos linguistas tentam, em vão, evitar, ignorar ou expulsar o sentido em suas análises: “É inútil: essa cabeça de Medusa está sempre aí, no centro da língua, fascinando os que a contemplam.” (BENVENISTE, 2005f, p. 135). Assim como Perseu²², Benveniste lida habilmente com essa “cabeça de Medusa”, o sentido, sempre o relacionando à forma: “Benveniste encarrega o sentido de dar a ‘razão’ das formas.” (NORMAND, 2009, p. 101, grifo da autora).

Benveniste (2005f, p. 135) argumenta que “forma e sentido devem definir-se um pelo outro e devem articular-se juntos em toda a extensão da língua”. Segundo ele, a dissociação em constituintes leva à constituição formal, ao passo que a integração leva às unidades significantes.

O autor assim concebe as noções de forma e o sentido:

A forma de uma unidade linguística define-se como a sua capacidade de dissociar-se em constituintes de nível inferior. O sentido de uma unidade linguística define-se como a sua capacidade de integrar uma unidade de nível superior. Forma e sentido aparecem assim como propriedades conjuntas, dadas necessária e simultaneamente,

²² Perseu, na mitologia grega, foi o herói que decapitou a Medusa, mulher que, em lugar dos cabelos, tinha cobras na cabeça e cujo olhar petrificava todos os que a contemplassem.

inseparáveis no funcionamento da língua. As suas relações mútuas revelam-se na estrutura dos níveis linguísticos, percorridos pelas operações descendentes e ascendentes da análise e graças à natureza articulada da linguagem (BENVENISTE, 2005f, p. 135-136).

Flores (2008) explica que o sentido é relativo à enunciação e tem a ver com a “ideia” expressa por um locutor. Sentido, então, é relativo à frase, à unidade do discurso, pois somente na frase o signo, transformado em palavra, exprime um sentido, relativo à atribuição de referência, sentido que é manifestado por inter-relações entre palavras que constituem o enunciado.

Em *A forma e o sentido na linguagem*, que registra uma conferência de Benveniste dirigida a filósofos em 1966, o linguista complexifica as relações entre forma e sentido. Segundo ele, forma e sentido, nos níveis semiótico e semântico, cumprem o papel de instaurar “na língua uma divisão fundamental, em tudo diferente daquela que Saussure tentou instaurar entre língua e fala” (BENVENISTE, 1989a, p. 229). Esses dois níveis – semiótico e semântico – se superpõem na língua. No dizer de Benveniste (1989a, p. 233-234),

Na base, há o sistema semiótico, organização de signos, segundo o critério da significação, tendo cada um destes signos uma denotação conceptual e incluindo numa subunidade o conjunto de seus substitutos paradigmáticos. Sobre este fundamento semiótico, a língua-discurso constrói uma semântica própria, uma significação do intencional, produzida pela sintagmatização das palavras em que cada palavra não retém senão uma pequena parte do valor que tem enquanto signo. Uma descrição distinta é então necessária para cada elemento segundo o domínio no qual está encaixado, conforme é tomado como signo ou como palavra.

O autor comenta que, nas obras que tratam de semântica, “as manifestações de *sentido* parecem tão livres, fugidias, imprevisíveis, quanto são concretos, definidos e descritíveis os aspectos da *forma*” (BENVENISTE, 1989a, p. 221, grifos do autor). Ele afirma, então, que pretende, do lugar de linguista, situando-se no domínio da linguagem comum, explicitar estas “noções gêmeas de sentido e de forma” (BENVENISTE, 1989a, p. 221). Cabe destacar aqui a expressão “noções gêmeas”, que ratifica a ideia, já defendida no texto *Os níveis da análise linguística*, de que forma e sentido nascem juntos e articulam-se no funcionamento da língua.

Inicialmente, o linguista assim distingue forma e sentido:

Numa primeira aproximação, o sentido é a noção implicada pelo termo mesmo da língua como conjunto de procedimentos de comunicação identicamente compreendidos por um conjunto de **locutores**; e a forma é, do ponto de vista linguístico (diferentemente do ponto de vista dos lógicos²³), ou a matéria dos elementos linguísticos quando o sentido é excluído ou o arranjo formal destes

²³ No artigo traduzido para o português, lê-se: (a bem dizer do ponto de vista dos lógicos). Essa tradução não é fiel ao texto original (PLGII, 1974, p. 217), em que se lê: (à bien distinguer du point de vue des logiciens). Por isso, tomamos a liberdade de adequá-la ao texto-base.

elementos no nível linguístico ao qual pertencem²⁴ (BENVENISTE, 1989a, p. 222, grifo nosso).

Dessa citação depreende-se que, para Benveniste, o sentido é promovido pelo locutor na língua em funcionamento, por meio de um conjunto de recursos e estratégias mobilizados no ato comunicativo, compreendidos pelos interlocutores. É enfatizada aqui a natureza dialógica da língua em emprego e em ação. A forma, por sua vez, é concebida como significante ou como organização sintática.

Benveniste afirma que não é possível estabelecer uma oposição entre forma e sentido, pois, no funcionamento da língua, ambos se unem para criar a linguagem. Segundo ele, a função primordial da linguagem, sem a qual não haveria a sociedade, nem a possibilidade de humanidade, é, antes de tudo, significar.

O autor adota a posição de Saussure de que a língua é um sistema de signos. Mas pretende ultrapassar Saussure, afirmando que o signo linguístico não diz tudo a respeito da língua. Propõe, então, duas maneiras de ser língua, denominadas por ele *semiótica* e *semântica*. Nas palavras do autor,

Tudo o que é do domínio do semiótico tem por critério necessário e suficiente que se possa identificá-lo no interior e no uso da língua. Cada signo entra numa rede de relações e de oposições com os outros signos que o definem, que o delimitam no interior da língua. Quem diz “semiótico” diz “intra-linguístico”. Cada signo tem de próprio o que o distingue dos outros signos. Ser distintivo e ser significativo é a mesma coisa (BENVENISTE, 1989a, p. 227-228, grifos do autor).

A noção de semântica nos introduz no domínio da língua em emprego e em ação; vemos desta vez na língua sua função mediadora entre o homem e o homem, entre o homem e o mundo, entre o espírito e as coisas, transmitindo a informação, comunicando a experiência, impondo a adesão, suscitando a resposta, implorando, constringendo; em resumo, organizando toda a vida dos homens (BENVENISTE, 1989a, p. 229).

Na definição do domínio semiótico, observa-se que Benveniste enfatiza o aspecto distintivo das formas, na esfera das relações paradigmáticas. Ao definir a ordem semântica, o autor a situa no domínio do discurso, da língua em funcionamento, em que se verificam as relações sintagmáticas. Cabe destacar, ainda, que Benveniste dá relevo aos atos de linguagem ou de fala que o locutor instaura ao se dirigir a seu alocutário, agindo sobre ele ao enunciar-se.

No artigo *Semiologia da língua*, o autor coloca, inicialmente, a seguinte questão: Qual o lugar da língua entre os sistemas de signos? E responde a ela: A língua é o interpretante da sociedade. Em outras palavras, os signos da sociedade podem ser interpretados pelos signos

²⁴ Na tradução para o português, em lugar de “no nível linguístico ao qual pertencem, lê-se “ao nível linguístico relevante”. Essa tradução também contraria o teor do texto original (PLGII, 1974, p. 217), que é assim expresso: “au niveau linguistique dont il relève”. Por isso, tomamos a liberdade de modificá-la.

linguísticos, sendo impossível o contrário. Benveniste destaca que a língua é o interpretante inclusive dos próprios sistemas linguísticos, tal é seu estatuto. É a língua, conforme o autor, que possibilita a sociedade.

Benveniste (1989g, p. 63) apresenta as seguintes características da língua, que a tornam o único sistema semiótico tanto na sua estrutura formal quanto no seu funcionamento:

1. ela se manifesta pela enunciação, que contém referência a uma situação dada; falar é sempre falar-de;
2. ela consiste formalmente de unidades distintas, sendo que cada uma é um signo;
3. ela é produzida e recebida nos mesmos valores de referência por todos os membros de uma comunidade;
4. ela é a única atualização da comunicação intersubjetiva.

A partir daí, o autor conclui que “a língua é a organização semiótica por excelência” (BENVENISTE, 1989g, p. 63). Em outras palavras, o sistema linguístico possui formas (signos) que se atualizam cada vez que o locutor põe a língua em funcionamento.

Neste artigo, Benveniste retoma os domínios semiótico e semântico, propostos em *A forma e o sentido na linguagem*, denominando-os *modo semiótico* e *modo semântico*, modos distintos de significação que possuem seu próprio aparelho conceptual. O semiótico tem como constituinte o signo, que deve ser reconhecido; o semântico (discurso) deve ser compreendido. O que produz o sentido é, de acordo com o autor, “o ‘intentado’, concebido globalmente, que se realiza e se divide em ‘signos’ particulares, que são as PALAVRAS”. (BENVENISTE, 1989g, p. 65, grifos do autor). Outra característica do modo semântico é que toma a seu encargo o conjunto dos referentes, correspondendo ao mundo da enunciação, ao passo que o semiótico é desvinculado de toda referência.

Cabe destacar que, neste texto, Benveniste não vê a possibilidade de transição, nem por sintagmatização nem por outro modo, do signo à frase. Segundo ele, “um hiato os separa” (BENVENISTE, 1989g, p. 66). O domínio semântico precisará de um aparelho de conceitos e de definições distinto daquele proposto por Saussure para o signo linguístico.

Diante disso, o autor conclui que é preciso “ultrapassar a noção saussuriana de signo como princípio único, do qual dependeria simultaneamente a estrutura e o funcionamento da língua” (BENVENISTE, 1989g, p. 67). E sugere que essa ultrapassagem seja feita de duas maneiras:

- na análise intralinguística, pela abertura de uma nova dimensão de significância, a do discurso, que denominamos semântica, de hoje em diante distinta da que está ligada ao signo, e que será semiótica;

- na análise translinguística dos textos, das obras, pela elaboração de uma metassemântica que se construirá sobre a semântica da enunciação (BENVENISTE, 1989g, p. 67).

Nessa afirmação de Benveniste, cabe destacar o emprego de três prefixos: “intra”, “trans” e “meta”. Os dois primeiros são antepostos ao adjetivo “linguística”, que especifica o substantivo “análise”. O prefixo “intra” (posição interior ou movimento para dentro) aponta para uma análise linguística que “olha” para dentro do discurso, observando as formas de que se vale o locutor para promover o sentido. Já o prefixo “trans” (movimento através de ou além de) pode indicar que a análise ultrapassa as fronteiras demarcadas pela língua ou que atravessa os diversos níveis linguísticos na busca de sentidos que não estão circunscritos às partes de um todo, mas a um todo (texto, obra). Esta análise não se situa, pois, somente nas microestruturas (planos analíticos), mas na macroestrutura (plano global), podendo ser empreendida, também, por meio do cotejo de diferentes textos ou obras. O prefixo “meta” (transposição, além de, posterioridade), anteposto ao substantivo “semântica”, reafirma esse movimento além da semântica, que ultrapassa a semântica, mas – é importante ressaltar – constrói-se sobre ela, a partir dela.

Relacionada à noção de sentido, isto é, situada no domínio semântico, temos a frase, noção a ser explicitada a seguir, em seção à parte, tendo em vista a relevância desse conceito na elaboração desta tese.

2.2.1 A frase

Conforme já mencionamos anteriormente, Benveniste, em *Os níveis da análise linguística*, considera a frase o limite superior dos níveis linguísticos. Ele explica que a frase só se define pelos seus constituintes, pois não integra nenhum nível superior. A frase, segundo o autor, situa-se num nível que se distingue dos demais níveis linguísticos, isto é, não representa “simplesmente um degrau a mais na extensão do segmento considerado”. (BENVENISTE, 2005f, p. 137).

As afirmações de Benveniste (2005f, p. 137) de que “uma frase não pode servir de integrante a outro tipo de unidade” e de que a frase é “um segmento do discurso” (BENVENISTE, 2005f, p. 139) parecem, à primeira vista, contraditórias, pois ser segmento de uma unidade e ser integrante dessa unidade parece dizer a mesma coisa. Aya Ono (2007, p. 61-62, tradução nossa) explica que essa contradição é apenas aparente:

Duas dimensões se recobrem na concepção benvenistiana de frase. De um lado, uma dimensão formal, em que a frase é considerada como uma unidade discreta, segmento de discurso; de outro lado, uma dimensão de atualização, na qual ela é concebida como a língua em ação, em consequência, cada vez particular e inclassificável. Certamente, a frase já é tradicionalmente definida como uma seqüência de palavras e como um segmento de discurso, mas Benveniste introduz em sua definição uma nova dimensão, a da língua em ação.

Assim, quanto a seu aspecto formal, a frase pode ser concebida como integrante do discurso, mas, como expressão semântica, situada na dimensão da língua em funcionamento, ela é sempre singular, relativa a *eu-tu-aqui-agora*. Flores et al. (2008, p. 68) sublinham: “a frase é sempre nova e não repetível.”

Embora contemple a frase em sua dimensão formal, a definição que Benveniste (2005f, p. 139-140) destaca em *Os níveis da análise linguística* é a da frase como atualização. Isso se constata nas seguintes afirmações:

1. A frase, criação indefinida, variedade sem limite, é a própria vida da linguagem em ação.
2. A frase pertence bem ao discurso. É por aí mesmo que se pode defini-la: a frase é a unidade do discurso.
3. Ora, essas três modalidades [assertiva, interrogativa, imperativa] apenas refletem os três comportamentos fundamentais do homem falando e agindo pelo discurso sobre o seu interlocutor: quer transmitir-lhe um elemento de conhecimento, ou obter dele uma informação, ou dar-lhe uma ordem. Essas são as três funções interumanas do discurso que se imprimem nas três modalidades da unidade de frase, correspondendo cada uma a uma atitude do locutor.
4. É, porém, uma unidade completa, que traz ao mesmo tempo sentido e referência: sentido porque é informada²⁵ de significação, e referência porque se refere a uma determinada situação. Os que se comunicam têm justamente isso em comum, uma certa referência de situação, sem a qual a comunicação como tal não se opera, sendo inteligível o “sentido”, mas permanecendo desconhecida a “referência”.
5. É no discurso atualizado em frases que a língua se forma e se configura. Aí começa a linguagem.

A afirmação de que a frase é “uma variedade sem limite” autoriza-nos a sustentar que ela pode abarcar porções breves ou extensas de texto ou coincidir com o próprio texto. Ao usar a expressão “própria vida da linguagem em ação”, Benveniste aproxima a noção de frase da noção de enunciação ou de discurso. Dessons (2006) afirma que é significativo o fato de a frase ser abordada a partir do ponto de vista pragmático da enunciação. Segundo ele, “a frase aparece, assim, como a manifestação do empírico da linguagem, o que Benveniste exprime

²⁵ Na tradução para o português, em lugar de “informada”, foi usado o termo “enformada”. Não nos parece adequada essa tradução, uma vez que, no texto original, Benveniste (1966, p. 130) emprega o termo “informée”.

pela ideia de *criação*” (DESSONS, 2006, p. 63, grifo do autor, tradução nossa) em sua definição.

Ao definir a frase como unidade do discurso, Benveniste defende a ideia de que a frase pode ser concebida como “unidade de uma linguística do discurso em oposição a partes do discurso, unidades tradicionais da gramática, ligadas a um valor lógico do discurso”, conforme explica Dessons (2006, p. 64, tradução nossa). O autor acrescenta que a definição de frase como segmento do discurso faz da frase uma unidade relevante “de um sistema não apriorístico, não geral, cada vez histórico, singular” (DESSONS, 2006, p. 64, tradução nossa).

Relacionando o conceito de frase às três principais modalidades, Benveniste também dá relevo à língua em ação, por meio da qual o locutor age sobre o alocutário. Cabe sublinhar as expressões “funções interumanas do discurso” e “atitude do locutor”, as quais evidenciam a relação da frase com a intersubjetividade, que se observa na interação verbal entre parceiros da comunicação, isto é, seu aspecto pragmático.

Ao dizer que a frase comporta sentido e referência, Benveniste chama atenção para o fato de que esta, além de exprimir uma ideia, remete a determinada instância ou situação discursiva. Aparece aí, em segundo plano, a primeira definição de referência.

Na afirmação 5, Benveniste focaliza o papel da frase na conversão da língua em discurso. Segundo ele, a partir dessa conversão ou atualização, surge a linguagem.

Em *A forma e o sentido na linguagem*, Benveniste distingue o signo, que tem valor genérico e conceptual, da frase, que assume sempre um sentido singular. Nas palavras do autor, “o signo e a frase são dois mundos distintos e que exigem descrições distintas” (BENVENISTE, 1989a, p. 229). De acordo com ele, há, na língua, dois domínios do sentido e da forma: a língua como semiótica e a língua como semântica. No primeiro domínio, situa-se o signo; no segundo, a frase. O foco agora não é mais o significado do signo, mas o intentado (*intété*), aquilo que o locutor quer dizer e a maneira como agirá sobre o outro.

Neste artigo, o linguista acrescenta, às noções de frase apresentadas em *Os níveis de análise linguística*, outras definições que dão relevo à concepção enunciativa da linguagem, contemplando o discurso como manifestação e constituição da historicidade:

1. Mas e a frase? Qual sua função comunicativa na língua? Afinal, é assim que nos comunicamos: por frases, mesmo que truncadas, embrionárias, incompletas, mas sempre por frases. Está aí, em nossa análise, um ponto crucial. Contrariamente à ideia de que a frase possa constituir um signo no sentido saussuriano, ou que se possa, por simples adição ou extensão do signo, passar à proposição e depois aos diversos tipos de construções sintáticas, pensamos que o signo e a frase são dois mundos distintos e que exigem descrições distintas (BENVENISTE, 1989a, p. 228-229).

2. Ora, a expressão semântica por excelência é a frase. Nós diríamos a frase em geral, sem mesmo distingui-la da proposição, para nos mantermos no essencial, a produção do discurso. Não se trata mais, desta vez, do significado do signo, mas do que se pode chamar o **intentado**, do que o locutor quer dizer, da atualização linguística de seu pensamento (BENVENISTE, 1989a, p. 229, grifo nosso).
3. A frase é então cada vez um **acontecimento** diferente; ela não existe senão no instante em que é proferida e se apaga neste instante; é um **acontecimento** que desaparece (BENVENISTE, 1989a, p. 231, grifos nossos).

Na primeira definição, evidencia-se o aspecto pragmático da frase, a empiricidade do discurso. Como afirma Dessons (2006, p. 64, tradução nossa), “a frase é dêitica. Seu valor é o de ser, enquanto unidade do discurso, a historicidade da linguagem, e da língua”. Vale ressaltar, também, que, no artigo *A forma e o sentido na linguagem*, Benveniste concebe a frase como participando de um domínio diferente daquele do signo, de modo que não há como passar do signo à frase, pois uma lacuna os separa: o signo tem valor genérico, conceptual, não admitindo significado particular ou ocasional; a frase, ao contrário, pertence ao domínio do particular, do empírico, do histórico, o domínio do discurso.

A definição 2 põe em relevo o fato de que não é uma adição de signos que acarreta o sentido, mas o sentido é concebido globalmente (o *intenté*). Consoante Dessons, a expressão “o que o locutor quer dizer” pode, à primeira vista, surpreender numa teoria que estabelece a contemporaneidade do sujeito e de sua enunciação e que, portanto, exclui a anterioridade do pensamento em relação ao discurso. Em outras palavras, o conteúdo do pensamento somente recebe forma, da língua e na língua, quando é enunciado. Dessons acrescenta que, se o *intenté* (intentado) “é um ato de significação, não foge à historicidade, o que o dissocia radicalmente da redução transcendental e leva ao discurso” (DESSONS, 2006, p. 148).

A terceira definição de frase remete a sua fugacidade (é um acontecimento evanescente). Cabe chamar atenção, nessa definição, para a palavra “acontecimento”, que traduz a ideia de algo episódico, que ocorre num determinado momento (o presente linguístico). Para Dessons (2006, p. 65), “essa definição de frase constitui também uma definição da historicidade”. Consideramos que essa concepção de frase associa-a à noção de enunciação, evento cada vez singular, situado num aqui e agora.

Em *Semiologia da língua*, Benveniste não mais emprega o termo “frase” para se referir à expressão semântica. Substitui-a por “enunciação”:

“Com o semântico entramos no modo específico de significância que é engendrado pelo DISCURSO.” (BENVENISTE, 1989g, p. 65, grifo do autor).

“A ordem semântica se identifica ao mundo da enunciação e ao universo do discurso.” (BENVENISTE, 1989g, p. 66).

Ao afirmar que, no semântico, o modo de significância é engendrado pelo discurso, o autor atribui ao discurso a competência de dar origem ao ou produzir o modo semântico. Na segunda afirmação, observa-se que entre as expressões “mundo da enunciação” e “universo do discurso”, o linguista se vale de uma conjunção aditiva (“e”). Consideramos que esse conectivo tem um valor consecutivo (= e, conseqüentemente), pois, em nossa concepção, verifica-se aí uma relação de hiponímia, visto que “o mundo da enunciação” pertence ao “universo do discurso”.

Em “O aparelho formal da enunciação”, Benveniste também não mais se refere à frase, mas à enunciação, preocupando-se em definir este termo. Focaliza sua atenção nos índices específicos e procedimentos acessórios por meio dos quais o locutor enuncia sua posição de locutor.

Enfim, podemos afirmar que, na concepção benvenistiana, o sentido da frase, isto é, a ideia que ela exprime, se realiza formalmente pela escolha de palavras e por sua sintagmatização – modo de ligação entre as palavras, convivência e conivência entre elas. Eis aí outra noção intimamente relacionada às noções de frase e forma-sentido – a sintagmatização – a qual será mais detidamente enfocada no item a seguir.

2.2.1.1 A sintagmatização

As noções de sintagma e de sintagmatização ocupam, nas teorias saussuriana e benvenistiana, um lugar de destaque. Em Saussure (1975), a noção de sintagma é bastante abrangente, abarcando desde constituintes mórficos (morfemas) até períodos compostos. No *Curso de Linguística Geral*²⁶, no capítulo intitulado “Relações sintagmáticas e relações associativas”, ele propõe duas esferas distintas:

1. uma pertencente ao discurso, em que “os termos estabelecem entre si, em virtude de seu encadeamento, relações baseadas no caráter linear da língua, que exclui a possibilidade de pronunciar dois elementos ao mesmo tempo” (SAUSSURE, 1975, p. 142). Essas relações, que ele denomina sintagmáticas, existem *in praesentia*, isto é, repousam em termos que se alinham um após o outro na cadeia da fala. Exemplos: *des-fazer, porta-malas, de folga, a solidariedade humana, pode ter sido enganado, viajaremos amanhã, viajaremos amanhã se tudo der certo*;
2. outra situada fora do discurso, em que “as palavras que oferecem algo de comum se associam na memória e assim se formam grupos dentro dos quais imperam relações

²⁶ Doravante CLG.

muito diversas” (SAUSSURE, 1975, p. 143). Essas relações são denominadas *associativas* e se dão *in absentia*, isto é, paradigmaticamente, relacionando-se, por exemplo, palavras cognatas, palavras que pertencem a um mesmo campo semântico ou palavras que possuem afinidade morfológica (mesmo prefixo ou sufixo).

Saussure afirma que a frase é o sintagma por excelência. Como ela pertence ao domínio da fala, o autor pergunta se o sintagma não pertence também à fala. Sua resposta é negativa: segundo ele, todos os sintagmas construídos sobre formas regulares (como frases feitas, por exemplo) pertencem à língua, não à fala, que é o espaço das combinações livres, das irregularidades. Na edificação da ciência linguística, interessa a Saussure o âmbito das regularidades (a língua). No capítulo *Mecanismo da língua*, ele reitera que, “**na língua**, tudo se reduz a diferenças, mas tudo se reduz também a agrupamentos” (SAUSSURE, 1975, p. 149, grifo nosso). Nessa citação, releva-se a negatividade e a sintagmatização, ambas concebidas na esfera da língua. Contudo, neste mesmo capítulo, ao tratar das *solidariedades sintagmáticas*, chama-nos a atenção a seguinte afirmação de Saussure, que parece contradizer sua tese de que o sintagma pertence à língua:

A **língua** apresenta, em verdade, unidades independentes, sem relação sintagmática, quer com suas próprias partes, quer com outras unidades. [...] Via de regra, **não falamos** por meio de signos isolados, mas por grupos de signos, por massas organizadas, que são elas próprias signos (SAUSSURE, 1975, p. 149, grifos nossos).

Destacam-se, na citação acima, dois âmbitos: língua e fala. Na língua, as unidades são independentes, sem relação sintagmática, e na fala, ocorre a sintagmatização. Essa aparente inconsistência (ou incoerência) entre as afirmações de Saussure talvez possa ser resolvida argumentando-se que, embora ele distinga língua e fala, a fronteira entre elas é tênue quando se trata do sintagma, o que se comprova pela seguinte afirmação:

Cumpramos reconhecer, porém, que no domínio do sintagma não há limite categórico entre o fato de língua, testemunho de uso coletivo, e o fato de fala, que depende da liberdade individual. Num grande número de casos, é difícil classificar uma combinação de unidades, porque ambos os fatores concorreram para produzi-la e em proporções impossíveis de determinar (SAUSSURE, 1975, p. 145).

Nos *Escritos de linguística geral*, Saussure (2002, p. 58) apresenta a seguinte definição de sintagma:

Nós denominamos sintagma a fala efetiva,

- ou a combinação de elementos contidos numa seção da fala real,
- ou o regime em que os elementos se encontram ligados entre si por sua sequência e procedência.

Evidencia-se, na citação acima, que o sintagma é sinônimo de *fala efetiva*, uma vez que ela implica combinação ou relação de termos entre si. Poderíamos, a partir dessa afirmação, concluir que a sintagmatização ocorre no discurso, que, por sua vez, comporta a língua? Pensamos ser possível essa conclusão.

Para Benveniste, as relações associativas e sintagmáticas de Saussure se dão na e pela enunciação, uma vez que, para ele, existe somente um sistema, o da língua em uso. Segundo Lichtenberg (2006, p. 49), diferentemente de Saussure, que se atém à sintaxe da língua, “Benveniste, ao tratar combinações, estuda a sintaxe da enunciação – a que Saussure não estuda –, que inclui a sintaxe da língua, porque esta já está lá, no semiótico”.

No artigo *A forma e o sentido na linguagem*, Benveniste relaciona a noção de frase à realização do sistema de signos, à atualização. Nessa realização, o autor afirma terem lugar duas operações, num só movimento: o arranjo sintagmático da frase, ou sintagmatização, que constrói sua forma e seu sentido, e a atualização da língua em discurso. A sintagmatização segundo ele, está subordinada à (ou a serviço da) semantização: “A partir da ideia, a cada vez particular, o locutor reúne (promove o arranjo de)²⁷ palavras que neste emprego têm um ‘sentido’ particular.” (BENVENISTE, 1989a, p. 231).

A afirmação de que a sintagmatização desempenha um papel fundamental na frase tem respaldo nas citações abaixo, transcritas do artigo *A forma e o sentido na linguagem*:

O sentido da frase é de fato a ideia que ela exprime; este sentido se realiza formalmente na língua pela escolha, pelo arranjo de palavras, por sua organização sintática, pela ação que elas exercem umas sobre as outras. Tudo é dominado pela condição do sintagma, pela ligação entre os elementos do enunciado destinado a transmitir um sentido dado, numa circunstância dada. Uma frase participa sempre do “aqui e agora”. [...] Que a ideia só encontre forma num arranjo²⁸ sintagmático, esta é uma condição primeira, inerente à linguagem (BENVENISTE, 1989a, p. 230-231, grifo do autor).

Sobre este fundamento semiótico, a língua-discurso constrói uma semântica própria, uma significação do intentado, produzida pela sintagmatização das palavras, em que cada palavra não retém senão uma pequena parte do valor que tem enquanto signo (BENVENISTE, 1989a, p. 233-234).

Aya Ono (2007, p. 69, tradução nossa) ratifica esse ponto de vista ao afirmar que, para Benveniste, “a sintagmatização, esse movimento que cria a frase, não é então uma simples combinação de palavras. Essa ação implica toda operação semântica, até mesmo lógica que

²⁷ Em vez de “reúne (promove o arranjo de)”, na tradução do artigo para o português, consta a palavra “agencia”, que não nos parece traduzir adequadamente a atividade do locutor de organizar as palavras formando a frase, com vistas à produção de sentidos. No original em francês, Benveniste (1974, p. 226) emprega o termo “assemble”.

²⁸ Em lugar das duas ocorrências da palavra “arranjo” nessa citação, o tradutor para o português preferiu o termo “agenciamento”, uma vez que, no original francês consta “agencement” (BENVENISTE, 1974, p. 225-226), que significa “arranjo, disposição, agrupamento”.

ocorre no interior da frase”. Ela acrescenta que, na sintagmatização, “há acordos e desacordos entre as palavras, a fim de criar um arranjo harmonioso e um sentido global”.

Em outras palavras, dentro de certa “margem de manobra”²⁹ que possui, o locutor mobiliza itens lexicais e gramaticais, organizando-os em unidades sintagmáticas e dispondo-os numa certa ordem para expressar determinado sentido. Lichtenberg (2004, p. 191, grifos nossos) assim expressa tal fato: “Há uma sintaxe da enunciação que se impõe à língua, há uma sintaxe da língua que sinaliza uma forma compatível com a ideia a ser manifestada”. E acrescenta: “se há modelos sintáticos a considerar, uma garantia de pertença à língua, a produção de significações objetiva a atribuição de correferência: a linguagem é para viver, um locutor semantiza e, porque **semantiza, sintagmatiza** para um alocutário”.

Partindo das reflexões teóricas acima, adotaremos, nesta tese, a seguinte noção de sintagmatização estendida: arranjo de palavras e estruturas (nos planos global e analítico do texto) que o sujeito locutor promove com vistas à produção de sentidos, numa instância enunciativa sempre inédita. Segundo Flores et al. (2008, p. 72, grifos dos autores), “esta ‘sintaxe’ promovida pelo sujeito que atribui referência se ‘molda’ à ‘ideia’, de maneira que o enunciado, singular e único, apresente um ‘arranjo’ também singular e único”. Assim, podemos aproximar os pares forma-sentido e sintagmatização-semantização, noções “umbilicalmente” relacionadas.

2.2.1.2 A referência

Em *A forma e o sentido na linguagem*, Benveniste (1989a, p. 231) menciona que a frase, além de sentido, tem sempre uma referência particular, assim definida: “o estado de coisas que a provoca, a situação de discurso ou de fato a que ela se reporta e que nós não podemos jamais prever ou fixar”. Ele sublinha: “Ainda que se compreenda o sentido individual das palavras, pode-se muito bem, fora das circunstâncias, não compreender o sentido que resulta da junção das palavras; esta é uma experiência corrente, que mostra ser a noção de referência essencial”.

Nessa citação, Benveniste deixa claro o relevante papel que atribui à referência de uma frase. O sentido de uma junção de palavras (ou arranjo sintagmático) promovida pelo locutor

²⁹ Charaudeau (2001) argumenta que, embora as escolhas, nos níveis discursivo e semiolinguístico, sejam, em grande parte, determinadas pelos elementos do marco situacional – parceiros da comunicação, tematização, fim ilocutório e circunstâncias materiais – o sujeito enunciativo também tem certa liberdade – *margem de manobra* – para eleger as estruturas que melhor expressam seu projeto de fala. Os estudos de Charaudeau também se situam no campo da enunciação, mas, ao abordar a subjetividade da língua, ele postula a existência de quatro sujeitos, dois pertencentes ao circuito externo da comunicação (seres psicológicos e sociais) – eu comunicante/tu interpretante – e dois pertencentes ao circuito interno (seres do discurso) – eu enunciativo/tu destinatário.

só pode ser plenamente compreendido pelo alocutário se houver um conhecimento partilhado no que se refere às circunstâncias em que o ato de enunciação se concretiza. A referência, intimamente ligada ao sentido, é, de acordo com a citação de Benveniste, o conjunto singular de circunstâncias do qual decorre a frase. Nessa perspectiva, a referência deve ser interpretada em sua singularidade a cada instância discursiva. Distingue-se, pois, do conceito de referência proposto por Frege³⁰, visto que não remete ao mundo ontológico, mas ao próprio ato enunciativo. A referência é atribuída pelo locutor, que não referencia diretamente o mundo extralinguístico, mas o seu mundo.

O uso da língua se subordina à atribuição de referência: quando o locutor toma a palavra, ele fala de si e do seu mundo, estendendo-o ao mundo do colocutor, cuja existência promove. Flores et al. (2008, p. 55) afirmam que “eu-tu-aqui- agora é sempre autorreferencial, cada vez único”, ou seja, só tem referência na situação de enunciação.

No dizer de Benveniste (1989f, p. 84), em *O aparelho formal da enunciação*, “a referência é parte integrante da enunciação”. É na e pela enunciação que o “mundo” passa a existir. O mundo de que se fala é o “mundo” daquele que enuncia, sendo extensivo àquele a quem se dirige e situado em determinado espaço e tempo. Como toda enunciação está submetida à perspectiva do *eu*, ainda que o *eu* fale do mundo, não deixa de falar de si: “a atribuição de referência implica um processo – sintagmatização-semantização, termo que apresenta o sujeito implicado no exercício da língua, dizendo-se e dizendo a situação enunciativa” (FLORES et al., 2008, p. 73).

2.2.1.3 Tempo-espaço

À ideia de frase como atualização da língua em discurso associam-se o conceito de referência e, por extensão, as noções de tempo-espaço. Conforme Ono (2007, p. 72, grifo da autora, tradução nossa), nessa acepção de frase, ela é concebida por Benveniste como “ato instantâneo, lançado no tempo histórico, uma vez somente, por um locutor único. Ela cria o ‘presente’ do sujeito falante, esse presente inapreensível por natureza”.

Em *A linguagem e a experiência humana*, Benveniste desenvolve três concepções de temporalidade: o tempo físico, o tempo crônico e o tempo linguístico. O tempo físico é contínuo, uniforme, infinito, é o tempo do universo, no qual nasce, vive e morre todo indivíduo. O tempo crônico é o tempo dos acontecimentos, que engloba nossa própria vida

³⁰ No artigo *Sobre o sentido e a referência*, cuja primeira publicação foi em 1892, Frege (1978, p. 64) conceitua referência como “um objeto sensorialmente perceptível”. Ele afirma que “a referência de um nome próprio é o próprio objeto que por seu intermédio designamos” (op. cit., p. 65) e que “a referência de uma sentença é seu valor de verdade – circunstância de ser verdadeira ou falsa” (op. cit., p. 69).

como sequência de eventos. Organizando a sequencialidade desse tempo em partes, as sociedades humanas passam a ter parâmetros comuns em sua vida comunitária. O tempo que o calendário registra é esse tempo socializado, fragmentado em dias, meses e anos. É, nas palavras de Dessons (2006, p. 117), “um tempo construído, mensurado – portanto espacializado – a partir de um momento axial que fornece o ponto zero do cômputo, como o nascimento de Cristo”.

Segundo Dessons (2006), as categorias de tempo físico e tempo crônico dependem do tempo linguístico, porque a experiência do tempo manifesta-se pela língua, manifestação histórica da linguagem. A relação do homem com o tempo, assim como com o mundo e com os outros homens, é mediada pela linguagem. O autor chama atenção para a dificuldade de explorar a teorização do tempo, um dos componentes linguísticos da enunciação. O tempo linguístico, ele explica, é um tempo específico, relacionado à manifestação da subjetividade no discurso.

Vejamos quatro citações de Benveniste, a primeira extraída de *Da subjetividade na linguagem* e as demais de *A linguagem e a experiência humana*, as quais situam o presente como o eixo norteador da temporalidade humana, que revela a subjetividade inerente ao próprio exercício da linguagem:

1. Devemos tomar cuidado; não há outro critério nem outra expressão para indicar “o tempo em que se está” senão tomá-lo como “o tempo em que se fala”. Esse é o momento eternamente “presente”, embora não se refira jamais aos mesmos acontecimentos de uma cronologia “objetiva” porque é determinado cada vez pelo locutor para cada uma das instâncias de discurso referidas. O tempo linguístico é *sui-referencial* (BENVENISTE, 2005d, p. 289, grifos do autor).

Aqui Benveniste retoma a explicação dada ao tempo presente na tradição gramatical (o tempo em que se está) e a substitui por “o tempo em que se fala”. Com isso, ele põe em relevo o tempo da enunciação, por meio do qual o homem vive o agora e o torna atual. Além disso, merece destaque a *sui-referencialidade* do tempo linguístico, que sempre remete à instância discursiva na qual interagem verbalmente eu e tu.

2. O que o tempo linguístico tem de singular é o fato de estar organicamente ligado ao exercício da fala, o fato de se definir e de se organizar como função do discurso (BENVENISTE, 1989b, p. 74).

Ao afirmar que o tempo linguístico está “organicamente ligado ao exercício da fala”, Benveniste vincula esse tempo ao ato enunciativo, que se renova a cada instância discursiva, isto é, caracteriza-se pela singularidade.

3. Este tempo [tempo linguístico] tem seu centro – um centro ao mesmo tempo gerador e axial – no presente da instância da fala. Cada vez que um locutor

emprega a forma gramatical do “presente” (ou uma forma equivalente), ele situa o acontecimento como contemporâneo da instância do discurso que o menciona. [...] Esse presente é reinventado a cada vez que um homem fala porque é, literalmente, um momento novo, ainda não vivido (BENVENISTE, 1989b, p. 74, grifos do autor).

Benveniste concebe o tempo linguístico como fundado a partir do presente (tempo axial), com base no qual se organiza o passado (retrospecção) e o futuro (prospecção). Novamente, reitera a concomitância desse tempo com a instância de discurso em que o ato se concretiza e a irrepetibilidade desse tempo, que, a cada enunciação, se renova.

4. Cada vez que um locutor emprega a forma gramatical de “presente” (ou uma forma equivalente), ele situa o acontecimento como contemporâneo da instância do discurso que o menciona (BENVENISTE, 1989b, p. 74-75, grifo do autor).

Nessa citação, Benveniste releva a relação forma-sentido ao mencionar a forma gramatical do presente e sua funcionalidade. Cabe sublinhar que essa forma gramatical tem por função exprimir o tempo em que se dá a enunciação, o que é feito por um locutor específico em determinada circunstância. O que não pode ser esquecido é que esse presente é sempre o presente do locutor.

No artigo *A linguagem e a experiência humana*, Benveniste menciona um aspecto da temporalidade que julga merecer atenção especial: o modo como ela se insere no processo comunicativo. Segundo o autor, a temporalidade que organiza o discurso do locutor é aceita como sua pelo alocutário, e isso confere inteligibilidade à linguagem. Em suas palavras, “aquele que diz ‘agora’, hoje, neste momento’ localiza um acontecimento como simultâneo a seu discurso; seu ‘hoje’ pronunciado é necessário e suficiente para que o parceiro o ligue na mesma representação” (BENVENISTE, 1989b, p. 78, grifos do autor).

Fiorin (2002) descreve exhaustivamente as categorias de pessoa, tempo e espaço do português. O autor aborda o tempo linguístico sob dois eixos: o enunciativo e o enuncivo. O primeiro é relacionado diretamente ao momento da enunciação, e o segundo é “ordenado em função de momentos de referência instalados no enunciado” (FIORIN, 2002, p. 145). Ele observa, ainda, que o momento de referência ou parâmetro é o momento da enunciação, eixo fundamental da ordenação temporal na língua.

Quanto à categoria de espaço, Fiorin chama atenção para o fato de que o estudo dessa categoria ocupa uma posição secundária na Teoria da Enunciação e alega que isso se deve à menor relevância atribuída ao espaço – se comparada à pessoa e ao tempo – no processo de discursivização. Segundo ele, o espaço linguístico, expresso por pronomes demonstrativos e

advérbios de lugar, possui suas próprias demarcações, independentes do espaço físico, e é reinventado em cada ato enunciativo.

Fiorin (2002, p. 263) acrescenta que o *aqui* é “o fundamento das oposições espaciais da língua”, constituindo-se, a partir dele, os espaços do *não-aqui*. Assim como o *agora* remete ao tempo da enunciação, o *aqui* refere-se ao espaço da enunciação, por isso, para interpretarmos um *aqui*, temos de saber onde se dá a enunciação. Se o alocutário ignora o espaço em que ocorre o ato enunciativo, o locutor deverá valer-se de formas linguísticas designadoras do espaço tópico para especificar o lugar em que ocorre a enunciação.

2.3 O aparelho formal da enunciação

O terceiro grande eixo nocional é o aparelho formal da enunciação, proposto por Benveniste no artigo de mesmo nome, publicado pela primeira vez em 1970. É este o último texto que trata da enunciação, publicado em vida por Benveniste, considerado pela linguística da enunciação “como um dos pontos de referência mais importantes para a teorização da noção [de enunciação]” (ONO, 2007, p. 31, tradução nossa). O texto apresenta uma ideia global do fenômeno enunciativo e focaliza, mais especificamente, os caracteres linguísticos da enunciação.

O autor chama a atenção para o fato de que é consagrado um lugar de destaque ao emprego das formas em todas as descrições linguísticas. O emprego das formas, no entanto, distingue-se do emprego da língua, “um mecanismo total e constante que, de uma maneira ou de outra, afeta a língua inteira” (BENVENISTE, 1989f, p. 82).

Consoante o autor, não é fácil apreender esse grande fenômeno, que é o emprego da língua. Ele explicita, então, a noção de enunciação, considerando-a “um grande processo que pode ser estudado sob diversos aspectos” (BENVENISTE, 1989f, p. 82).

2.3.1 Aspectos da enunciação

Vejamos algumas definições do termo “enunciação”, que sublinham diferentes aspectos desse grande processo:

1. “A enunciação é este colocar em funcionamento a língua por um ato individual de utilização.” (BENVENISTE, 1989f, p. 82).

O adjetivo “individual”, que caracteriza o ato, remete à subjetividade como traço inerente à enunciação, compreendendo-se que todo ato enunciativo emana de um locutor. As expressões “colocar em funcionamento” e “de utilização” indicam que interessa à enunciação a língua em emprego e em ação.

2. “É preciso ter cuidado com a condição específica da enunciação: é o ato mesmo de produzir um enunciado, e não o texto do enunciado, que é nosso objeto.” (BENVENISTE, 1989f, p. 82).

Nessa definição, Benveniste adverte o leitor quanto à distinção entre enunciação e enunciado. Para ele, a enunciação implica a ação de dizer, de produzir um enunciado, ao passo que o enunciado é o produto da enunciação. Sublinhamos que, no original em francês, não há o emprego de vírgulas, o que implica, em nosso entendimento, sentidos diferentes: “Il faut prendre garde à la condition spécifique de l’enonciation: c’est l’acte même de produire un énoncé et non le texte de l’énoncé qui est notre objet” (BENVENISTE, 1974, p. 80). Na tradução para o português, a oração relativa “que é nosso objeto” é apositiva, o que leva à leitura de que nosso objeto é o enunciado. Na versão original, nega-se que nosso objeto seja o enunciado, e afirma-se ser a enunciação, isto é, o ato de produzir um enunciado.

Tendo em vista a versão original, podemos afirmar que, na concepção de Benveniste, estuda-se o próprio ato de enunciação, o qual, por ser um acontecimento evanescente, é resgatado pelos rastros que o locutor deixou quando colocou a língua em funcionamento. Tais rastros, que constituem o *aparelho formal da enunciação*, são observados no *texto do enunciado*.

3. “Este ato [enunciação] é o fato do locutor que mobiliza a língua por sua conta. A relação do locutor com a língua determina os caracteres linguísticos da enunciação.” (BENVENISTE, 1989f, p. 82).

Nessa afirmação, destaca-se a relação do locutor com a língua. Benveniste atribui um papel central ao locutor, como responsável pela enunciação, como aquele que se vale dos recursos da língua para marcar sua presença naquilo que diz.

4. “O mais imediatamente perceptível e o mais direto – embora de um modo geral não seja visto em relação ao fenômeno geral da enunciação – é a realização vocal da língua.” (BENVENISTE, 1989f, p. 82).

Segundo Aya Ono (2007), a realização vocal da língua refere-se tanto à realização oral quanto à escrita, embora seja privilegiada a enunciação oral (fonação) enquanto objeto de teorização. Quando Benveniste observa que, “para o mesmo sujeito, os mesmos **sons** não são jamais reproduzidos exatamente e que a noção de identidade não é senão aproximativa mesmo quando a experiência é repetida” (BENVENISTE, 1989f, p. 82-83, grifo nosso), parece focalizar o registro oral da língua.

5. “A enunciação supõe a conversão individual da língua em discurso.” (BENVENISTE, 1989f, p. 83).

Essa definição destaca o aspecto operacional da enunciação, no centro do qual está a semantização da língua, isto é, como o sentido se transforma em palavra, atualizada na frase. A relação forma-sentido é, pois, uma questão central nessa abordagem.

6. “Pode-se, enfim, considerar uma outra abordagem, que consistiria em definir a enunciação no quadro formal de sua realização.” (BENVENISTE, 1989f, p. 83).

Nesse aspecto, contemplado mais especificamente no artigo *O aparelho formal da enunciação*, Benveniste situa os caracteres formais da enunciação, isto é, os *índices específicos* e os *procedimentos acessórios*, dos quais se serve o locutor para enunciar-se e influenciar de algum modo seu interlocutor. Tais índices e procedimentos serão retomados mais adiante, numa seção à parte. Segundo ele, a enunciação caracteriza-se como um “processo de apropriação” (BENVENISTE, 1989f, p. 84), pois, ao enunciar-se, o locutor se apropria do aparelho formal que a língua disponibiliza e, a partir deste, configura o aparelho formal da enunciação.

7. “Toda enunciação é, explícita ou implicitamente, uma alocução, ela postula um alocutário.” (BENVENISTE, 1989f, p. 84).

8. “O que em geral caracteriza a enunciação é a acentuação da relação discursiva com o parceiro, seja este real ou imaginado, individual ou coletivo.” (BENVENISTE, 1989f, p. 87).

Benveniste argumenta que, toda vez que o locutor faz uso da língua, ele instaura o alocutário, pois o dizer sempre implica um dizer a alguém. Esse outro, implantado pelo locutor no momento de sua enunciação, pode estar na presença do locutor (o que se constata geralmente na modalidade oral) ou não estar face a face com o locutor (característica do

registro escrito). Como já foi mencionado em contexto precedente, um dos elementos centrais do processo enunciativo é o alocutário (*tu*).

9. “Por fim, na enunciação, a língua se acha empregada para a expressão de uma certa relação com o mundo.” (BENVENISTE, 1989f, p. 84).

Neste artigo, Benveniste deixa claro que a referência integra a enunciação e que cada instância discursiva constitui “um centro de referência interno” (BENVENISTE, 1989f, p. 84). Isso quer dizer que a referência não remete à realidade objetiva, mas à realidade discursiva, na qual os colocutores assumem papel nuclear. O “mundo” de que se fala é um mundo filtrado pelo locutor em sua relação com o alocutário; é, por conseguinte, o “mundo dos colocutores”.

Aya Ono (2007, p. 57, grifos da autora, tradução nossa) assim conclui sobre os múltiplos traços definitórios da noção de enunciação:

[...] Encontram-se analogias significativas para o emprego da palavra *enunciação* e o emprego de palavras como *frase*, *performativo* ou *instância de discurso*. A noção se formou sob perspectivas diferentes e em meio a múltiplas problemáticas: ainda que a palavra não seja definida precisamente em nenhuma dessas problemáticas, a ideia está lá, sob uma outra forma, integrada a um outro aparelho conceitual [...].

Para compreendermos melhor o fenômeno, ato ou processo de enunciação, é fundamental que mencionemos as reflexões de Flores (2010, p. 46) no artigo *O lugar metodológico da análise da enunciação em relação aos níveis da análise linguística*. Segundo ele, considerando que a análise enunciativa busca o sentido de conjunto do discurso, pode-se afirmar que “a Enunciação não é um nível de análise, mas um ponto de vista – o do sentido (ideia) – sobre os níveis. A Enunciação é transversal à língua, ela não se encerra em um único compartimento, ela está em todos os níveis”. Qualquer fenômeno linguístico, pertencente a qualquer nível, pode ser estudado dentro de uma perspectiva enunciativa. Flores afirma que, na Enunciação, os níveis da análise linguística se inter-relacionam de forma singular, o que Benveniste chama de *ideia*. Flores (2010, p. 52, grifo do autor) denomina esse mecanismo de engendramento entre os níveis de *transversalidade enunciativa*, assim definida por ele: “A transversalidade enunciativa é o nome que damos à diferença que há entre pensar a língua como uma organização cujos níveis se apresentam como ‘camadas’ sobrepostas e pensá-la como um todo que é atravessado pelas marcas da Enunciação.”

Consideramos que, numa análise enunciativa de texto, como a que desejamos empreender, esse esclarecimento é muito pertinente. Nosso ponto de vista da análise será o da Enunciação, portanto leva em conta o sentido. Esse ponto de vista deverá incidir sobre a

unidade textual, em nível global e, relacionado a este, sobre os níveis linguísticos inferiores e sobre as inter-relações entre tais níveis e entre estes e a unidade textual. Em todos esses níveis, buscar-se-ão os rastros deixados pelo sujeito locutor ao fazer uso da língua. Tais rastros são os *índices específicos* e os *procedimentos acessórios*, a serem detalhados a seguir.

2.3.2 Índices específicos e procedimentos acessórios

Benveniste (1989f, p. 83) afirma que os caracteres formais da enunciação “são, uns necessários e permanentes, os outros incidentais e ligados à particularidade do idioma escolhido”. Conforme o autor, a posição de locutor, parâmetro nas condições requeridas pela enunciação, é expressa por meio de *índices específicos* e de *procedimentos acessórios*: “O locutor se apropria do aparelho formal da língua e enuncia sua posição de locutor por meio de índices específicos, de um lado, e por meio de procedimentos acessórios, de outro.” (BENVENISTE, 1989f, p. 84).

Antes de buscarmos explicitar quais são os índices específicos e os procedimentos acessórios propostos por Benveniste, é preciso que analisemos as palavras empregadas pelo autor nesta citação. Em primeiro lugar, é preciso destacar que “o locutor se apropria do aparelho formal da língua”. Isso quer dizer que o locutor, ao enunciar, recorre à língua, ao sistema linguístico, no qual estão as formas de que se valerá, organizando-as a fim de produzir sentidos. Portanto, o aparelho formal da enunciação é configurado a partir do aparelho formal da língua, renovando-se a cada instância enunciativa.

Em segundo lugar, é preciso que nos debrucemos sobre as expressões “índices específicos” e “procedimentos acessórios”. Fábio Aresi (2011), no artigo *Os índices específicos e os procedimentos acessórios da enunciação*, já mencionado anteriormente, chama atenção para a diferença conceitual existente entre os substantivos “índices” e “procedimentos”: associa o termo “índices” ao substantivo “indicadores” e ao verbo “indicar”, utilizados em vários artigos de Benveniste. Aresi explica que o termo “índice” está relacionado à noção de elemento formal que aponta para a subjetividade na linguagem. Quanto ao termo “procedimento”, esse autor esclarece que remete à ideia de processo, de modo de organização das unidades da língua, isto é, à sintagmatização.

Consideramos relevante também analisar os adjetivos que acompanham os núcleos dos sintagmas nominais: “específicos” e “acessórios”. O primeiro adjetivo remete à noção de ser próprio ou exclusivo da língua para a expressão da subjetividade. O segundo adjetivo, à

primeira vista, pode denotar menor importância do que o primeiro, por remeter à ideia de algo não fundamental, secundário. No entanto, parece-nos que, para Benveniste, esses procedimentos, que se acrescentam ao uso de índices específicos, sendo, pois, suplementares, são os principais responsáveis pela produção de sentidos na língua em funcionamento. Pensamos que, se os índices específicos servem para identificar ou apontar para as pessoas do discurso (*eu-tu*) e para a situação em que o ato se realiza (*aqui-agora*), são os procedimentos acessórios – o processo de sintagmatização empreendido pelo locutor – que promovem a semantização, a “significação intentada”, conforme Benveniste.

Os primeiros índices específicos (jogo de formas específicas) citados por ele são os índices de pessoa (relação *eu-tu*), que se produzem na e pela enunciação: *eu* é a pessoa de que emana a enunciação e *tu* a pessoa a quem este se dirige. Além dessas formas, cita também os *índices de ostensão*, como pronomes demonstrativos (*este, esta, estes, estas, isto*) e advérbios e locuções adverbiais (*aqui, aí, neste lugar...*). Tais pronomes e advérbios aparecem “como uma classe de ‘indivíduos linguísticos’, de formas que enviam sempre e somente a ‘indivíduos’, quer se trate de pessoas, de momentos, de lugares, por oposição aos termos nominais, que enviam sempre e somente a conceitos” (BENVENISTE, 1989f, p. 85, grifos do autor). Benveniste explica que esses índices são concebidos na enunciação e, toda vez que são produzidos, remetem a algo novo.

O linguista também menciona o paradigma das formas temporais, que são determinadas em relação a ego, elemento nuclear da enunciação. Segundo ele, “os ‘tempos’ verbais, cuja forma axial, o ‘presente’, coincide com o momento da enunciação, fazem parte deste aparelho necessário” (BENVENISTE, 1989f, p. 85, grifos do autor). Ele explica que a temporalidade é engendrada pela enunciação, da qual provém a categoria do presente e, em relação a este, situam-se as outras categorias (passado, futuro). Nas palavras do autor,

O presente é propriamente a origem do tempo. Ele é esta presença no mundo que somente o ato de enunciação torna possível, porque, é necessário refletir bem sobre isso, o homem não dispõe de nenhum outro meio de viver o “agora” e de torná-lo atual senão realizando-o pela inserção do discurso no mundo. [...] O presente formal não faz senão explicitar o presente inerente à enunciação, que se renova a cada produção de discurso e, a partir deste presente contínuo, coextensivo à nossa própria presença, imprime na consciência o sentimento de uma continuidade que denominamos “tempo” (BENVENISTE, 1989f, p. 85-86, grifos do autor).

Ao lado dessas formas cuja existência é promovida pela enunciação, Benveniste cita as grandes funções sintáticas de que dispõe o locutor para agir sobre o interlocutor. São elas a interrogação, a intimação e a asserção. A primeira consiste numa enunciação que visa suscitar uma resposta, uma enunciação de retorno, convocando o alocutário a responder. A segunda,

representada pelos atos de fala da ordem, do apelo, da advertência, do pedido, implica uma relação viva e imediata do locutor com seu interlocutor. A terceira tem por função exprimir uma certeza, constituindo uma manifestação da presença do locutor em seu discurso. Esse aparelho de funções sintáticas corresponde às três modalidades apresentadas por Benveniste em *Os níveis da análise linguística* ao abordar a frase como predicação – interrogativa, imperativa e assertiva –, as quais, segundo ele, correspondem às atitudes de que se serve o locutor para se comunicar com o alocutário.

Benveniste acrescenta que as modalidades formais em geral fazem parte desse aparelho de funções, tais como as modalidades epistêmica, deôntica e volitiva, que podem ser marcadas linguisticamente pelo modo verbal (indicativo, imperativo, subjuntivo), por verbos auxiliares, por advérbios ou locuções adverbiais, por adjetivos, por substantivos.

Portanto, após a leitura de *O aparelho formal da enunciação*, o olhar do analista da linguagem não pode mais focalizar somente as relações de pessoa, tempo e espaço, restringindo seu estudo às marcas linguísticas dessas categorias. A partir do pressuposto de que toda a língua está submetida à enunciação, devem também ser focalizados os *procedimentos acessórios* mencionados por Benveniste, que se referem a quaisquer expedientes morfológicos, lexicais ou sintáticos de que se vale o locutor para influenciar seu alocutário.

Com base nas reflexões que os pressupostos teóricos aqui apresentados suscitam, podemos concluir que a língua como sistema disponibiliza, além de signos – que têm sentido genérico, conceptual –, uma sintaxe, que prevê regras a serem seguidas. No entanto, considerando que todo enunciado emana de um locutor que, num uso instanciado, reúne, dentro do repertório disponibilizado pela língua, aqueles recursos que melhor expressam o sentido que deseja expressar – organizando-os sintagmaticamente – temos de falar em uma “sintaxe da enunciação”. Em nossa tese, propomos que a semantização textual requer uma sintagmatização, que se opera em diferentes níveis dentro do texto. Nessa sintagmatização, convivem a estabilidade e a instabilidade linguísticas, esta última devido à interferência do locutor, o qual não pode jamais ser anulado.

3 PROPOSIÇÃO DE PRINCÍPIOS TEÓRICO-METODOLÓGICOS PARA UMA ABORDAGEM DO TEXTO NUMA PERSPECTIVA ENUNCIATIVA

No capítulo 1, deparamos, inicialmente, com “ilhas” (e alguns “arquipélagos”) em que se verifica a presença de Benveniste, ora de forma muito tímida, como citação secundária ou, às vezes, citação de citação, ora de forma bastante contundente, como referencial teórico principal de áreas como Clínica de Linguagem, Aquisição da Linguagem e Teoria e Análise Linguística. Nesse mesmo capítulo, ancoramos em outras ilhas, nas quais se estuda o texto e o discurso, e constatamos que não é contemplada a teoria de Benveniste na sua complexidade, pois os conceitos são apresentados, de certa forma, descontextualizados.

No capítulo 2, em que refletimos sobre os princípios basilares da Teoria da Enunciação, buscamos um “porto seguro” sobre o qual pudéssemos erigir uma proposta enunciativa de abordagem de textos.

Agora, é chegada a hora de dirigirmos nosso olhar para o texto com as lentes da Teoria da Enunciação benvenistiana. Viajaremos por “mares nunca dantes navegados”³¹, pois os estudos desenvolvidos com base na teoria benvenistiana com os quais deparamos em nossa pesquisa ou restringem-se a análises intralinguísticas ou, quando abordam a translinguística, são essencialmente de caráter teórico.

3.1 Sobre os dados de análise

Nosso objeto de análise, nesta tese, são textos³² pertencentes a diferentes gêneros textuais, uma vez que este trabalho não tem o propósito de contemplar as características sociolinguageiras que permitem enquadrar determinado texto num gênero específico. Não nos ateremos à busca de regularidades, pois isso não condiria com uma análise de base enunciativa benvenistiana. Nosso olhar se dirigirá ao modo como o locutor configura o aparelho formal da enunciação a partir da apropriação do aparelho formal da língua. Temos por objeto de estudo, portanto, a enunciação, na qual o locutor deixa rastros de singularidade, observáveis no enunciado³³, concebido como o produto da enunciação. Em outras palavras,

³¹ Verso de *Os Lusíadas*, de Luis de Camões.

³² Analisaremos três textos, número que julgamos suficiente para uma análise qualitativa, norteadas por cinco princípios teórico-metodológicos que serão explicitados a seguir.

³³ Consideramos que o termo “enunciado”, para Benveniste, não se refere a estruturas sintáticas gramaticalmente delimitadas por um sinal de pontuação, mas ao produto, à materialização do ato enunciativo. A enunciação, por ser fugaz, desaparece, mas ficam no enunciado as marcas desse processo.

visamos a analisar o papel da sintagmatização na semantização, focalizando não somente níveis isolados, mas a relação entre os níveis (ou planos) global e analítico. O pressuposto básico é o da transversalidade enunciativa³⁴, isto é, o de que a enunciação atravessa todos os níveis. Ao falarmos de níveis de análise linguística, não podemos deixar de lembrar que, para Benveniste (1989a, p. 229), o nível superior é ocupado pela frase, noção distinta da concepção formal, uma vez que é compreendida como “expressão semântica por excelência”, no domínio da língua em funcionamento. Quando Benveniste (2005f, p. 134) afirma que a frase “não pode integrar nenhuma unidade mais alta” e que a frase é uma “criação indefinida, variedade sem limite” (BENVENISTE, 2005f, p. 139), parece autorizar-nos a relacionar a noção de frase à de texto.

No que se refere ao método e ao *corpus* em linguística da enunciação, Flores (2001, p. 59), esclarece: “A *linguística da enunciação* toma para si não apenas o estudo das marcas formais no enunciado, mas refere-as ao processo de sua produção: ao sujeito, tempo e espaço”. O *corpus* que analisaremos em nossa tese não se constitui de “dados”, mas de fatos linguísticos, o que está, pois, em consonância com o que propõe Flores (2001, p. 59): “[...] não se trata de algo ‘dado’ enquanto evidência, mas do produto de um construto teórico”. Conforme sublinha Benveniste, a noção de nível também é fundamental na determinação de procedimentos de análise. Nas palavras do autor,

Só ela [a noção de nível] é própria para fazer justiça à natureza *articulada* da linguagem e ao caráter *discreto* dos seus elementos; só ela pode fazer-nos reconhecer, na complexidade das formas, a arquitetura singular das partes e do todo (BENVENISTE, 2005f, p. 127, grifos do autor).

Nessa citação, cabe ressaltar a expressão “arquitetura singular das partes e do todo”, que consideramos de suma importância para nossa tese: é para essa singularidade que dirigiremos nosso olhar, a singularidade das partes (plano analítico) e a singularidade do todo (plano superior ou global), não de forma estanque, mas concebendo tais planos como imbricados, na sintagmatização promovida pelo locutor.

Partimos do pressuposto de que a sintaxe está subordinada à semântica, isto é, a expressão de determinado sentido, de uma ideia única, singular, leva o locutor a organizar os constituintes do enunciado de certa maneira. Consequentemente, não procuraremos, como já dito, regularidades na análise linguística que será empreendida, mas observaremos a língua submetida à enunciação, a língua em funcionamento.

³⁴ FLORES, Valdir do Nascimento. O lugar metodológico da análise da enunciação em relação aos níveis da análise linguística. In: BATTISTI, Elisa; COLLISCHONN, Gisela (Orgs.). *Língua e linguagem: perspectivas de investigação*. 1. ed., 2010, v. 1, p. 45-57.

Dentro dessa concepção, contemplaremos, na análise: (1) o ato individual por meio do qual o locutor se apropria do aparelho formal da língua, instaurando diante de si um alocutário; (2) as situações em que se realiza esse ato, observando como é criada a referência no discurso, de que modo o locutor se relaciona com o mundo, engendrando um centro de referência interno; e (3) os instrumentos por meio dos quais se realiza esse ato, focalizando os índices específicos e os procedimentos acessórios de que se vale o locutor na (re)configuração do aparelho formal da enunciação.

Concebendo a sintaxe como um meio de que o locutor se vale para a produção de sentidos, interessa-nos analisar de que forma a semântica e a sintaxe se relacionam no texto. Para tanto, temos de fazer referência à cena enunciativa, já que é no ato de enunciação que os sentidos são engendrados.

3.2 Unidade de análise

Nesta tese, a unidade de análise é o texto, para o qual não se encontra uma definição em Benveniste. Não obstante, há, em sua teoria, diversos usos da palavra “texto” que permitem vislumbrar sua concepção e que nos autorizam a formular uma definição. Assim, a partir da explicitação de algumas ocorrências desse termo nos artigos de Benveniste, formularemos uma definição que esteja em consonância com os pressupostos da Teoria da Enunciação benvenistiana. Vejamos alguns excertos em que aparece o termo “texto” em *Problemas de Linguística Geral I e II*³⁵:

1. Seja qual for a extensão do **texto** considerado, é preciso, em primeiro lugar, segmentá-lo em porções cada vez mais reduzidas até os elementos não decomponíveis (BENVENISTE, 2005f, p. 128).

A partir deste fragmento extraído do artigo *Os níveis da análise linguística*, compreende-se que Benveniste, ao falar em “extensão do texto”, concebe o texto como algo materializado, constituído de segmentos que podem ser decompostos e de segmentos menores, indecomponíveis. A nosso ver, ressalta, nesse uso do termo “texto”, seu caráter de concretude.

2. Precisamos então operar sobre porções mais longas de **textos** e procurar o modo de realizar as operações de segmentação e de substituição quando não mais se trate de obter as menores unidades possíveis, mas unidades mais extensas (BENVENISTE, 2005f, p. 129).

³⁵ Nos excertos contemplados, o grifo nas palavras “texto” e “textos” é nosso. Os demais grifos são de Benveniste.

Neste excerto, também extraído de *Os níveis da análise linguística*, Benveniste menciona que a análise linguística precisa operar sobre “porções mais longas de textos” depois de verificar que o fonema é constituído de merismas e que estes são indecomponíveis. Novamente, o autor parece referir-se a texto como um “objeto concreto”, compreendido dentro de limites variados.

3. O enunciado que contém *eu* pertence a esse nível ou tipo de linguagem a que Charles Morris chama pragmático, e que inclui, com os signos, aqueles que os empregam. Pode imaginar-se um **texto** linguístico de grande extensão – um tratado científico, por exemplo – em que *eu* e *tu* não aparecem nem uma única vez; inversamente seria difícil conceber um curto **texto** falado em que não fossem empregados. Entretanto, os outros signos da língua se distribuiriam indiferentemente entre esses dois gêneros de **textos** (BENVENISTE, 2005b, p. 278).

Nesta citação de *A natureza dos pronomes*, cabe destacar que Benveniste contrasta “texto linguístico” com “texto falado”, argumentando que o texto falado favorece a presença dos dêiticos *eu* e *tu*. Se compreendemos bem, ao usar a expressão “texto linguístico” (em francês, “texte linguistique”), o autor está referindo-se ao registro escrito, que ele distingue do registro oral (“texto falado” – “texte parlé”). Ele retoma, por meio da anáfora nominal “esses dois gêneros de textos”, as duas modalidades escrita e oral. A locução adjetiva “de grande extensão” e o adjetivo “curto”, mais uma vez, apontam para a dimensão do texto, concebendo-o como uma entidade concreta.

4. Podemos propor uma primeira definição, dizendo que os enunciados performativos são enunciados nos quais um verbo declarativo-jussivo na primeira pessoa do presente se constrói com um *dictum*. Assim, *j'ordonne* (ou *je commande, je décrète*, etc.) *que la population soit mobilisée* [“ordeno ou decido, decreto etc. que a população seja mobilizada”] em que o *dictum* é representado por *la population soit mobilisée*. Trata-se, realmente, de um *dictum*, uma vez que a enunciação expressa é indispensável para que o **texto** tenha qualidade de performativo (BENVENISTE, 2005a, p. 300).

Neste excerto de *A filosofia analítica e a linguagem*³⁶, em que Benveniste propõe uma definição para enunciado performativo, se entendemos bem, o autor equipara os termos “enunciado” e “texto”, uma vez que, por meio da expressão “o texto”, retoma o enunciado no qual “um verbo declarativo-jussivo na primeira pessoa do presente se constrói com um *dictum*” (como, por exemplo, “eu ordeno que a população seja mobilizada”). Segundo ele, para que o texto seja performativo, é imprescindível que a enunciação seja expressa por verbo performativo. Nesse caso, portanto, o texto é compreendido como o resultado da enunciação.

³⁶ Artigo publicado pela primeira vez em 1963.

5. Em conclusão, é necessário ultrapassar a noção saussuriana do signo como princípio único, do qual dependeria simultaneamente a estrutura e o funcionamento da língua. Esta ultrapassagem far-se-á por duas vias:
- na análise intralinguística, pela abertura de uma nova dimensão de significância, a do discurso, que denominamos semântica, de hoje em diante distinta da que está ligada ao signo, e que será semiótica;
 - na análise translinguística dos **textos**, das obras, pela elaboração de uma metassemântica que se construirá sobre a semântica da enunciação.

Esta será uma semiologia de “segunda geração”, cujos instrumentos e o método poderão também concorrer para o desenvolvimento das outras ramificações da semiologia geral (BENVENISTE, 1989g, p. 67).

Ao colocar lado a lado, em uma enumeração, “textos” e “obras”, nessa passagem de *Semiologia da língua*, entende-se que Benveniste distingue-os, talvez pela sua extensão. Mas, mais importante que isso, é preciso sublinhar que é aos textos e às obras que ele relaciona a análise translinguística, erigida a partir da análise intralinguística. Aqui se evidencia que, na perspectiva benvenistiana, se o texto for tomado como objeto de estudo, a análise ultrapassará as fronteiras do intralinguístico, pois deverá dar conta do plano global, que reclama a metassemântica.

6. Específico, o tempo linguístico o é ainda de uma outra maneira. Ele comporta suas próprias divisões em sua própria ordem, esta e aquelas independentes das do tempo crônico. Aquele que diz “agora, hoje, neste momento” localiza um acontecimento como simultâneo a seu discurso: seu “hoje” pronunciado é necessário e suficiente para que o parceiro o ligue na mesma representação. Mas, separemos “hoje” do discurso que o contém, coloquemo-lo em um **texto** escrito: “hoje” não é mais então o signo do presente linguístico, pois que ele não é mais falado e percebido, e ele não pode mais enviar o leitor a algum dia do tempo crônico, pois que não se identifica com nenhuma data; ele pode ter sido proferido em qualquer dia do calendário e se aplicará indiferentemente a todo dia (BENVENISTE, 1989b, p. 78).

Neste excerto de *A linguagem e a experiência humana*, Benveniste distingue o texto oral ou a fala (“aquele que **diz** ‘agora, hoje, neste momento’”) do “texto escrito”. A distinção que o autor estabelece reside no fato de que, no texto oral, os dêiticos temporais sinalizam a concomitância de determinado acontecimento com o discurso em que são proferidos, ao passo que, no texto escrito, o dêitico “hoje”, por exemplo, estaria “separado do discurso que o contém”. Não seria mais, segundo Benveniste, o signo do presente linguístico, pois não remeteria a um dia específico do tempo crônico. A única maneira de especificar esse “hoje” seria explicitando a data do tempo crônico em que se deu o ato enunciativo. Aqui Benveniste expõe uma característica fundamental do texto escrito, relevante para nossa tese: os parceiros da comunicação não estão face a face, mas situados num aqui-agora diferentes, isto é, o lugar e o tempo da enunciação diferem do lugar e do tempo da coenunciação.

7. O discurso, dir-se-á, que é produzido cada vez que se fala, esta manifestação da enunciação, não é simplesmente a “fala”? É preciso ter cuidado com a condição específica da enunciação: é o ato mesmo de produzir um enunciado, e não o **texto** do enunciado, que é nosso objeto³⁷ (BENVENISTE, 1989f, p. 82).

Este trecho, extraído de *O aparelho formal da enunciação*, põe em relevo a distinção entre “**ato** de produzir um enunciado” (= enunciação) e “**texto** do enunciado”. Fica claro, nesta citação, que o termo “texto” não se confunde com o próprio ato ou processo de enunciação, mas que constitui o produto, a materialização resultante do ato enunciativo.

Tomando como base os usos que Benveniste faz da palavra “texto”, podemos, por conseguinte, associar a ela as seguintes noções: materialidade (ou concretude), extensão, linguagem, enunciado, enunciação. Assim, a partir dessas noções, propomos a seguinte definição para texto, dentro da perspectiva enunciativa de Benveniste: *texto é uma unidade linguística intersubjetiva, de dimensões variadas, resultante de um ato de enunciação*.

3.3 Princípios teórico-metodológicos

Explicitado o conceito de texto que adotaremos nesta tese, cumpre-nos agora a tarefa de refletir sobre os princípios que constituirão o norte da análise translinguística a ser empreendida no capítulo seguinte. Tendo por base o quadro teórico da semântica da enunciação, para elaboração desses princípios, ativemo-nos à metodologia rapidamente enunciada por Benveniste (1989f, p. 83) em *O aparelho formal da enunciação*: “Na enunciação, consideraremos, sucessivamente, o próprio ato, as situações em que ele se realiza, os instrumentos de sua realização”.

Consideramos que, em nossa análise, o ato e as situações em que se realiza pertencem ao plano global, enquanto os instrumentos de sua realização concernem ao plano analítico. Expliquemos melhor. A análise do ato de enunciação, em sua globalidade, implica levar em conta os protagonistas da enunciação, o locutor e o alocutário, isto é, a noção de pessoa, concebendo-se o locutor como elemento central nas condições necessárias da enunciação. Nas palavras de Benveniste (1989a, p. 239), “a partir do momento em que a língua é considerada como ação, como realização, ela supõe necessariamente um locutor e ela supõe a situação deste locutor no mundo. Estas relações são dadas em conjunto no que eu defino de semântica”.

³⁷ Conforme já assinalamos no capítulo 2, na versão original francesa, não há o emprego de vírgulas. É esta leitura que fazemos em nossa tese.

Além do locutor, deve ser considerado o outro que ele implanta diante de si, “qualquer que seja o grau de presença que ele atribua a esse outro” (BENVENISTE, 1989f, p. 84). *Eu* só se enuncia se pressupõe um *tu*, parceiro a quem dirige a enunciação. Mesmo que esse parceiro não esteja presente na instância de discurso monolocutiva³⁸, como ocorre em textos escritos (objetos de análise desta tese), o locutor projeta uma imagem do alocutário que postula no momento de sua enunciação. As situações em que esse ato é realizado dizem respeito à referência, que consiste na expressão, por meio da língua, de certa relação com o mundo. Essa relação com o mundo é sempre mediada pelo *eu*, de modo que cada instância de discurso constitui “um centro de referência interno” (BENVENISTE, 1989f, p. 84). Ao falarmos em referência, não podemos deixar de falar em tempo (*agora*) e espaço (*aqui*) nos quais se ambienta a enunciação.

No plano analítico, contemplamos os instrumentos de realização do ato enunciativo. Tais instrumentos referem-se aos caracteres formais da enunciação, que são os índices específicos (marcas de pessoa, tempo e espaço) e os procedimentos acessórios, todos os recursos linguísticos de que se vale o locutor e que conferem singularidade a cada ato de enunciação. Todas essas noções poderiam ser assim representadas em forma de organograma:

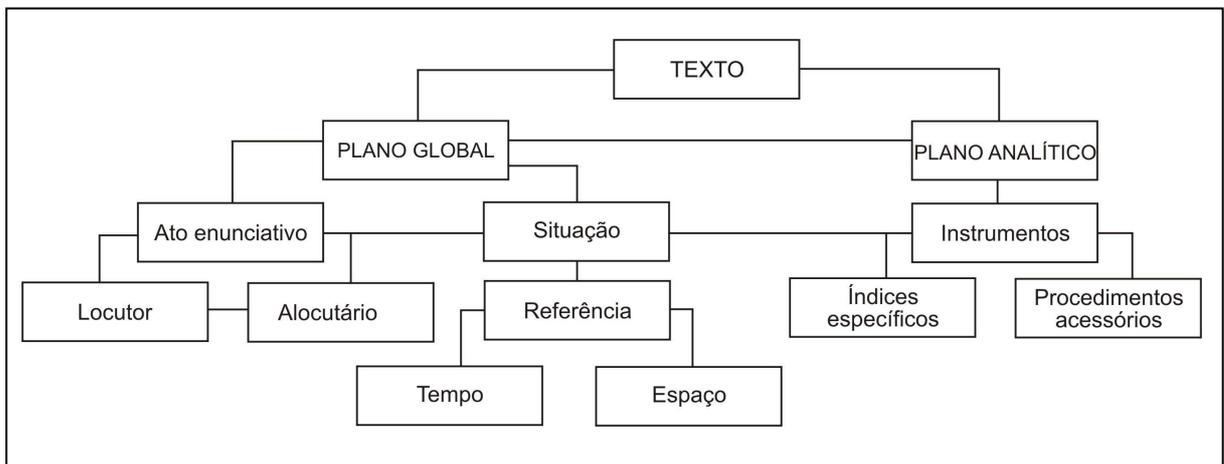


Figura 1 – Organograma: noções da Teoria da Enunciação de Benveniste e os planos textuais global e analítico (Fonte: elaborado pela autora).

³⁸ Charaudeau (1992, p. 639-640) refere-se à situação monolocutiva quando os parceiros da troca linguageira não estão presentes fisicamente um em face do outro, de modo que o locutor não pode perceber imediatamente as reações do interlocutor, podendo apenas imaginá-las. Configura-se, pois, um discurso em que não se verifica a interferência do alocutário, caracterizando-se uma construção contínua e hierarquizada.

A partir dessa metodologia proposta por Benveniste, elaboramos cinco princípios sobre os quais, pensamos, pode ser alicerçada uma análise translinguística de textos. Pensamos que esses princípios podem dar conta da análise de textos dentro do domínio da linguagem ordinária ou comum, ficando fora de nosso escopo a linguagem poética. Os primeiros três princípios são intimamente relacionados aos aspectos da enunciação que, segundo Benveniste, devem ser considerados. O quarto princípio diz respeito à dimensão pragmática da linguagem, pois é por meio de “um aparelho de funções” (BENVENISTE, 1989f, p. 86) que o locutor age sobre o comportamento do alocutário. O quinto princípio, que encadeia e engloba os demais, propõe como se pode operar a análise translinguística de um texto, pela inter-relação entre os planos global e analítico. Vejamos, a seguir, cada um desses princípios.

3.3.1 O texto é um índice global de subjetividade

Como ponto de partida para nossa reflexão, são pertinentes as palavras de Dessons (2006, p. 26) a respeito da redução da teoria de Benveniste à análise de suas marcas formais:

Particularmente sugestivo, realmente desconcertante, o pensamento de Benveniste se vê frequentemente atenuado e deturpado pela vulgarização de sua teoria linguística, reduzida a simples análises de marcas formais da enunciação, em detrimento de considerações teóricas de ordem mais geral, cujo alcance revela uma concepção forte e original de relações entre a linguagem e o homem.

Essa citação evidencia dois pontos sobre os quais vale a pena nos debruçarmos. O primeiro é a crítica que Dessons faz ao fato de que as análises linguísticas que são empreendidas com apoio na teoria de Benveniste restringem-se ao estudo superficial das marcas formais da enunciação, isto é, aos dêiticos que remetem a *eu-tu-aqui-agora*. O segundo ponto é o alcance da teoria de Benveniste, que vai muito além disso, contemplando as relações entre a linguagem e o homem.

Estudos que centram suas análises tão somente nos índices específicos que remetem às pessoas do discurso, ao tempo e ao espaço parecem indicar que é somente isso que retiveram da teoria da enunciação. Dessa forma, acabam ocultando outras perspectivas que se abrem em direção a uma teoria geral da linguagem que vincula estreitamente homem e linguagem: “A linguagem está na natureza do homem, que não a fabricou. [...] Não atingimos nunca o homem separado da linguagem e não o vemos nunca inventando-a.” (BENVENISTE, 2005d, p. 285).

Se, para Benveniste, toda a língua está submetida à enunciação e se, conseqüentemente, todo ato enunciativo implica uma troca linguageira entre interlocutores, é preciso, então, ultrapassar o estágio da análise de marcas formais da enunciação e considerar que outros expedientes no interior das línguas servem para exprimir a subjetividade. Se o texto, como definimos anteriormente, é resultante de um ato de enunciação, ele constitui, na sua globalidade, um índice de subjetividade.

Benveniste chama atenção para o fato de que não haveria possibilidade de linguagem sem a presença da pessoa posta em ação no discurso, assim como não haveria possibilidade de linguagem se, para cada pessoa, uma nova expressão devesse ser inventada a cada nova experiência linguageira. Assim, para a análise da subjetividade em ação, no exercício da linguagem, que ocupa o lugar central na teoria benvenistiana, consideram-se, em primeiro lugar, os índices específicos que remetem ao locutor, “parâmetro nas condições necessárias da enunciação” (BENVENISTE, 1989f, p. 83).

Conforme Flores et al. (2009, p. 146), em *Dicionário de linguística da enunciação*,

a Teoria da Enunciação de Benveniste tem como fundamento a noção de intersubjetividade, já que é na e pela linguagem que o homem se constitui como sujeito, e essa condição está na dependência da existência do outro. [...] há pessoa subjetiva porque há pessoa não subjetiva, relação que pode inverter-se. Intersubjetividade é, então, noção primeira, pressuposta, epistemologicamente, pela noção de subjetividade.

Todo enunciado – e, por extensão, podemos dizer que todo texto³⁹ – é, portanto, de forma explícita ou implícita, uma alocução. Isso quer dizer que, mesmo no texto escrito, em que não se observa, no momento da enunciação, a reversibilidade entre os protagonistas do discurso, há sempre um alvo a quem o locutor dirige sua palavra. O fato de o discurso se configurar como monolocutivo (sem réplicas no curso da troca linguageira) não significa que inexistente um interlocutor: este assumirá seu papel no momento da leitura do texto, mas o locutor já o projeta em sua enunciação. A instauração do *tu* no discurso, no momento da enunciação, será também representada pelo locutor, por meio de indicadores que apontam para essa pessoa não subjetiva.

E o que dizer do texto em que não emergem índices de intersubjetividade, em que a representação de *eu* e *tu* é velada? Podemos afirmar que estamos diante do produto de um ato

³⁹ Como já afirmamos no capítulo 2, quando Benveniste define a frase como “variedade sem limite”, em *Os níveis da análise linguística*, ele nos autoriza a relacionar frase com texto. Em *Da subjetividade na linguagem* (BENVENISTE, 2005d, p. 291), ao tratar de verbos performativos na primeira pessoa como indicadores de subjetividade, o autor emprega, inicialmente, o termo “enunciado” (*Consideremos agora os seguintes enunciados*) e, em seguida retoma esse termo por meio do termo “frase” (*Essas frases contêm verbos que são verbos de operação, supposer, présumer, conclure, e igualmente de operações lógicas*).

enunciativo desprovido de intersubjetividade? É claro que não. Mesmo quando o locutor fala do mundo que o cerca (pessoas, objetos, eventos), ele está falando de si mesmo, de suas impressões sobre esse mundo. Se toda enunciação emana de um locutor e atinge um alocutário, então todo uso que se faz da língua é intersubjetivo. Nenhum texto, por mais “neutro” que pareça ser, espelha a realidade extralinguística, pois tudo o que é enunciado passa pelo “filtro” do enunciador em comunhão com o coenunciador.

Benveniste (2005d, p. 292, grifos do autor) ratifica essa posição ao falar do *status* da não pessoa: “A forma *ele...* tira o seu valor do fato de que faz necessariamente parte de um discurso enunciado por ‘eu’”. Assim, ainda que o locutor procure velar sua presença no discurso valendo-se de marcas da não pessoa, ele jamais pode ser anulado, como se o conteúdo proposicional falasse por si só. Por meio da enunciação, ele sempre se unirá ao outro por algum laço (pessoal, social ou de outro tipo).

Na metassemântica, compete, então, ao analista contemplar o texto em sua globalidade, não restringindo seu estudo aos índices específicos da pessoa, em níveis microestruturais (analíticos). Constituindo o texto um índice global de subjetividade, é na inter-relação entre o global e o analítico que se busca flagrar essa subjetividade.

3.3.2 O texto cria referência

A situação a que Benveniste se refere quando menciona, em *O aparelho formal da enunciação*, o que deve ser considerado no estudo da enunciação, remete-nos à noção de referência, a qual, por sua vez, implica o tempo e o espaço em que se realiza o ato enunciativo. Em *A forma e o sentido na linguagem*, o autor chama atenção para o papel da referência na apreensão do sentido de determinada frase: “Na maior parte dos casos, a situação é condição única, cujo conhecimento nada pode suprir.” (BENVENISTE, 1989a, p. 231).

Toda enunciação implica referência à determinada situação, pois falar consiste sempre em falar de. Ao contemplar a frase como expressão da língua em funcionamento, Benveniste dá relevo à referência, afirmando que a frase relaciona-se à situação de discurso, isto é, às coisas fora da língua. Na definição de frase como unidade completa, constituída de sentido e referência, o autor sublinha o fato de que os parceiros da comunicação têm em comum “uma certa referência de situação, sem a qual a comunicação como tal não se opera, sendo inteligível o ‘sentido’, mas permanecendo desconhecida a ‘referência’” (BENVENISTE,

2005f, p. 140).

Pensamos que, quando Benveniste usa o termo “frase”, concebendo-a como unidade completa, dotada de sentido e referência, ele não está se referindo a uma parte ou segmento de texto, mas ao próprio texto (embora não o designe assim), cujas dimensões podem variar de acordo com a situação de comunicação em que é produzido. Por conseguinte, todo texto tem sentido e referência, que não lhe são atribuídos *a priori*, mas são construídos na (co)enunciação.

Dessons (2006, p. 64) explica que “a frase, em sua concepção discursiva, implica a historicidade radical da linguagem, que faz de cada enunciação uma ação única”. Em outras palavras, a frase, como unidade do discurso, depende de um sistema não apriorístico, não geral, cada vez singular.

O sentido da frase (associada à noção de texto), que é promovido pela mobilização de recursos linguísticos e seu arranjo sintagmático, pela ação que as palavras exercem umas sobre as outras, “implica referência à situação de discurso e à atitude do locutor” (BENVENISTE, 1989a, p. 230). A referência, intimamente ligada ao sentido, é, de acordo com a citação de Benveniste, o conjunto singular de circunstâncias do qual decorre a frase. Nessa perspectiva, a referência deve ser interpretada em sua singularidade a cada instância discursiva. Distingue-se, pois, como já argumentamos no capítulo 2, do conceito de referência proposto por Frege, visto que não remete diretamente ao mundo ontológico, mas ao próprio ato enunciativo. A referência é atribuída pelo locutor, que não referencia diretamente o mundo extralinguístico, mas o seu mundo: quando o locutor toma a palavra, ele fala de si e do seu mundo, estendendo-o ao mundo do colocutor, cuja existência promove.

Flores et al. (2008, p. 55) afirmam que “eu-tu-aqui-agora é sempre autorreferencial, cada vez único”, ou seja, só tem referência na situação de enunciação. É na e pela enunciação que o “mundo” passa a existir. O mundo de que se fala é o “mundo” daquele que enuncia, sendo extensivo àquele a quem se dirige e situado em determinado espaço e tempo. Esse espaço e esse tempo são assumidos pelo alocutário quando este enuncia. Assim, como toda enunciação está submetida à perspectiva do *eu*, ainda que o *eu* fale do mundo, não deixa de falar de si: “a atribuição de referência implica um processo – sintagmatização-semantização, termo que apresenta o sujeito implicado no exercício da língua, dizendo-se e dizendo a situação enunciativa” (FLORES et al., 2008, p. 73). Normand (2009, p. 166) partilha essa mesma posição, argumentando que “toda relação à referência, na língua colocada em uso, depende da sui-referência; a referência só concerne à situação cada vez única do locutor”.

Voltemos, agora, nossa atenção ao texto escrito: de que modo o locutor (autor) atribui referência? Qual é o *estado de coisas que provoca* o texto ou a *situação de discurso a que se reporta*? Já reiteramos aqui que, consoante Benveniste, o uso da linguagem sempre implica a interação entre um locutor e um alocutário, situados num aqui-agora. No caso do texto escrito, o locutor projeta uma imagem de seu alocutário (possíveis leitores) e, com vistas a influenciar esse público-alvo, mobiliza a língua por sua conta, sintagmatiza e semantiza. Por menor que seja, em seu texto, o grau de presença atribuído ao alocutário, o locutor tem sempre em vista aquele a quem destina o que diz de si ou daquilo que o cerca.

Ao pôr a linguagem em ação, o locutor autorreferencia, pois, ao escrever sobre o mundo, externa, na verdade, seu ponto de vista sobre o mundo, mostra esse mundo ao outro através de suas lentes, buscando levá-lo a partilhar “esse mesmo mundo”.

Devemos considerar que, no ato de realização da escrita, o locutor e o alocutário – respectivamente, autor e leitor – não estão face a face, mas situados num aqui-agora diferentes. O lugar e o tempo da enunciação não coincidem com o lugar e o tempo da coenunciação. Ao empregar a língua para expressar sua relação com o mundo, o locutor faz uso de *índices específicos* e de *procedimentos acessórios* a fim de marcar sua presença no discurso, constituindo um centro de referência interno à enunciação. O leitor, por sua vez, é levado a correferir quando do ato da leitura do texto, passando a partilhar com o autor o mesmo quadro de referência.

Podemos concluir, então, que a referência de um texto não é um dado apriorístico, reproduzido pelo ato de enunciação que produz o texto. Ela é sempre criada, construída na interação entre os coenunciadores. Ou seja, ela integra a enunciação, da qual resulta o texto. Desse modo, ainda que dois textos falem sobre o mesmo referente do mundo factual, sua referência não é a mesma, pois esta, em virtude da intervenção do locutor, situado num aqui-agora singular, se renova a cada instância enunciativa.

3.3.3 O texto é produzido na imbricação entre forma e sentido

Já nos detivemos bastante, no capítulo 2, na relação entre estas noções que Benveniste considera “gêmeas”, a forma e o sentido. Agora, precisamos destinar um espaço para falar sobre tais noções na análise translinguística do texto. Em *Os níveis da análise linguística* (texto de 1964), Benveniste chama atenção para o fato de que a relação forma/sentido é um problema que persegue toda a linguística moderna. Segundo ele, muitos linguistas, na época

desejavam libertar-se do sentido, restringindo suas análises à forma. Mas não há como desviar o olhar dessa “cabeça de Medusa” que seduz todos aqueles que a contemplam.

Em *A forma e o sentido na linguagem* (artigo de 1966), ao dirigir-se a filósofos, Benveniste afirma que externará seu próprio ponto de vista, fora de uma perspectiva filosófica, sobre as noções de forma e sentido, uma vez que não existia um ponto de vista comum aos linguistas ou à maioria deles. Centravam eles seus estudos na forma – “o que pode ser apreendido, estudado, analisado por técnicas cada vez mais precisas e cada vez mais concretas” –, excluindo as manifestações do sentido, tidas como “livres, fugidias, imprevisíveis” (BENVENISTE, 1989a, p. 221).

Sublinhando que a significação está na natureza da linguagem, o autor propõe que, na língua, há dois domínios do sentido e da forma: a *língua como semiótica* e a *língua como semântica*. Na primeira, encontram-se os signos, dispostos em relação paradigmática, os quais têm valor genérico, conceptual; na segunda, a expressão é a frase, sempre particular, resultante de um arranjo sintagmático promovido pelo locutor, subordinado à ideia global a ser expressa. Dessas proposições de Benveniste, parece-nos, já podemos, ao menos, vislumbrar de que modo se pode erigir uma análise linguística em que a semiótica e a semântica coexistam metodologicamente. Se, sob a perspectiva enunciativa, forma e sentido convivem na língua como um todo, o analista, ao imergir no texto, não pode perder de vista a ideia global relacionada à sintagmatização, mas, ao mesmo tempo, perscrutará os níveis analíticos, atendo-se também à forma e ao sentido das palavras, “instrumentos da expressão semântica, [...] materialmente os signos do repertório semiótico” (BENVENISTE, 1989a, p. 233).

Cabe destacar que, em *A forma e o sentido na linguagem*, Benveniste, talvez por excessivo zelo ao rigor com que encarava a linguística, responde evasivamente à seguinte pergunta de Piguet⁴⁰ (apud BENVENISTE, 1989a, p. 239), que inicia sua fala retomando o dizer de Benveniste:

Benveniste disse mais ou menos assim: “O sentido da frase é outra coisa que o sentido das palavras que a compõem; o sentido das frases é dado pela ideia, o sentido das palavras pelo seu emprego na frase”. [...] A semântica pressuporia um método global de apreensão do sentido. Por oposição, o método ou a direção do espírito requerido pela semiótica seria de composição ou de decomposição, portanto analítico e não global. Minha questão é, face a isto, a seguinte: como estes dois métodos se reúnem no interior da linguística? Como a semiótica e a semântica podem coexistir metodologicamente, se uma é do tipo analítico e a outra do tipo global não analítico? Qual deve ser, então, finalmente, o método fundamental que orienta a linguística em seu conjunto?

⁴⁰ Jean-Claude Piguet é filósofo suíço que escreveu *De l'esthétique à la métaphysique* (1959).

Afirmando ser “uma questão fortemente antecipadora”, Benveniste (1989a, p. 240) reitera que não há uma doutrina linguística sobre isso e que expôs em sua conferência pontos de vista pessoais a serem discutidos e precisados. Segundo ele, há duas linguísticas distintas, com métodos e conceitos distintos, as quais devem alcançar maior rigor, “deixando para ver em seguida como elas podem se juntar e se articular” (BENVENISTE, 1989a, p. 240).

No entanto, alguns pontos de vista pessoais de Benveniste, explicitados neste e noutros artigos, como *Os níveis da análise linguística* (1964) e *Semiologia da língua* (1969) e repisados por vários autores, acenam, em nosso entendimento, para a formulação de uma linguística que comporta a semiótica e a semântica. Vejamos novamente tais pontos de vista, em ordem cronológica, considerando a primeira publicação desses artigos.

Quando reduzimos uma unidade aos seus constituintes, reduzimo-la aos seus elementos *formais*. [...] a dissociação leva-nos à constituição formal; a integração leva-nos às unidades significantes.

A forma de uma unidade linguística define-se como a sua capacidade de dissociar-se em constituintes de nível inferior.

O sentido de uma unidade linguística define-se como a sua capacidade de integrar uma unidade de nível superior.

Forma e sentido aparecem assim como propriedades conjuntas, dadas necessária e simultaneamente, inseparáveis no funcionamento da língua (BENVENISTE, 2005f, p. 135-136, grifos do autor).

Já nessa passagem de *Os níveis da análise linguística*, em que ainda não utiliza a metalinguagem “semiótico e semântico”, Benveniste explica que a segmentação leva aos constituintes formais (forma), ao passo que a integração conduz ao sentido. Nesse mesmo texto, o autor afirma que “com a frase transpomos um limite, entramos num novo domínio” (BENVENISTE, 2005f, p. 137). Esse domínio ele denominará semântico nos textos subsequentes. Cabe salientar os advérbios “necessária e simultaneamente”, acrescentados ao adjetivo “inseparáveis” que caracteriza a forma e o sentido. Essa afirmação nos leva a concluir que o analista da linguagem, ao proceder à decomposição das formas em unidades menores, não pode perder de vista o sentido assim como, ao fazer o processo inverso – a integração, num nível global – não pode ignorar a forma.

Assim, o “sentido” da frase está na totalidade da ideia percebida por uma compreensão global; a “forma” se obtém pela dissociação analítica do enunciado processada até as unidades semânticas, as palavras. Além disso, as unidades não podem mais ser dissociadas sem deixar de preencher sua função. Esta é a articulação semântica. [...]

O sentido a transmitir, ou se se quiser, a mensagem é definida, delimitada, organizada por meio das palavras; e o sentido das palavras, por seu turno, se determina em relação ao contexto de situação. [...]

Esses dois sistemas [semiótico e semântico] se superpõem assim na língua tal como a utilizamos. Sobre este fundamento semiótico, a língua-discurso constrói uma semântica própria, uma significação do intentado, produzida pela sintagmatização das palavras, em que cada palavra não retém senão uma pequena parte do valor que tem enquanto signo (BENVENISTE, 1989a, p. 232-234, grifos do autor)

Essa citação de *A forma e o sentido na linguagem* ratifica o ponto de vista exposto em *Os níveis da análise linguística* no que diz respeito a dois aspectos: por um lado, a relação entre o sentido (equivalente à mensagem) e a compreensão global (integração) e a relação entre a forma e a segmentação (dissociação analítica); por outro lado, a estreita vinculação entre forma e sentido. Evidencia-se também a diferença entre o valor do signo (pertencente ao domínio semiótico) e o valor da palavra (domínio semântico), cujo sentido só pode ser definido em relação ao contexto de situação. O semiótico, que se mostra no semântico, é condição *sine qua non* para que haja comunicação. É importante aqui frisar a expressão “sobre este fundamento semiótico”, que permite afirmar que, para Benveniste, o sistema semiótico constitui a base a partir da qual se promove o sentido no domínio semântico, na língua-discurso.

Ora, a mensagem não se reduz a uma sucessão de unidades que devem ser identificadas separadamente; não é uma adição de signos que produz o sentido, é, ao contrário, o sentido (o *intentado*⁴¹), concebido globalmente, que se realiza e se divide em “signos” particulares, que são as PALAVRAS (BENVENISTE, 1989g, p. 65, grifos do autor)

Nesse excerto de *Semiologia da língua*, em que Benveniste novamente coloca em relação de sinonímia os termos “mensagem” e “sentido”, destaca-se a ideia de que o sentido é o *intenté* (intentado ou modo de agir sobre o alocutário), sempre concebido no nível global. Esse nível global, por sua vez, pode ser segmentado em palavras, que, encadeadas umas às outras, implicam sempre uma particularização ou singularização dos signos.

Na linguística que reúne os métodos global e analítico, portanto, não se buscaria, a partir da concepção de Benveniste, o sentido na soma dos signos, mas na imbricação de duas vias: no nível global, pela compreensão da ideia expressa, do *intenté* e, no nível analítico, pela apreensão das noções particulares, circunstanciais das palavras, que, conviventes e coniventes em seu uso instanciado, retêm somente parte do valor que tinham como signos.

Para melhor situarmos essa linguística, são pertinentes as palavras de Claudine Normand (2009, p. 182, grifo da autora):

⁴¹ Em lugar de “intencionado”, preferimos a palavra “intentado”, pois, como já argumentamos no capítulo 2, parece-nos que “intencionado” não é a melhor tradução, uma vez que “intenté” tem um valor de ação que “intencionado” não possui.

A análise do semântico (análise desta ou daquela unidade do discurso) associa uma análise semiótica do enunciado a um comentário sobre a situação cada vez particular da enunciação (tal sujeito, tal tempo, tal referente, tal interação, cujas marcas fazem parte da descrição semiótica); assim como todo comentário de texto, essa análise interpreta os enunciados, mas não pretende dizer tudo sobre seu sentido. [...] Benveniste descarta implicitamente todo projeto de *semântico* isolável como tal da análise das formas (semiótico), mas ele parece descartar também toda generalização, em qualquer grau modelizável. Seu programa de análise do semântico (o discurso), uma vez admitidos os princípios gerais que apresentam o quadro da enunciação, conduz à descrição do particular, da diversidade do que a língua permite a serviço de sujeitos vivos e falantes na interação subjetiva, de qualquer maneira, uma nova hermenêutica.

Esse “comentário sobre a situação cada vez particular da enunciação”, que não pode dizer tudo sobre o sentido, tem como base, consoante Normand, a descrição semiótica, especificamente, a dos marcadores da enunciação, que, pertencentes à língua, indicam a presença da “pessoa”, situada em determinado tempo e espaço. Tal comentário situa-se, pois, no nível global, sem, no entanto, prescindir da ordem semiótica, em que se apoia a análise.

Normand coloca numa relação de igualdade as expressões “análise do semântico” e “análise desta ou daquela unidade de discurso” (esta apresentada em forma de aposto entre parênteses). O que se compreende por “unidade do discurso”? Pensamos que a autora nos autoriza a estender essa análise às unidades complexas do discurso, como o texto. Para uma análise translinguística do texto, como a que pretendemos desenvolver no próximo capítulo, o esclarecimento de Normand é, portanto, muito bem-vindo.

3.3.4 O texto constitui um modo de ação do locutor sobre o alocutário

Embora somente em *A filosofia analítica e a linguagem* (texto de 1963), Benveniste se refira explicitamente à distinção performativo-constativo, proposta por Austin⁴², já em *Da subjetividade na linguagem* (de 1958), ele sublinha a singularidade de alguns enunciados na primeira pessoa do singular e no presente do indicativo (como “Creio que o tempo vai mudar”), nos quais a enunciação equivale ao próprio ato. Neste artigo, ainda que não

⁴² John Langshaw Austin (1911-1960), filósofo nascido no Reino Unido, foi um dos grandes pensadores britânicos do Pós II Guerra Mundial. Em sua obra de referência, *How to do things with words* (publicação póstuma em 1962), inicialmente, distingue enunciados constativos (que descrevem a realidade) de performativos (que instauram uma nova realidade – “dizer é fazer”). Depois, abandona essa distinção, afirmando existirem somente enunciados performativos (primários e explícitos, e dá relevo à força pragmática da linguagem). Elaborou uma teoria geral dos atos de fala, distinguindo três categorias: ato locutório (ato de dizer qualquer coisa), ilocutório (o locutor realiza esse ato, dotado de uma força de enunciação) e perlocutório (efeito dos atos locutório e ilocutório). Segundo Austin, o ato de fala é regulado por uma convenção linguística e extralinguística (depende de instituições sociais).

mencione o termo “performativo”, o autor relaciona enunciados desse tipo à noção de subjetividade:

A enunciação *je jure* é o próprio ato que me compromete, não a descrição do ato que eu cumpro. Dizendo *je promets, je garantis*, prometo e garanto efetivamente. As consequências (sociais, jurídicas, etc.) do meu juramento, da minha promessa se desenrolam a partir da instância de discurso que contém *je jure, je promets*. A enunciação identifica-se com o próprio ato. Essa condição, porém, não se dá no sentido do verbo: é a “subjetividade” do discurso que a torna possível (BENVENISTE, 2005d, p. 292, grifos do autor).

Em *A filosofia analítica e a linguagem*, Benveniste confronta sua visão a respeito da performatividade na linguagem com a de Austin⁴³. Não vê razão para abandonar a distinção performativo-constativo, como o fez Austin. Discorda do filósofo, segundo o qual um enunciado no imperativo, mesmo que não apresente verbo performativo no presente do indicativo e na primeira pessoa, é um enunciado performativo. Para Benveniste (2005a, p. 304),

Não há enunciado performativo a não ser que contenha a menção de ato, isto é, ordeno, enquanto o imperativo poderia ser substituído por qualquer processo que produzisse o mesmo resultado – um gesto, por exemplo –, e não ter mais realidade linguística. Assim, não é o comportamento esperado do interlocutor o que constitui aqui o critério, mas a forma dos respectivos enunciados. A diferença resulta daí: o imperativo produz um comportamento, mas o enunciado performativo é o próprio ato que ele denomina e que denomina o *performador*. Rejeitaremos, pois, toda identificação de um e outro.

Assim, para que o enunciado seja performativo, deve conter, conforme Benveniste, formas linguísticas específicas, como a primeira pessoa do singular e um verbo declarativo-jussivo no presente do indicativo, na voz ativa. Além desse critério formal, o ato de fala deve ser proferido por um enunciador que tem autoridade ou direito para realizá-lo. Nesse caso, ele se refere a atos produzidos num meio socialmente regulamentado, atos esses também contemplados por Austin.

Nesse mesmo artigo, não obstante seja categórico ao frisar as marcas formais do enunciado performativo, Benveniste traz exemplos como “O Sr. X é nomeado ministro plenipotenciário”, “A cátedra de botânica é declarada vaga” (2005a, p. 301), “A sessão está aberta” (2005a, p. 302), que não possuem tais marcas, e afirma: “É preciso reconhecer como autênticos e admitir como performativos os enunciados que o são de maneira inaparente,

⁴³ Aya Ono (2007) observa que Austin e Benveniste nunca se encontraram e que Benveniste não teve acesso à obra *How to do things with words*, apenas ao conteúdo de uma comunicação apresentada por Austin no Colóquio de Royaumont (*Performatif, constatif* – 1962), citado em *A filosofia analítica e a linguagem*. Portanto, desconhecia as três categorias da teoria geral do ato de fala de Austin: locutório, ilocutório e perlocutório. Da mesma forma, Austin, falecido em 1960, não teve acesso aos artigos de Benveniste que tratam da performatividade.

porque só implicitamente são atribuídos à autoridade habilitada para produzi-los.” (BENVENISTE, 2005a, p. 300). Nesse caso, a autoridade do locutor e a situação discursiva são critérios suficientes para que o ato seja performativo.

Assim como em *Da subjetividade na linguagem*, Benveniste salienta que o enunciado performativo é *sui-referencial*, por referir-se a uma realidade que ele próprio instaura: “Daí decorre o ser ao mesmo tempo manifestação linguística – uma vez que deve ser pronunciado – e fato de realidade, enquanto cumprimento de ato”. O presente do enunciado performativo coincide com o presente em que o locutor fala, sendo este um ato único, irrepetível: “um enunciado performativo não pode repetir-se. Toda reprodução é um novo ato efetuado por aquele que tem qualidade” (BENVENISTE, 2005a, p. 302).

Ono conclui que, embora se percebam mais convergências que divergências entre as posições de Austin e Benveniste, para este, “dizer qualquer coisa” (representação de si e do mundo), prepondera sobre “dizer é fazer”. E acrescenta que a unicidade do performativo estende-se a toda a enunciação, que “é cada vez nova e capaz de implicar a heterogeneidade de situações discursivas e sociais” (ONO, 2007, p. 209, tradução nossa).

Vimos, nos dois artigos citados neste princípio, que Benveniste destina um espaço significativo ao ato de dizer como fazer, realizar⁴⁴, ainda que desenvolva a ideia de performatividade dentro da problemática da subjetividade, concebendo o enunciado performativo (da mesma forma, toda enunciação) como *sui-referencial*, como criador de sua própria temporalidade. Mas, lendo atentamente outros textos de Benveniste, constatamos que é mais corrente do que se imagina a ideia de que, por meio da enunciação (e, portanto, do texto resultante desse ato), o locutor age sobre o alocutário, instaurando novas realidades. Contemplemos algumas passagens que evidenciam isso.

1. É preciso entender discurso na sua mais ampla extensão: toda enunciação que suponha um locutor e um ouvinte e, no primeiro, a intenção de **influenciar**, de algum modo, o outro (BENVENISTE, 2005c, p. 267, grifo nosso).
2. Bem antes de servir para comunicar, **a linguagem serve para viver** (BENVENISTE, 1989a, p. 222, grifo nosso).
3. No domínio da língua em funcionamento, vemos sua função mediadora entre o homem e o homem, entre o homem e o mundo, entre o espírito e as coisas, transmitindo a informação, comunicando a experiência, impondo a adesão, suscitando a resposta, implorando, constringendo; em resumo, **organizando toda a vida dos homens** (BENVENISTE, 1989a, p. 229, grifo nosso).
4. Desde o momento em que o enunciador se serve da língua para **influenciar** de algum modo o comportamento do alocutário, ele dispõe para este fim de um aparelho de funções. [...] Cada enunciação é um ato que serve o propósito direto

⁴⁴ *Perform*, em inglês, tem o sentido de fazer, realizar, executar.

de unir o ouvinte ao locutor por algum laço de sentimento, social ou de outro tipo. Uma vez mais, a linguagem, nesta função, manifesta-se-nos, não como um instrumento de reflexão, mas como um **modo de ação** (BENVENISTE, 1989f, p. 86-90, grifo nosso).

No primeiro excerto, de *As relações de tempo no verbo francês*, observa-se que Benveniste releva a noção de intersubjetividade e a dimensão pragmática da linguagem, isto é, o papel da enunciação como ação: o locutor visa influenciar⁴⁵ aquele a quem se dirige. Não está aqui também presente a ideia de performatividade, no sentido de que dizer é fazer? Parece-nos que sim, pois, no momento em que o ato de enunciar visa a exercer uma ação sobre outrem, ele assume uma dimensão ou função social.

O mesmo se pode dizer da profunda e célebre afirmação de Benveniste presente no segundo segmento, extraído de *A forma e o sentido na linguagem*. O que quer dizer “serve para viver”? Quer dizer que a linguagem – materializada em textos – possibilita a humanidade, a sociedade, atribuindo-lhe, pois, uma função antropológica. Podemos aqui pensar de que modo os homens se relacionam uns com os outros, de que modo agem uns sobre os outros, de que modo, enfim, se constituem como seres humanos: pela linguagem. Isso levou Benveniste a afirmar que *a linguagem serve para viver*. Na análise translinguística de um texto, esse fato deve ser considerado, pois é por meio de textos – breves ou extensos – que os homens partilham experiências (felizes ou infelizes, dramáticas, trágicas ou cômicas), firmam comunhões, rompem laços, externam opiniões e sentimentos, celebram a vida.

Relacionado a essa afirmação de Benveniste, o terceiro enunciado também sublinha a função antropológica da língua em emprego e em ação. É por meio dela que se organiza a vida dos homens, pois ela medeia a relação dos homens entre si, a relação entre os homens e o mundo. Dizendo-se, dizendo sobre o outro e sobre o mundo, sempre sob sua ótica, o homem ocupa seu lugar na sociedade.

No último segmento, de *O aparelho formal da enunciação*, destacam-se o termo “influenciar” e a expressão “modo de ação”. Benveniste reitera aqui a função pragmática da linguagem, do agir do locutor sobre o alocutário, buscando influenciar seu comportamento. Novamente, evidencia-se o poder atribuído à linguagem no que concerne ao “dizer é fazer”, isto é, à busca da instauração de novas realidades.

Em vista dessas reflexões, julgamos que, na análise translinguística de um texto, não podemos ignorar, numa perspectiva enunciativa, essa dimensão pragmática e antropológica da

⁴⁵ Conforme o *Dicionário Houaiss da língua portuguesa* (2001, p. 1614-1615), “exercer uma ação psicológica, uma ascendência sobre alguém ou algo ou deixar subjugar-se por esta ação; causar ou sofrer uma modificação física ou intelectual”.

língua em funcionamento. Na abordagem de um texto, é fundamental que se fixe o olhar, primeiramente, no ato enunciativo que se dá entre os protagonistas do discurso, analisando de que forma o locutor age sobre o alocutário na situação (*aqui-agora*) em que se encontram.

3.3.5 Uma análise translinguística do texto focaliza a relação entre os planos global e analítico

Esse princípio, como já sustentamos anteriormente, engloba os demais, mas merece ser apresentado separadamente, uma vez que a noção de nível, como argumenta Benveniste (2005f, p. 127), parece “essencial na determinação do procedimento de análise”. Na metassemântica, outra observação de Benveniste (2005f, p. 130) é decisiva: “O *sentido* é de fato a condição fundamental que todas as unidades de todos os níveis devem preencher para obter *status* linguístico”. Essa afirmação atribui um papel preponderante ao sentido, donde se conclui que o analista deve saber lidar habilmente com essa *cabeça de Medusa* a fim de que não seja petrificado por ela.

De que forma, então, numa análise translinguística, pode ser contemplada a relação entre os planos global e analítico? Pensamos que, primeiramente, o analista deve ater-se ao próprio ato de enunciação, na relação intersubjetiva que aí acontece, à situação (o estado de coisas que provoca o texto) e ao ato de fala global que o locutor (autor) expressa. A novidade é que esse “comentário particular”⁴⁶ sobre o ato enunciativo (parceiros da troca, tempo e espaço) assenta-se sobre o aparelho formal da língua de que se serve o locutor quando configura o aparelho formal da enunciação.

Como, a nosso ver, o texto é arquitetado por meio de macro e microssintagmatizações, a análise deve dar-se num vai-vem entre os planos global e analítico, sempre conjugando forma e sentido. Ou seja, na análise global, o sentido (totalidade da ideia apreendida por uma compreensão global) repousa sobre as sintagmatizações entre unidades maiores (por exemplo, parágrafos entre si) e sobre a relação existente entre estas e as unidades menores, como períodos e palavras.

Procedendo à segmentação do texto em unidades menores, nos arranjos sintáticos e morfológicos, estamos no plano analítico, mas, nesse nível, não podemos nos restringir somente à forma ou à relação forma-sentido dentro dessa microesfera. Não há como perder de vista o plano global, pois é dentro dele e em função dele que o locutor organiza palavras e promove sintagmatizações. No que se refere às palavras, não podemos ignorar que, no

⁴⁶ Conforme Normand (2009, p. 181).

repertório semiótico, são signos sempre virtuais, genéricos, que somente se atualizam no discurso. Isso quer dizer que, embora seu valor conceptual não possa ser ignorado, apenas uma parte dele é retida quando o signo se transforma em palavra.

A fim de que a teoria de Benveniste tenha o alcance que merece, o analista deve dirigir um olhar especial aos procedimentos acessórios, ao lado dos índices específicos. Estes, em nosso entendimento, apontam ou indicam para os elementos do ato enunciativo (*eu-tu-aqui- agora*), ao mesmo tempo que, por meio dos procedimentos acessórios (micro e macrossintagmatizações), o locutor faz irromper a singularidade do ato enunciativo.

Com vistas a ilustrarmos as imbricações dos vários conceitos de Benveniste, do plano global aos planos analíticos, no domínio do texto, apresentamos a figura abaixo.

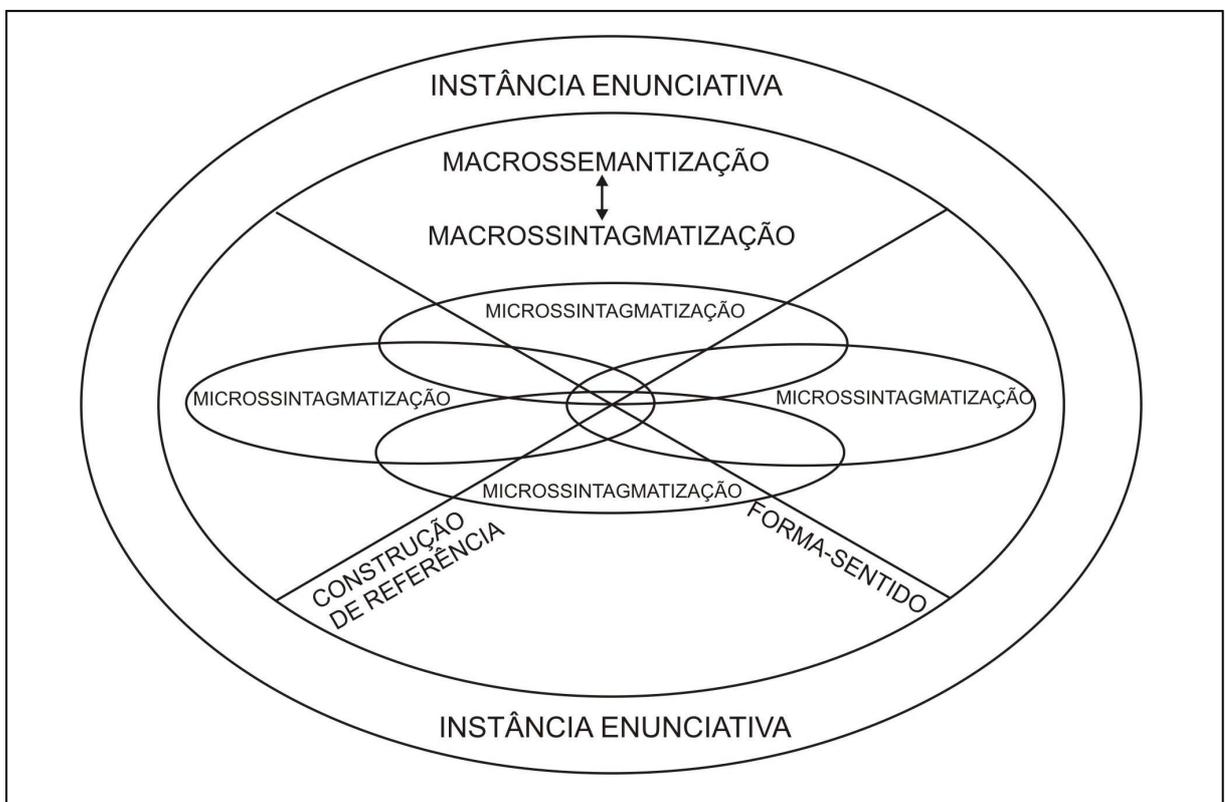


Figura 2 – Sintagmatização-semantização textual: imbricação de noções fundantes da Teoria da Enunciação de Benveniste (Fonte: elaborado pela autora).

Após a explicitação dos cinco princípios que, a nosso ver, podem nortear uma análise translinguística de textos, é relevante destacar que o último princípio – uma análise translinguística do texto focaliza a relação entre os planos global e analítico – possui uma envergadura que se distingue dos demais no sentido de que contempla e inter-relaciona os

demais. Cabe-nos agora redesenhar o organograma que apresentamos no início do capítulo, com o propósito de explicitar como tais princípios convivem no texto.

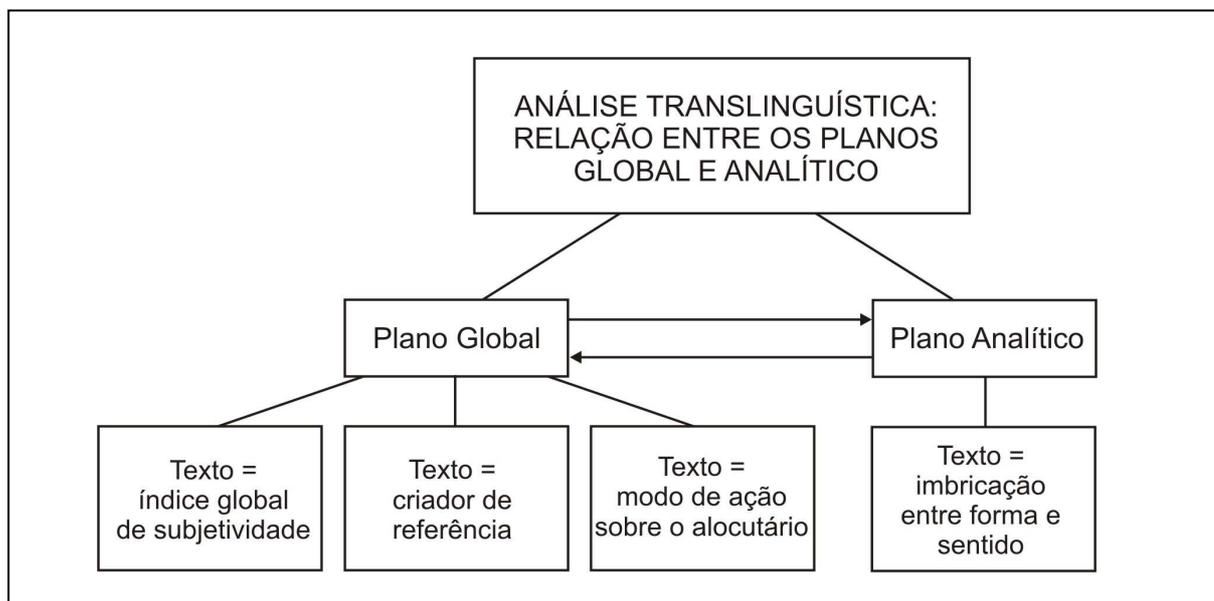


Figura 3 – Planos global e analítico: relação entre os princípios propostos (Fonte: elaborado pela autora).

Às vésperas de embarcarmos na instigante aventura de nos debruçarmos sobre o texto sob o lume da prazerosa leitura de Benveniste, vale trazer as belas palavras de Normand (2009, p. 101-105, grifos nossos), cujo brilho ofuscaria qualquer comentário que se fizesse a seu respeito:

Descobrir os desvios que toma a língua comum para permitir os efeitos de sentido mais precisos e mais singulares, as expressões felizes, como se diz, era também reencontrar a literatura, mas podia ser como linguista, que não se fia em sua intuição e em sua cultura, mas na **precisão de uma análise das formas, do jogo de seus limites e possibilidades**. [...] um locutor nem mesmo precisa forçar a língua (“trapacear”) para produzir efeitos de sentido surpreendentes e os enunciados mais comuns, cuja forma é esquecida até se tornar transparente, encerram uma potencialidade significativa que a análise pode tornar visível **rompendo a complexidade das formas**.

4 ANÁLISE TRANSLINGUÍSTICA DE TEXTOS: O DOMÍNIO DA METASSEMÂNTICA

Chegamos agora ao destino final de nossa viagem: nossa mala está cheia de “ferramentas” que podem contribuir para que desfrutemos melhor desse paradeiro. Vamos olhar para o texto “rompendo a complexidade das formas”, como diz Normand (2009), na busca dos efeitos de sentido promovidos pelo locutor quando coloca a língua em emprego e em ação.

Estamos cientes de que, como analistas da linguagem, não conseguiremos desnudar todas as formas nem desvendar todos os sentidos. Além disso, a análise que aqui empreendemos também se caracteriza pela singularidade, no sentido de que outras análises são possíveis, dependendo do ponto de vista assumido pelo enunciador.

O leitor desta tese observará que, na análise dos textos, ao nos referirmos a recursos ou estruturas linguísticas, valemo-nos de metalinguagem já “sedimentada” nos estudos da gramática tradicional ou da linguística. Essa escolha deve-se ao fato de que nosso trabalho é dirigido, além de outros interlocutores, a professores de língua materna, que já estão familiarizados com tal metalinguagem.

4.1 Análise do texto “O quadro-negro do futuro”

O Quadro-Negro do Futuro⁴⁷

Escolas gaúchas começam a investir em lousas interativas, que agregam internet, vídeos, animações e jogos nas salas de aula.

- 1 Preto, branco, azul ou verde. Não importa a cor que tenha, o fim dele está próximo.
- 2 Base do ensino desde o século 19, o tradicional quadro retangular no qual professores
- 3 escrevem com giz ou caneta poderá se tornar peça de museu.
- 4 A substituição pelas lousas digitais ou interativas – equipamentos que agregam
- 5 internet, vídeos, animações, jogos e outros aplicativos concentrados numa só placa – começou
- 6 a se tornar realidade nas escolas gaúchas.
- 7 O colégio Kennedy, na Capital, é um dos pioneiros a apostar na novidade. Instalou no
- 8 início deste ano as novas ferramentas nas suas 16 salas de aula, fazendo com que os 1,2 mil
- 9 alunos e os 48 professores passassem a abandonar, gradativamente, o antigo e sempre
- 10 empoeirado quadro-negro.
- 11 – A extinção do antigo quadro vai ocorrer, mas ele ainda é utilizado. Assim como o
- 12 caderno e o lápis – afirma a supervisora geral do colégio, Raquel Mallmann.
- 13 A mudança é radical, principalmente para os educadores. Perto das lousas interativas, as aulas
- 14 com giz parecem pertencer a um passado distante. A partir de um programa disponível na
- 15 internet, os professores montam as aulas agregando vídeos, imagens, exercícios, mapas e

⁴⁷ Esse texto integra o *corpus* analisado no Trabalho de Conclusão intitulado *A subjetividade no gênero notícia: uma análise enunciativa*, de Cladis Santetti, orientado pela autora desta tese. A análise, no entanto, difere substancialmente, visto que foi bastante aprofundada em nossa tese.

16 *links*. Numa aula de ciências, por exemplo, os alunos não dependem mais do talento artístico
 17 do professor para conhecer as formas de uma célula humana. O desenho aparece na tela em
 18 3D. As telas têm sistema *touch screen*, possibilitando ao professor e aos alunos interagirem
 19 escrevendo, desenhando ou jogando com um simples toque de dedo. Além disso, todo o
 20 conteúdo escrito pelo professor pode ser enviado por e-mail.

21 – Eles prestam muito mais atenção agora. Não é mais uma agitação porque não
 22 aguentam mais a aula, mas uma agitação pelo conhecimento. Uma agitação pedagógica –
 23 afirma a professora Letícia Missel de Souza, que ainda passa por treinamento.

24 Para os alunos, a gana pelo saber parece ter sido aguçada ao extremo. No colégio
 25 Kennedy, insistem em participar das aulas.

26 – É muito mais legal. A gente pode escrever ou jogar na tela – disse o aluno do 1º ano
 27 do Ensino Fundamental, Gabriel Cardoso de Castro, 7 anos.

28 A lousa interativa é utilizada como diferencial para atrair alunos. A escola Sagrado
 29 Coração de Jesus, em Ijuí, estampa no seu site a novidade.

Fonte: AZEVEDO, Gustavo. O quadro-negro do futuro. *Zero Hora*, Porto Alegre, ano 47, n. 16.433, p. 36, 31 ago. 2010.

Levemos em conta, primeiramente, o ato enunciativo que se realiza nesse texto intitulado “O quadro-negro do futuro”. Nesse ato, estão implicados um *eu*, que fala (sob sua ótica) de um *ele* a um *tu*, num *aquí* e *agora* singulares. O locutor é um eu que deseja fazer com que o outro saiba sobre a chegada da lousa interativa em escolas gaúchas. O alocutário é o tu que se “encontra” com essa notícia e que deseja saber sobre o que está sendo noticiado.

A presença do locutor e do alocutário não é marcada linguisticamente no texto por meio de índices específicos, como pronomes pessoais, por exemplo, mas a sintagmatização (procedimentos acessórios) possibilita flagrar essa “presença mais ou menos velada” dos interlocutores. Cabe destacar que, para Benveniste (1989f, p. 84, negrito nosso), “desde que ele [locutor] se declara locutor, ele implanta o *outro* diante de si, **qualquer que seja o grau de presença que ele atribua a este outro**”.

É preciso observar que o locutor, embora não reclame uma enunciação de retorno, projeta uma imagem do alocutário que procura essa página do jornal *Zero Hora*, a fim de adquirir novas informações. Dessa forma, cria um ato de linguagem que procura responder a alguma indagação com que, supostamente, esse interlocutor convive. Isso vem ao encontro do princípio do texto como índice global de subjetividade, pois o locutor se inscreve em seu texto e, ao fazer uso da palavra, implanta diante de si o alocutário, mesmo que não haja, na notícia, índices específicos que apontem para ou identifiquem a presença dos interlocutores. E, na concretização do ato enunciativo dessa notícia, o locutor vale-se de procedimentos acessórios, por meio dos quais pode ser flagrada a sua presença. Esses procedimentos serão detalhados, em nossa análise, quando nos ativermos ao princípio da imbricação entre forma e sentido, na inter-relação entre os planos global e analítico.

Ao falarmos da situação em que se realiza o ato de enunciação do qual resulta o texto, partimos do pressuposto de que a referência não é apriorística, mas criada no momento da concepção do texto. O locutor fala sobre o mundo (substituição do quadro-negro pela lousa interativa), expondo um estado de coisas que ocorre contemporaneamente ao ato de enunciação. Ao falar desse mundo, ele o faz imprimindo seu ponto de vista favorável à mudança anunciada, como mostramos na abordagem dos procedimentos acessórios, que evidenciam essa visão favorável à lousa interativa. Portanto, ao falar do outro e do mundo, o locutor, na verdade, fala de “seu mundo” e visa a partilhar esse mundo com o alocutário. Embora a notícia relate um fato do mundo ontológico, esse mundo é “filtrado” pelo enunciador, isto é, o mundo é apresentado sob a ótica do locutor. Embora fale de “ele” (não pessoa) – lousa interativa em substituição ao quadro-negro – o locutor apresenta essa novidade de forma positiva, revelada pelo arranjo sintagmático promovido por ele, como veremos a seguir. O fato de anunciar um estado de coisas do mundo contemporâneo justifica o uso reiterado do presente do indicativo, que indica concomitância com o momento da enunciação (*agora*).

Considerando que estamos diante de um texto escrito, é preciso chamar a atenção para o fato de que a enunciação e a coenunciação ocorrem em tempos crônicos diferentes, pois os colocutores não se encontram face a face: o tempo da leitura não é o tempo da produção. Apesar disso, o leitor, no momento da coenunciação, adota o tempo linguístico instaurado no texto pelo autor. O ato de leitura do texto constitui uma nova enunciação, em que o protagonista é o coenunciador, que, ao deparar com o texto, “reescreve-o” no momento da leitura.

Em relação ao tempo linguístico, evidencia-se que o presente axial do discurso (tempo inerente à língua) é marcado pelo emprego de formas verbais no presente do indicativo, que indicam concomitância dos estados de coisas ou fatos com o momento da enunciação. Vale observar que o tempo em que são situados tais fatos ou estados de coisas é mais amplo do que o momento da enunciação da notícia. De modo geral, quando o locutor faz uso dessas formas verbais, ele parece deixar que os fatos se descrevam a si mesmos, como se apenas fossem desvendados ou trazidos à tona. Alguns verbos que ilustram isso são os seguintes: “escrevem” (linha 3), “agregam” (linha 4), “é” (linha 7), “montam” (linha 15), “dependem” (linha 16), “aparece” (linha 17), “têm” (linha 18), “pode” (linha 20), “insistem” (linha 25), “estampa” (linha 29). Ao usar os verbos de ligação “está” (linha 1) “é” (linha 13), ao contrário, o locutor emite um juízo de valor, uma vez que afirma a iminência da extinção do quadro-negro e a ruptura com o passado que a lousa interativa promove.

As formas verbais de futuro (“poderá se tornar” – linha 3 e “vai ocorrer” – linha 11) indicam uma prospecção em relação ao momento da enunciação (aquilo que vai se tornar presente, conforme Benveniste). Essa projeção tem como parâmetro o presente, tempo a partir do qual é ordenado, além do futuro, também o passado. Ao utilizar o modalizador “poderá”, na perífrase verbal “poderá se tornar”, o locutor deseja parecer pouco categórico em relação à descrição da realidade futura em que o quadro-negro se torne peça de museu, mas os demais arranjos sintagmáticos (mostrados a seguir) demonstram que ele apresenta essa realidade como irreversível. Na fala da supervisora geral do colégio Kennedy, fica evidenciada a certeza da futura realidade – extinção do quadro-negro –, embora ela expresse em seguida que o quadro-negro ainda é utilizado, ou seja, que essa realidade ainda não se consumou no presente.

Ao empregar formas verbais do pretérito, o locutor visa a expressar retrospecção (anterioridade ao momento da enunciação). A locução verbal “começou a se tornar” (linhas 5-6) indica um aspecto inceptivo (começo de uma ação) no passado, que se estende no presente. O verbo “instalou” (linha 7) aponta para uma ação que foi concretizada antes do momento da enunciação (a instalação de lousas interativas em 16 salas de aula do colégio Kennedy). Na locução verbal “parece ter sido” (linha 24), o uso de “ter sido”, além de indicar voz passiva, expressa um fato que não se inicia no presente, mas no passado (o possível aguçamento extremo da gana pelo saber por parte dos alunos). O emprego do verbo de elocução “disse” (linha 26) aponta para o fato de que o ato de dizer do aluno (cuja voz é inserida no texto) ocorreu no passado, isto é, o depoimento foi colhido antes do momento da enunciação.

Cabe destacar, ainda, a expressão “este ano” (linha 8), indicador de subjetividade que aponta para o ano de 2010, período de tempo que ultrapassa os limites do ato enunciativo, mas que possui um ponto de intersecção com o momento da enunciação. O advérbio “agora” (linha 21), empregado em discurso alheio (discurso da professora Letícia Missel de Souza), também indica a concomitância do estado de coisas descrito (os alunos prestam mais atenção) com o momento de sua enunciação, tempo esse também mais amplo do que a instância de discurso em que tal fato é expresso.

Quanto ao espaço da enunciação, pode-se dizer que está ligado ao tempo. Há uma atualidade do espaço, ligada ao tempo do escrito em jornal. Aqui é o lugar onde se dão as duas enunciações: o ato de escrever o texto e o ato de lê-lo. Não há índices específicos que apontam para o lugar em que ocorre a enunciação, mas cabe sublinhar que o aqui do locutor não é o aqui do alocutário, pois o ato de enunciar quando da produção do texto se situa em tempo e espaço diferentes em que se situa o ato de enunciar quando da leitura da notícia. No

momento em que o locutor toma a palavra, ele deseja, porém, partilhar com o interlocutor a situação de discurso (aqui-agora), ou seja, assim como o tempo linguístico do locutor é assumido pelo alocutário, também o espaço é “adotado” por este.

Ao materializar seu ato de enunciação por meio do texto, o locutor não visa somente comunicar ao outro a realidade que o cerca, mas influenciá-lo, levá-lo a partilhar a tese de que a substituição do quadro-negro pela lousa interativa traz benefícios para a educação. Evidencia-se, pois, o princípio de que, por meio do texto, o locutor age sobre o alocutário, ajudando-o a “viver” melhor. Em outras palavras, ao “dizer-se” ao outro, o locutor “faz”. Isso se revela, em vários momentos do texto, em que, por meio de procedimentos acessórios, o *eu* age sobre o *tu*.

Olhemos, agora, para a imbricação entre forma e sentido (sintagmatização-semantização) que se dá na interação entre os planos global e analítico. A sintagmatização (ou procedimentos acessórios), como já afirmamos, consiste nas escolhas gramaticais e lexicais e nos arranjos sintáticos promovidos pelo locutor com vistas à produção de sentidos. A sintagmatização, ao lado dos índices específicos, faz emergir a subjetividade na linguagem e confere singularidade a cada ato enunciativo.

Observa-se, no texto, um contraste estabelecido pelo locutor entre o quadro negro e a lousa interativa, em que se evidencia sua posição favorável à lousa interativa, vista como algo positivo, ao contrário do quadro-negro. O juízo de valor positivo em relação à lousa interativa e negativo em relação ao quadro-negro é expresso por meio de variados procedimentos acessórios, que detalharemos a seguir.

Primeiramente, chamam a atenção as expressões empregadas pelo locutor para substituir, no decorrer do texto, a expressão “lousa interativa”: “a novidade” (linhas 7 e 29), “as novas ferramentas” (linha 8). Ao fazer uso dessas anáforas, o locutor apresenta a lousa interativa como algo inovador, que rompe com o que já está estabelecido. Na expressão “o quadro-negro do futuro” (título), que se antecipa ao seu referente “lousas interativas”, o adjunto adnominal “do futuro” especifica ou delimita o quadro-negro, desempenhando o papel de expressar a posição do locutor de que, no futuro, o “quadro-negro” será outro, diferente daquele que o alocutário conhece.

A expressão “o tradicional quadro retangular no qual professores escrevem com giz ou caneta” (linhas 2-3) também é retomado, no texto, por expressões com as quais o locutor marca sua intervenção: “o antigo e sempre empoeirado quadro-negro” (linhas 9-10), “o antigo quadro” (linha 11). Os adjetivos “antigo” e “empoeirado” constituem marcas que evidenciam um juízo de valor negativo em relação ao quadro-negro.

No subtítulo da notícia (*lead*), é importante destacar a oração adjetiva explicativa⁴⁸ “que agregam internet, vídeos, animações e jogos nas salas de aula”, representada no texto nas linhas 4-5 como oração adjetiva restritiva. Constatase que, nesse texto, a oração explicativa traz uma informação que não somente elucida o que vêm a ser lousas interativas, mas antecipa ao alocutário o posicionamento favorável do locutor em relação a essa ferramenta, que agrega diversos recursos que podem ser disponibilizados aos alunos. O verbo “agregam”, juntamente com o complemento composto de vários elementos (“internet, vídeos, animações, jogos e outros aplicativos”) cumprem, nessa oração, um papel importante na enunciação, pois servem como argumento para ancorar a tese de que a substituição do quadro-negro pela lousa interativa é positiva. Nesse mesmo enunciado, observa-se que o sujeito “escolas gaúchas” apresenta o substantivo “escolas” desnudo, isto é, não acompanhado de artigo definido: por meio dessa sintagmatização, o locutor promove um sentido de parcialidade, referindo-se a uma parcela das escolas gaúchas.

O uso de aposto⁴⁹ é de fundamental importância no texto para expressar o ponto de vista do locutor (favorável à lousa interativa e desfavorável ao quadro-negro): “base do ensino desde o século 19” (linha 2) x “equipamentos que agregam internet, vídeos, animações, jogos e outros aplicativos concentrados numa só placa” (linhas 4-5). Observa-se que, no primeiro aposto, o acréscimo da locução temporal “desde o século 19” à expressão base do ensino é que torna disfórica toda a expressão, pois o fato de ser “base do ensino” constituiria uma característica positiva do quadro-negro. Por meio dessa locução temporal, o locutor visa a mostrar que, na contemporaneidade, o quadro-negro está obsoleto, uma vez que está há tanto tempo sendo usado como base do ensino. No segundo aposto, compete à oração relativa “que agregam internet, vídeos, animações, jogos e outros aplicativos numa só placa” exprimir um juízo de valor positivo em relação à lousa interativa, pois o núcleo do sintagma nominal “equipamentos” não revela, por si só, a posição do enunciador. Por meio dessa oração, o locutor argumenta em favor da versatilidade e da inovação trazidas pela lousa interativa.

Com o emprego do predicativo “peça de museu” (linha 3), que está relacionado ao sujeito “o tradicional quadro-negro no qual professores escrevem com giz ou caneta”, o locutor expressa a obsolescência do quadro-negro e argumenta em favor de sua substituição por lousas interativas. Vale aqui ressaltar que o locutor deseja parecer pouco impositivo ao afirmar que o quadro-negro se tornará peça de museu: o verbo “poderá” funciona como um modalizador, dando uma aparência de relativização a essa afirmação.

⁴⁸ Segundo a gramática tradicional (GT), essa oração é dispensável para a compreensão cabal do enunciado.

⁴⁹ Considerado na GT como termo sintático acessório.

Ao relacionar o predicado “parecem pertencer a um passado distante” (linha 14) ao sujeito “as aulas com giz” (linha 14), o locutor também sintagmatiza com vistas a mostrar sua posição de que o quadro-negro é um recurso que não condiz com a modernidade. Cabe observar que, quando usa a expressão “perto das lousas interativas” (linha 13), o locutor está comparando as aulas com giz com as aulas em que se usam lousas interativas, exprimindo sua posição favorável às segundas. O enunciado “Perto das lousas interativas, as aulas com giz parecem pertencer a um passado distante” (linhas 13-14) constitui uma justificativa da afirmação anterior: “A mudança é radical, principalmente para os educadores” (linha 13), embora o locutor não explicita tal relação por meio de um conectivo. Neste enunciado, outras sintagmatizações empreendidas pelo locutor merecem ser destacadas: o predicativo “radical” ligado ao sujeito “a mudança” expressa a forte ruptura com a realidade anterior à lousa interativa. Empregando a circunstância de relevo “principalmente para os educadores”, o locutor coloca os educadores no topo de uma escala argumentativa, em comparação a outros profissionais e mesmo aos alunos no que se refere à mudança radical com que depararão no momento da substituição do quadro-negro pela lousa digital.

Na sequência textual “As telas têm sistema *touch screen*, possibilitando ao professor e aos alunos interagirem escrevendo, desenhando ou jogando com um simples toque de dedo. Além disso, todo o conteúdo escrito pelo professor pode ser enviado por *e-mail*” (linhas 18-20), o locutor enuncia sua posição de locutor por meio de sintagmatizações que se relacionam à semantização do texto em sua globalidade: a possibilidade de professor e alunos interagirem escrevendo, desenhando ou jogando com um simples toque de dedo é uma consequência de as telas terem sistema *touch screen*, sendo esse um aspecto positivo das lousas interativas. Com a locução adverbial “com um simples toque de dedo” (linha 19), que é sintaticamente acessória, o locutor argumenta em favor do fácil manuseio desse novo recurso pedagógico. O enunciado introduzido por “além disso” acrescenta um argumento em favor da lousa interativa: a possibilidade de todo o conteúdo escrito pelo professor ser enviado por *e-mail*.

No enunciado “A lousa interativa é utilizada como diferencial para atrair alunos” (linha 28), o substantivo “diferencial” é um nome eufórico, pois exprime juízo de valor positivo ao conceber a lousa interativa como inovadora. O fato de ela ser um recurso que rompe com a antiga forma de desenvolver uma aula constitui o meio para o fim que todo educador almeja em sala de aula: “atrair alunos” (linha 28).

Locuções verbais mobilizadas no texto são também marcas importantes do papel da sintagmatização a serviço da semantização promovida pelo locutor. Analisando o papel dos verbos auxiliares, observa-se que não cumprem apenas funções gramaticais (indicação de

peessoa, número, tempo e aspecto verbal), mas revelam a presença do locutor em seu discurso, que modaliza seu discurso, relativizando o caráter asseverativo de suas proposições. É relevante observar que, nas perífrases verbais, o sentido da locução não é simplesmente a soma do sentido de seus constituintes, pois, na sintagmatização, a língua é atualizada, perdendo-se, muitas vezes, o significado conceptual dos signos, quando estes se convertem em palavras, em sua convivência e conivência com outras. Destacamos, para análise, as seguintes locuções verbais em que o verbo auxiliante, em sua relação com o auxiliado⁵⁰, modaliza as proposições:

- a) na locução verbal “poderá se tornar” (linha 3), se concebida apenas no plano analítico, sem relação com o plano global, o verbo auxiliante “poderá” (linha 3), agregado ao verbo auxiliado “se tornar” pode ser visto como um recurso que tira o caráter impositivo ou asseverativo do enunciado. Ao proceder a essa sintagmatização, o locutor parece apresentar o fato projetado para o futuro – o tradicional quadro retangular tornar-se peça de museu – como uma possibilidade. No entanto, ao relacionarmos tal locução com a sintagmatização promovida pelo locutor no texto em sua globalidade, observa-se que é apenas uma forma de este se eximir da responsabilidade de fazer uma afirmação categórica, pois, no texto, essa realidade futura é tida como irremediável.
- b) na locução verbal “parecem⁵¹ pertencer” (linha 14), o verbo “parecem”, na junção sintagmática com o verbo “pertencer”, também cumpre o papel de, aparentemente, relativizar a afirmação de que, perto das lousas interativas, as aulas com giz pertencem a um passado distante. Assim, o locutor se exime da responsabilidade de afirmar categoricamente que os quadros-negros tradicionais não têm mais utilidade;
- c) na locução verbal “parece ter sido aguçada” (linha 24), temos uma *sobreauxiliação*, conforme Benveniste (1989, p. 189), pois há três verbos auxiliares – cada um com uma função específica – e um verbo auxiliado. O verbo auxiliante “parece”

⁵⁰ Benveniste (1989, p. 183), no artigo *Estrutura das relações de auxiliaridade*, afirma tratar do processo linguístico da auxiliação, que implica a junção sintagmática de uma forma auxiliante (forme auxiliante) e de uma forma auxiliada (forme auxiliée), mais brevemente, auxiliante e auxiliado. Segundo ele, há três aspectos da auxiliação: auxiliação de temporalidade, auxiliação de diátese (voz passiva) e auxiliação de modalidade.

⁵¹ Além dos verbos *pouvoir* e *devoir* (poder e dever), que Benveniste (1989, p. 193) classifica como modalizantes por função, ele cita outros verbos, modalizantes ocasionais ou por assunção, como *vouloir*, *falloir*, *désirer*, *espérer*, *faire*, *savoir*, etc. (querer, precisar, desejar, esperar, fazer, saber, etc.), que expressam modalização quando o locutor os elege para tal função. O linguista faz, no entanto, uma ressalva: estes só serão auxiliares se o sujeito – explícito – do auxiliante for idêntico ao sujeito – implícito – do auxiliado. Se este sujeito for diferente, então o infinitivo é substituído por uma oração subordinada e, nesse caso, o verbo não será auxiliante.

modaliza o que está sendo expresso pelo locutor, que não exprime certeza em relação ao fato de que a gana dos alunos pelo saber foi aguçada ao extremo. Por meio dessa sintagmatização, ele parece não querer se comprometer fortemente com o teor de verdade de sua afirmação. O verbo auxiliante “ter”, agregado ao outro verbo auxiliante “sido” e ao verbo auxiliado “aguçada”, exprime temporalidade: “parece ter sido aguçada” indica retrospectção, situando a concretização do fato do aguçamento da gana pelo saber no marco temporal anterior à enunciação: parece que foi aguçada. A auxiliação de diátese (auxiliação da forma verbal passiva) é marcada linguisticamente pelo locutor quando ele usa, ao lado do verbo auxiliante “ter”, o verbo “ser” no particípio (“sido”). Dessa forma, ele coloca o sujeito gramatical (“a gana pelo saber”) na posição de paciente da ação de ser aguçada ao extremo. O agente, embora não esteja expresso na proposição, presume-se que seja o professor que faz uso da lousa interativa.

Assim, podemos afirmar que, embora sintaticamente se verifiquem modalizações por meio das quais o locutor quer dar uma aparência de relativização, semanticamente, a modalização não acontece, isto é, a lousa interativa não é colocada no campo do possível. Prova disso são as outras sintagmatizações que se observam ao longo do texto, algumas das quais já apresentadas antes. Em outras palavras, podemos falar de uma sintaxe modalizadora, mas não de uma semântica modalizadora.

Cabe destacar, ainda, o emprego do advérbio “mais”, usado em quatro ocorrências: linhas 16, 21 (duas ocorrências) e 26. Na linha 16, o locutor pressupõe que, antes da chegada das lousas interativas, os alunos dependiam do talento artístico do professor de ciências para conhecer as formas de uma célula humana. Na linha 21, no discurso direto, a professora Letícia Missel de Souza pressupõe que, antes da lousa interativa, os alunos não prestavam muita atenção às aulas e se agitavam porque não aguentavam as aulas. E, na linha 26, na fala do aluno Gabriel Cardoso de Castro, este pressupõe que, antes da lousa interativa, as aulas não eram muito legais. Com o uso desse advérbio, portanto, o locutor contrapõe realidades situadas em tempos diferentes:

- | | |
|---|---|
| <p>a) antes do surgimento da lousa interativa</p> <p>– os alunos dependiam do talento artístico do professor de ciências para conhecer as formas de uma célula humana;</p> | <p>b) após o surgimento da lousa interativa</p> <p>– o desenho da célula humana aparece na tela em 3D;</p> |
|---|---|

- os alunos não prestavam muita atenção;
- os alunos agitavam-se porque não aguentavam as aulas;
- as aulas não eram muito legais.
- os alunos prestam muita atenção;
- os alunos agitam-se porque desejam aprender;
- as aulas são muito legais.

Dessa sintagmatização advém a semantização de que a lousa interativa é uma ferramenta muito mais eficiente para o ensino do que o quadro-negro.

Vale ressaltar, também, que, nessa enunciação escrita, ao fazer “outros indivíduos se enunciarem no texto” (BENVENISTE, 1989f, p. 90), o locutor é que seleciona as enunciações, dependendo de seu propósito. Nesse texto, o locutor introduz afirmações que vêm ao encontro da semantização que deseja promover: a lousa interativa deve substituir o quadro-negro.

Por intermédio da fala da supervisora geral do colégio Kennedy, Raquel Mallmann, o locutor prevê a extinção do quadro-negro. No entanto, nesse discurso, o emprego do conectivo “mas” introduz um argumento mais forte do que o anterior: o quadro-negro ainda é utilizado. Esse arranjo sintático produz o efeito de sentido de que, no momento da enunciação do discurso alheio, não se efetivou totalmente a substituição do quadro-negro pela lousa interativa.

O depoimento da professora Letícia Missel de Souza, do colégio Kennedy, selecionado pelo locutor, ratifica a posição deste, uma vez que destaca um aspecto positivo do uso da lousa digital: o fato de os alunos prestarem mais atenção e evidenciarem o desejo de adquirir conhecimento. Nota-se que, após esse depoimento, o locutor reitera, embora não de forma categórica, que foi aguçada ao extremo a gana pelo saber. Nessa afirmação, chama a atenção, ainda, o adjunto adverbial “ao extremo” (linha 24), por meio do qual o locutor intensifica o aguçamento da gana pelo saber, como se não houvesse outra forma mais eficaz de aguçar o desejo de conhecimento dos alunos.

E, finalmente, por meio da fala de Gabriel Cardoso de Castro, aluno do 1º ano do Ensino Fundamental do Colégio Kennedy, o locutor também ressalta uma consequência positiva da introdução da lousa interativa no ensino: “É muito mais legal. A gente pode escrever ou jogar na tela” (linha 26). O locutor vale-se dessa voz enunciada, que é a de uma criança de sete anos, para focalizar também o aspecto lúdico (“jogar na tela”) que a lousa interativa favorece.

Observa-se que, por meio de dois exemplos de escolas gaúchas que adotaram as lousas interativas – o colégio Kennedy, em Porto Alegre, e a escola Sagrado Coração de Jesus, em

20 instituição Brigada Militar. O rótulo de “piores salários do país” é verdadeiro, avilta o policial e
 21 também nos desafia a reverter esse quadro. Esse é o nosso compromisso e o cumprimos
 22 com serenidade, responsabilidade e juízo cívico.

23 Além da proposta salarial, que está sendo examinada pelos brigadianos, o Governo vem
 24 oferecendo respostas positivas a alguns temas caros à instituição. A saber:

25 • a ampliação do número de vagas de terceiro-sargento, possibilitando a promoção de 2.800
 26 soldados, sendo 700 ainda em 2011, 700 em 2012, 700 em 2013 e 700 em 2014;

27 • o reajuste de 45% no valor da etapa alimentação a todos os servidores da segurança
 28 pública, após cinco anos sem reajuste;

29 • a manutenção de um canal de discussão sobre a matriz salarial;

30 • o encaminhamento do regime de urgência do Projeto de Lei Complementar 60/2011, que
 31 cria uma Gratificação de Incentivo à Permanência no serviço aos Praças de Nível Médio que
 32 desejarem continuar prestando serviços junto à Brigada Militar;

33 • a parceria com a Caixa Econômica Federal para dar continuidade ao Feirão da Casa Própria
 34 específico para os servidores da segurança pública.

35 Por fim, em um momento em que determinados setores, com interesses obscuros, afrontam a
 36 sociedade com o cometimento de graves ilegalidades, o Governo do Estado reitera a sua
 37 postura democrática e responsável. Reitera, ainda, o compromisso em afirmar a autoestima de
 38 todos os servidores da Brigada Militar, instituição de inestimáveis serviços prestados ao povo
 39 gaúcho.

40 As ilegalidades e crimes cometidos pelos que pretendem subverter a hierarquia, manchar a
 41 reputação da Brigada Militar e pôr em risco os direitos da cidadania serão respondidos dentro
 42 dos trâmites do Estado Democrático de Direito, com os rigores da lei.

43 Governo do Estado do Rio Grande do Sul.

44 Porto Alegre, 18 de setembro de 2011.

Fonte: SALÁRIO RECUPERADO. BRIGADA MILITAR MAIS FORTE. ESTADO MAIS SEGURO.
Zero Hora, Porto Alegre, ano 48, n. 16.784, p. 11, 18 set. 2011.

Como ponto de partida da análise desse texto, ao focalizarmos o próprio ato enunciativo, lembremos as palavras de Benveniste (2005d, p. 286): “é ‘ego’ quem diz ‘ego’”⁵². Ainda que, em outro momento, o autor mencione que encontramos no mundo “um homem falando com outro homem” (BENVENISTE, 2005d, p. 285), entendemos que o “ego” a que se refere não é o homem como ser empírico, mas como ser da linguagem, que se apropria do aparelho formal da língua para enunciar-se: o primeiro “ego” é, pois, o locutor e o segundo “ego” são as marcas linguísticas que o representam em seu discurso, como o pronome de primeira pessoa “eu”, por exemplo.

Nesse texto, que é uma nota do Governo do Estado do Rio Grande do Sul, o locutor é alguém que deseja fazer saber à sociedade gaúcha e, mais especificamente aos servidores da

⁵² No original, “Est ‘ego’ qui dit ‘ego’” (BENVENISTE, 1966, p. 260).

Brigada Militar, as medidas que o governo vem tomando para valorizar e recuperar as polícias. Esse locutor, por meio de índices específicos, aponta para o sujeito que deseja representar em seu discurso. Há diversas ocorrências de indicadores de subjetividade que identificam esse “ego”: “Estamos” (linha 6), “Acreditamos” (linha 7), “queremos” (linha 9), “apresentamos” (linha 10), “estamos” (linha 18), “Temos” (linha 18), “nos” (linha 21), “nosso” (linha 21), “cumpriremos” (linha 21). Observa-se que, com os verbos flexionados na primeira pessoa do plural (“nós”) e com pronome oblíquo e possessivo de primeira pessoa do plural (“nos” e “nosso”), o locutor se inscreve em seu texto, desejando parecer um sujeito plural, representante de uma instituição.

Verifica-se, também, o uso da terceira pessoa do singular pela primeira pessoa do plural⁵³. No início do texto, na linha 5, ao usar a expressão “o Governo do Estado”, parece que o locutor está falando de “ele” (não pessoa). Mas, no mesmo enunciado, ele emprega o pronome possessivo “nossas”, em que se inscreve em seu texto e estabelece a comunhão com seu alocutário, pois as polícias não prestam seu serviço somente ao Estado, mas a todos os gaúchos. A elipse do sujeito da locução verbal “Estamos construindo” (linha 6), assim como todas as elipses com verbo na primeira pessoa do plural, remetem ao sujeito exposto na linha 5, “o Governo do Estado”. Assim, ao apresentar a expressão “o Governo do Estado”, no início do texto, parece que o enunciador deseja deixar claro para o alocutário quem é esse “ego” que toma a palavra⁵⁴. Essa expressão é retomada, no decorrer do texto, por “o Governo” (linha 23) e “o Governo do Estado” (linha 36). Tanto na linha 23 (“o Governo”) como nas linhas 36 (“o Governo do Estado”) e 37 (elipse do sujeito “o Governo do Estado”), parece que o locutor deseja expressar a quem compete apresentar uma proposta salarial e oferecer respostas positivas a alguns temas caros aos brigadianos, bem como reiterar a postura democrática e responsável diante do cometimento de graves ilegalidades e o compromisso em afirmar a autoestima de todos os servidores da Brigada Militar.

O único índice específico que aponta para o alocutário (incluindo o locutor) é o pronome possessivo “nossas” (linha 5), por meio do qual o locutor marca linguisticamente sua comunhão com aquele a quem se dirige ao tomar a palavra. Assim como no primeiro texto, essa nota não reclama uma enunciação de retorno, mas, ao implantar o outro diante de si, o locutor visa a responder às indagações de seu interlocutor acerca das medidas a serem

⁵³ Fiorin (2002, p. 84), em *As astúcias da enunciação*, fala em “pessoa subvertida”, mas não prevê essa subversão, contemplando somente a possibilidade de embreagem da terceira pessoa do singular pela primeira pessoa do singular (eu → ele).

⁵⁴ Para Fiorin (2002, p. 86), quando o locutor se apresenta como “ele”, “é como se o enunciador se esvaziasse de toda e qualquer subjetividade e se apresentasse apenas como papel social”.

tomadas pelo Governo do Estado do Rio Grande do Sul para a recuperação salarial e valorização da Brigada Militar.

Quanto à situação (aqui-agora) em que se realiza o ato enunciativo, embora o lugar e o tempo da enunciação do locutor e do alocutário não coincidam, pois a produção e a leitura do texto ocorrem em espaços e momentos diferentes, o aqui e agora do locutor (tempo e espaço linguísticos) são adotados pelo alocutário quando este coenuncia. Não há índices específicos que apontem para o lugar da enunciação, mas os adjuntos adnominais “do Estado” (linhas 5 e 36) e do “Estado do Rio Grande do Sul” (linha 43), além da expressão de lugar “Porto Alegre” (linha 44) situam o discurso num aqui, que é partilhado pelo interlocutor.

O tempo da enunciação é representado, no texto, por vários verbos flexionados no presente do indicativo, que, embora expressem simultaneidade dos fatos representados com a instância enunciativa, situam-se num marco temporal mais amplo do que a fugaz enunciação.

- a) as locuções verbais “vem realizando” (linha 5) e “vem oferecendo” (linhas 23-24) indicam que as ações de realizar um grande esforço para valorizar e recuperar as polícias gaúchas e de oferecer respostas positivas a alguns temas caros à Brigada Militar desenvolvem-se gradualmente, tendo início em momento anterior à enunciação, com continuidade no momento da enunciação;
- b) por meio da locução verbal “estamos construindo” (linha 6), o locutor também situa a construção dos avanços referentes à valorização e recuperação das nossas polícias como concomitante ao momento da enunciação, mas, além disso, indica que a ação está em desenvolvimento, ainda não concluída. O mesmo sentido é expresso pela perífrase “está sendo examinada”, com a diferença de que, além desse aspecto verbal, observa-se a presença de diátese: o exame da proposta salarial é o paciente da ação, cujo agente são os brigadianos;
- c) com os verbos “acreditamos” (linha 7), “é” (linha 8) e “queremos” (linha 9), o locutor expõe que seu juízo de valor positivo sobre a importância do capital humano para a efetividade da política de Segurança Pública e que seu desejo de ter uma Política de Segurança efetiva são sentimentos que experienciamos no momento da enunciação do texto;
- d) os verbos “demonstra” (linha 18), “estamos” (linha 18), “temos” (linha 18), “é” (linhas 19, 20 e 21), “avilta” (linha 20) e “desafia” (linha 21) também situam os fatos e estados de coisas concomitantemente com o momento da enunciação;
- e) entre as linhas 35 e 39, ao usar os verbos “afrontam” (linha 35) e “reitera” (linhas 36 e 37), o locutor situa no tempo da enunciação dois fatos: a afronta à sociedade

por determinados setores com interesses escusos os quais praticam graves ilegalidades e a reiteração da postura democrática e responsável do Governo do Estado e do compromisso em afirmar a autoestima de todos os servidores da Brigada Militar;

- f) nas locuções verbais “pretendem subverter” (linha 40), “[pretendem] manchar” (linha 40) e “[pretendem] pôr” (linha 41), o verbo auxiliante cumpre duas funções: indica temporalidade concomitante ao momento da enunciação e modalização, expressando um sentido de tentativa ou esforço. Ao ler o predicado “serão respondidos dentro dos trâmites do Estado Democrático de Direito, com os rigores da lei” (linhas 41-42), o alocutário compreende que tal esforço e tentativa não terão êxito. Em outras palavras, o locutor mostra que serão vãs as tentativas de subverter a hierarquia, manchar a reputação da Brigada Militar e pôr em risco os direitos da cidadania por parte dos que cometem ilegalidades e crimes.

Observa-se que os verbos flexionados no presente do indicativo e na primeira pessoa do plural apresentam o sujeito como agente, isto é, mostram o governo estadual vigente como alguém que faz, que se esforça para recuperar e valorizar os servidores da Brigada Militar. Assim, podemos afirmar que o tempo e a pessoa têm força argumentativa nesse texto, contribuindo para respaldar o posicionamento do locutor.

Em relação ao presente da instância de fala, “fundamento das oposições temporais da língua” (BENVENISTE, 1989b, p. 75), o locutor apresenta fatos que se situam como pontos vistos para trás. Tais fatos são marcados linguisticamente pelos verbos “apresentamos” (linha 10) e “adquiriu” (linha 15) e a perífrase verbal “tem ocorrido” (linha 17). Quanto ao verbo “apresentamos”, é importante ressaltar que, como ocorre a neutralização entre as formas “apresentamos” (presente do indicativo) e “apresentamos” (pretérito perfeito do indicativo), não se poderia, fora da sintagmatização promovida pelo locutor no plano global do texto, afirmar que se trata de um ou de outro tempo verbal. No texto, esse verbo indica que a apresentação de uma proposta inédita de valorização salarial da Brigada Militar ocorreu antes do momento da enunciação dessa nota, uma vez que, na linha 23, o locutor afirma que a proposta salarial “está sendo examinada pelos brigadianos”, ação esta concomitante com o momento em que se realiza o ato enunciativo. Com a forma verbal “adquiriu” (linha 15), o locutor faz uma retrospectiva, que é reforçada pelo uso do advérbio “já” (linha 15): as vantagens sobre as quais incidirão os reajustes propostos pelo Governo já foram adquiridas pelos policiais. Ao empregar a locução verbal “tem ocorrido” (linha 17), no pretérito perfeito composto, o locutor indica que a abertura dos canais de negociação com os servidores que

integram a estrutura estatal iniciou-se no passado e se estende no presente, simultaneamente à enunciação. Essa forma verbal, portanto, além de expressar coincidência com o eixo central, que é a instância de discurso, também ordena o tempo para trás, apontando para a anterioridade em relação à enunciação.

Também ordenados ou engendrados a partir do presente ou instância de discurso, o locutor apresenta acontecimentos que ainda não são presentes, mas que virão a sê-lo. Para expressar tais acontecimentos, vale-se de formas verbais de futuro do presente. Ao detalhar a proposta salarial do Governo do Estado aos servidores da Brigada Militar, o locutor faz uso dos seguintes verbos: “receberão” (linha 13), “serão” (linhas 14 e 15) e “permanecerão” (linha 16). Por meio dessas formas verbais, manifesta uma prospecção: os reajustes das funções intermediárias (entre soldados e tenentes), proporcionais aos índices apresentados aos soldados e tenentes, são projetados para frente a partir do presente, assim como a incorporação dos reajustes ao vencimento básico, o pagamento desses valores em duas etapas e a permanência em aberto de canais de negociação com os servidores da Brigada Militar. O emprego do verbo “cumpriremos” (linha 21) também sinaliza a ordenação temporal para a frente, situando o cumprimento do compromisso selado com os brigadianos em momento posterior à enunciação. No final do texto, o locutor, por meio da locução verbal “serão respondidos” (linha 41), também projeta a penalização às ilegalidades e crimes cometidos “pelos que pretendem subverter a hierarquia, manchar a reputação da Brigada Militar e pôr em risco os direitos da cidadania” (linhas 40-41) após a instância de discurso em que se situa a enunciação.

Cabe ressaltar que, ao valer-se de formas verbais de futuro, o locutor não apresenta o sujeito como agente, mas como paciente, beneficiário ou suporte de um estado, e isso cumpre uma função enunciativa relevante no texto. Em três ocorrências, verifica-se o uso da voz passiva, em que o agente (o Governo do Estado do RS) não está expresso. Assim, é atribuído um relevo à própria ação em si, não ao agente da ação. Vejamos os enunciados em que se constata isso:

- a) “Os reajustes **serão incorporados** ao vencimento básico” (linhas 13-14);
- b) “Os valores **serão pagos** em duas etapas” (linha 15);
- c) “As ilegalidades e crimes cometidos pelos que pretendem subverter a hierarquia, manchar a reputação da Brigada Militar e pôr em risco os direitos da cidadania **serão respondidos** dentro dos trâmites do Estado Democrático de Direito, com os rigores da lei” (linhas 40-42).

Na frase “[As funções intermediárias] receberão reajustes proporcionais aos índices apresentados” (linhas 12-13), o sujeito também não é agente, mas o beneficiário dos reajustes. Novamente, o agente responsável pela ação de pagar esses reajustes não é explicitado. Em “Os canais de negociação com os servidores permanecerão em aberto” (linha 16), o sujeito gramatical é o suporte do estado expresso no predicado: permanecerão em aberto. Mais uma vez, não é atribuída a um agente específico a responsabilidade de manter em aberto os canais de negociação com os servidores.

O princípio de que o texto cria referência é também verificado nessa nota, que não refere diretamente o mundo ontológico, mas engendra a referência a partir da forma como o locutor concebe o mundo ou, melhor dizendo, a partir da forma como ele visa a mostrar o mundo ao alocutário. O locutor, representando o Governo do Estado do Rio Grande do Sul, apresenta-se como responsável, transparente e aberto ao diálogo com os servidores da Brigada Militar e como interessado em recuperar o salário desses policiais, valorizando a instituição Brigada Militar. Mostra-se, também, rigoroso (dentro dos trâmites do Estado Democrático de Direito) com aqueles servidores que, durante os protestos, cometeram crimes e ilegalidades.

Focalizemos agora os procedimentos acessórios por meio dos quais também emergem a subjetividade e a singularidade do discurso. Vejamos como a forma e o sentido se conjugam em toda a extensão desse texto, na relação entre os planos global e analítico.

No título do texto, chamam a atenção o encadeamento de causas e consequências que se verifica entre as proposições, embora não haja articuladores que explicitem essas relações:

- (1) salário recuperado (causa de 2 e 4) → (2) Brigada Militar mais forte (consequência de 1)
 (3) Brigada Militar mais forte (causa de 4) → (4) Estado mais seguro (consequência de 1 e 3).

No decorrer do texto, o locutor evidencia que uma das propostas do Governo do Estado é a recuperação do salário dos servidores da Brigada Militar, de modo que atribui ao Governo do Estado a competência de tornar a Brigada Militar mais forte e, com isso, obter uma segurança pública mais efetiva. No primeiro parágrafo do texto, esse título é claramente recuperado na afirmação de que o Governo do Estado esforça-se para valorizar e recuperar as polícias, pois acredita que o capital humano é essencial para a efetividade da Política de Segurança desejada.

Vários adjuntos adverbiais empregados no texto são procedimentos acessórios que fazem emergir a subjetividade no discurso, evidenciando como a ação do Governo do Estado é concebida pelo locutor. Por meio das expressões “com responsabilidade, transparência e amplo diálogo com o conjunto de servidores e as categorias que os representam” (linhas 6-7), “com propostas sérias” (linha 18), “com serenidade, responsabilidade e juízo cívico” (linha

22), “dentro dos trâmites do Estado Democrático de Direito” (linhas 41-42) e “com os rigores da lei” (linha 42), o locutor passa ao alocutário a imagem de um governo responsável, transparente, aberto ao diálogo, sério, sereno e democrático, com vistas a agir sobre esse alocutário, a fim de que adira a sua posição. O adjunto adverbial “após cinco anos sem reajuste” (linha 28) também contribui para transmitir uma imagem positiva do Governo do Estado, pois, implicitamente, mostra o diferencial do Governo Tarso Genro em relação ao governo anterior, que não aprovou, durante sua gestão, nenhum reajuste no valor da etapa alimentação aos servidores da segurança pública.

Outro procedimento acessório de que se vale o locutor são adjetivos em função de adjunto adnominal, os quais caracterizam positivamente a ação do governo estadual diante da defasagem salarial e aviltamento em que se encontram os servidores da Brigada Militar. Na linha 5, ao empregar o adjetivo “grande” junto ao substantivo “esforço”, o locutor mostra que a concretização do objetivo de “valorizar e recuperar as nossas polícias” (linhas 5-6) não é obtida facilmente pelo Governo. Na linha 10, por meio do adjetivo “inérita”, que caracteriza a proposta de valorização salarial da Brigada Militar, o locutor visa a partilhar com o alocutário a ideia de que nunca houve antes uma proposta de valorização salarial da Brigada Militar como a que está sendo apresentada pelo Governo Tarso Genro. Os adjetivos “sérias” e “certo” (linha 18) qualificam positivamente a ação do Governo, no sentido de que possui seriedade e que age acertadamente. Com o adjetivo “total” (linha 18), junto ao substantivo “consciência”, o locutor insere seu enunciado no domínio da certeza: ele não deixa margem de dúvidas em relação ao fato de que a proposta apresentada inicia um processo de recuperação salarial e de valorização da Brigada Militar. Ao agregar o adjetivo “positivas” (linha 24) ao substantivo “respostas”, o locutor afirma que o Governo do Estado não se recusa a atender a importantes reivindicações dos brigadianos. E, finalmente, “democrática e responsável” (linha 37) são adjetivos eufóricos, que qualificam positivamente a postura do Governo diante do cometimento de graves ilegalidades por parte de determinados setores.

Cabe destacar, ainda, o emprego da palavra “até” (linhas 11 e 12). Observa-se que, com o uso desse operador, o locutor se exime da responsabilidade de afirmar que o reajuste seja de 18,15% para sargentos e de 11,37% para tenentes: esses são os limites máximos a que poderão chegar tais reajustes, diferentemente do reajuste dos soldados, que será exatamente de 23,5%.

Chama a atenção o uso de letras versais na expressão “VENCIMENTO BÁSICO” (linha 14). Utilizando-se desse recurso, o locutor põe em relevo a expressão, com vistas a destacar um aspecto positivo da proposta salarial do governo: a incorporação dos reajustes ao

vencimento básico. Esse aspecto positivo da proposta tem como consequência lógica a incidência dos reajustes sobre todas as vantagens já adquiridas pelos policiais em sua carreira.

Por meio do uso de aspas em “pior salário do país” (linha 20), o locutor traz uma afirmação que circula na sociedade e que, inclusive foi exposta em cartazes em manifestos de policiais por melhores salários. Acrescente-se que, embora o locutor deixe claro que tal afirmação é de terceiros, ele concorda com essas vozes, afirmando que esse rótulo é verdadeiro. Vale-se, pois, de uma estratégia de aproximação ou de comunhão com o alocutário.

Ao apresentar alguns temas caros à Brigada Militar, além da proposta salarial, o locutor propõe “a ampliação do número de vagas de terceiro-sargento” (linha 25). E mostra que tal proposta acarretará uma consequência positiva: a possibilidade de promoção de 2.800 soldados. Essa relação de causalidade revela que a adoção de uma medida positiva para determinada função (terceiros-sargentos) repercutirá positivamente em outra função da Brigada Militar (soldados).

No parágrafo situado entre as linhas 35 e 39, o locutor chama a atenção para posturas contrastantes: de um lado, apresenta “determinados setores, com interesses obscuros, que afrontam a sociedade com o cometimento de graves ilegalidades” (linhas 35-36); de outro, o Governo do Estado, cuja postura é “democrática e responsável” (linha 37). Observa-se que ele visa a uma particularização dos “setores” por meio do adjetivo “determinados”, tendo o cuidado de não estender tal postura a todos os integrantes da Brigada Militar. Além disso, não identifica esses “determinados setores”, isto é, vela sua identidade, pois parte do pressuposto de que o alocutário está ciente de quem se trata: integrantes da Brigada Militar que, num protesto anônimo, atearam fogo a barricadas erguidas com pneus nas ruas da Grande Porto Alegre e do Interior do Estado, chegando a levar material explosivo para as proximidades do Palácio Piratini, em ameaça à pessoa do governador Tarso Genro. Nesse mesmo parágrafo, o locutor se refere à Brigada Militar como um todo de forma positiva ao acrescentar o aposto “instituição de inestimáveis serviços prestados ao povo gaúcho” (linhas 38-39).

No último parágrafo do texto, o locutor especifica os objetivos daqueles que cometem ilegalidades e crimes: “subverter a hierarquia, manchar a reputação da Brigada Militar e pôr em risco os direitos da cidadania” (linhas 40-41). Como já afirmamos, tais objetivos serão obstaculizados pelo Governo, que punirá os infratores com os rigores da lei. Por meio dessa sintagmatização, o locutor expressa seu desejo de não se indispor com os servidores da Brigada Militar em geral, uma vez que afirma tomar providências para que “determinados setores” não maculem a reputação da instituição como um todo.

A análise desse texto mostra que, assim como o locutor aponta para sua presença por meio de índices específicos, ele também se diz por meio de procedimentos acessórios, procurando transmitir ao alocutário uma imagem positiva do Governo do Estado do Rio Grande do Sul. Ao dizer-se, ele diz ao outro e busca influenciá-lo. Isso vem ao encontro de nossa tese de que o texto constitui um índice de subjetividade, que cria referência e que constitui um modo de ação do locutor sobre o alocutário. É da imbricação entre forma e sentido que advém a subjetividade, ou seja, por meio do estudo das escolhas lexicais e de seu arranjo sintático, o analista consegue fazer emergir a representação do sujeito no discurso.

4.3 Análise do texto “Coxas confiantes”

Coxas confiantes

1 Certa vez, interrompi a leitura entusiasmada de um romance no trecho em que a
2 heroína estava prestes a se entregar ao narrador porque não conseguia entender como as
3 coxas dela podiam ser confiantes. Coxas confiantes?! Mas estava ali, o narrador entre as
4 coxas confiantes da moça. Mais tarde, deduzi que o tradutor do inglês confundira “thrusting”
5 com “trusting” e que as coxas eram para ser ativas, metidas – “ávidas” em linguagem figurada
6 – em vez de cheias de boa-fé, mas aí já passara o entusiasmo.

7 Nos romances antigos, além de coxas animadas, as pessoas tinham estremecimentos.
8 Hoje, com o ritmo trepidante da vida moderna, ou as pessoas só estremece quando passa
9 um caminhão ou não se nota mais um estremeço no sentido literário. Ou talvez
10 “estremeço” seja como “muxoxo”, uma daquelas coisas que só acontecem em livros. Eu
11 até hoje nunca vi um muxoxo na chamada vida real. Mas, como não sei exatamente como é
12 um muxoxo, talvez tenha visto e não tenha reconhecido.

13 Também nunca vi uma sombra passar pelo semblante de alguém como acontecia,
14 repetidamente, nos livros. É linguagem figurada, eu sei, como as coxas ávidas, ou “olhar
15 perdido”, mas a tal sombra aparecia tanto na literatura, que me convenci de que, como o
16 estremeço, devia ser algo que existiu e simplesmente caiu de moda.

17 Passei boa parte da minha adolescência com a expectativa de encontrar um colo
18 arfante fora dos livros, mas não tive sorte. Encontrei seios latejantes, mas era o coração delas
19 que latejava, se bem que menos do que o meu. Os livros eróticos eram cheios de inchaços e
20 deflagrações nos lugares mais estranhos do corpo. Mas o relato sexual sempre foi um desafio
21 para a literatura.

22 Nos livros antigos, as pessoas também empalideciam muito, a qualquer pretexto. Hoje
23 ainda ficam pálidas, por anemia ou medo, mas nunca por constrangimento como antigamente.

24 E as pessoas ruborizavam! Ninguém mais ruboriza. No Brasil, há uns bons 50 anos
25 não se tem mais notícia de que alguém tenha ruborizado.

Fonte: VERÍSSIMO, Luís Fernando. Coxas confiantes. *Zero Hora*, Porto Alegre, ano 48, n. 16.690, p. 2, 16 jun. 2011.

Este ato enunciativo implica um locutor que, com um tom jocoso, convida o alocutário a analisar com ele alguns exemplos de termos empregados na literatura clássica, principalmente nos relatos sexuais. Ao contrapor tais termos a sua aplicação à vida real, o locutor parece criticar o hiato existente entre a linguagem literária e a sua funcionalidade no

mundo real. O texto estrutura-se, em sua globalidade, sobre um mecanismo metalinguístico ou metalexical, uma vez que o dizer de ego faz menção ao dizer da literatura.

O alocutário dessa crítica é aquele que depara com o texto e que, diante do título “Coxas confiantes”, deseja saber de que trata a crônica.

Ao nos referirmos à situação em que o ato enunciativo se realiza, vale lembrar as palavras de Benveniste (1989b, p. 74): “É pela língua que se manifesta a experiência humana do tempo.” O presente da instância de fala, além de ser manifestado no texto pelo emprego do indicador de subjetividade “hoje” (linhas 8 e 22), é expresso pelo uso da forma gramatical do presente, que se verifica nas seguintes ocorrências: “estremecem” (linha 8), “nota” (linha 9), “seja” (linha 10), “acontecem” (linha 10), “sei” (linhas 11 e 14), “ficam” (linha 23), “ruboriza” (linha 24) e “tem” (linha 25). Esses índices específicos apontam para a contemporaneidade dos acontecimentos relatados com a instância de discurso que os menciona.

Vale dizer que essa concomitância consiste em um ponto de intersecção entre o instante da fala e o tempo em que se situam os fatos relatados, cujo marco temporal é mais amplo do que o tempo fugaz em que se realiza o ato enunciativo. Tanto o advérbio “hoje” como as formas verbais do presente do indicativo, embora manifestem concomitância com o momento da enunciação, expressam, nesse texto, um presente mais durativo, que se inicia já antes da instância de discurso e se estende após essa instância. A palavra “hoje”, nesse caso, poderia ser substituída por “atualmente”.

Em relação ao tempo axial do presente da enunciação, o locutor instaura no texto um marco temporal passado, que é evocado por sua memória. Há um emprego abundante de verbos pertencentes aos três subsistemas do pretérito – perfeito, imperfeito e mais-que-perfeito – os quais constituem marcas linguísticas que manifestam essa retrospectção:

- a) pretérito perfeito – “interrompi” (linha 1), “deduzi” (linha 4), “vi” (linhas 11 e 13), “tenha visto” (linha 12), “tenha reconhecido” (linha 12), “convenci” (linha 15), “existiu” (linha 16), “caiu” (linha 16), “passei” (linha 17), “tive” (linha 18), “encontrei” (linha 18), “foi” (linha 20) e “tenha ruborizado” (linha 25). Com o uso desse tempo verbal, o locutor não só evoca fatos passados, que precedem o momento da enunciação da crônica, mas também indica que são fatos pontuais, de menor duração situados no marco temporal passado;
- b) pretérito imperfeito – “estava” (linha 2), “conseguia” (linha 2), “podiam” (linha 3), “estava” (linha 3), “eram” (linha 5), “tinham” (linha 7), “acontecia” (linha 13), “aparecia” (linha 15), “devia” (linha 16), “era” (linha 18), “latejava” (linha 19),

“eram” (linha 19), “empalideciam” (linha 22) e “ruborizavam” (linha 24). O pretérito imperfeito também é uma forma gramatical por meio da qual o locutor manifesta anterioridade à instância de discurso em que se realiza seu ato enunciativo, mas, diferentemente do pretérito perfeito, aponta para fatos ou estados de coisas que têm maior duração ou que são recorrentes no marco temporal anterior à enunciação instaurado no texto;

- c) pretérito mais-que-perfeito – “confundira” (linha 4) e “passara” (linha 6). Ao valer-se do pretérito mais-que-perfeito, o locutor produz um efeito de sentido que difere dos outros dois pretéritos: indica que, além de a ação ou estado de coisas situar-se antes do momento da enunciação de seu texto, essa ação ou estado também é anterior a outro(s) fato(s) já instalado(s) no marco temporal passado. Assim, a confusão (“confundira”) do tradutor do inglês entre “*thrusting*” e “*trusting*” se situa antes de o locutor deduzir isso; da mesma forma, a perda do entusiasmo do locutor pela leitura do livro (“passara”) é não só anterior ao momento da enunciação da crônica como também anterior ao momento em que deduziu que a expressão “coxas confiantes” se tratava de um equívoco do tradutor do inglês.

Cabe destacar que as experiências do próprio locutor com a linguagem literária são narradas com verbos no pretérito perfeito: é por meio desse tempo verbal que ele evoca fatos por sua memória. E, na organização global do texto, ele estabelece um contraste entre as ações ou comportamentos descritos em romances antigos com as ações e comportamentos das pessoas na realidade, principalmente a simultânea à enunciação. Esse contraste é marcado temporalmente: ao descrever comportamentos e ações de personagens da literatura, ele se vale do pretérito imperfeito e, quando descreve ações e comportamentos de pessoas reais, ele usa o presente. E o efeito de humor justamente resulta desse contraste.

Ao falarmos do espaço, é importante distinguir o espaço linguístico, instaurado pelo ato enunciativo – que é o do eu –, do espaço tópico, relatado no texto. Como *hic* (aqui) e *nunc* (agora) estão sempre intimamente associados, podemos afirmar que o espaço em que se desenrola a cena enunciativa é concomitante ao tempo em que esta ocorre. Não há, no texto, indicadores de subjetividade que manifestam o espaço linguístico⁵⁵, ao contrário do espaço tópico, que pode ser depreendido pelo fato de o locutor mencionar expressões usadas na literatura brasileira ou em uma obra traduzida do inglês para o português. Além disso,

⁵⁵ Segundo Fiorin (2002, p. 258), “parece que a linguagem valoriza mais a localização temporal que a espacial, pois podemos falar sem dar nenhuma indicação espacial, quer em relação ao enunciador, quer em relação a um ponto de referência inscrito no enunciado”.

apresenta, na linha 24, o adjunto adverbial “no Brasil”, que explicita o lugar onde, há cinquenta anos, não se tem mais notícia de que alguém tenha ruborizado.

A referência é criada pelo locutor quando este toma a palavra. É a partir de sua ótica que o mundo é apresentado ao alocutário, com o qual deseja partilhar esse mundo. O locutor, ao implantar o interlocutor diante de si, produz um discurso metalinguístico, jogando com o sentido das palavras. Ele critica, de forma jocosa, expressões usadas na literatura e que não se aplicam na vida real. Por meio de um tom de brincadeira, ele também critica equívocos cometidos por tradutores de obras literárias, os quais acabam produzindo expressões incoerentes ou ininteligíveis. As seguintes palavras e expressões usadas na literatura são contempladas de forma jocosa pelo locutor: “coxas confiantes” (linha 3), “estremecimentos” (linha 7), “muxoxo” (linha 10), “uma sombra passar pelo semblante de alguém” (linha 13), “olhar perdido” (linhas 14-15), “colo arfante” (linhas 17-18), “empalideciam” (linha 22) e “ruborizavam” (linha 24). A metalinguagem desempenha um papel essencial na semantização do texto.

Da imbricação entre forma e sentido resulta o texto, pois, ao enunciar, o locutor sintagmatiza para produzir determinados efeitos de sentido. A semantização textual é promovida pela convivência e conivência das palavras em relação umas com as outras e não podemos dissociar, na língua em funcionamento, a forma do sentido. Como estamos no domínio da metassemântica, nosso foco será, como na análise dos outros dois textos, a relação entre os planos analítico e global, pois as sintagmatizações-semantizações nos planos analíticos têm a ver com a sintagmatização-semantização no plano global. Como já mencionamos, o locutor apresenta, no plano textual, um contraste entre expressões usadas em romances antigos e as situações de uso (ou o desuso) dessas expressões na atualidade. Esse contraste é marcado temporalmente, mas o locutor também se vale reiteradamente, como procedimento acessório, do emprego da conjunção “mas”, que encadeia elementos contrastantes. Vejamos as relações de oposição a que recorre o locutor:

- a) “Coxas confiantes?!” x “Mas estava ali, o narrador entre as coxas confiantes da moça” (linhas 3-4). Observa-se que, na primeira proposição, o locutor faz uso de pontos de interrogação e de exclamação, o que revela seu estranhamento diante de tal expressão e o questionamento em relação à escolha lexical promovida pelo narrador. Esses sinais de pontuação também inscrevem o alocutário no texto, no sentido de que este partilha tal estranhamento e questionamento com o locutor. A segunda proposição ratifica a afirmação do locutor em cotexto precedente, quando

traz o relato de que sua leitura de um romance foi interrompida porque não compreendia a expressão “coxas confiantes”.

- b) “Mais tarde, deduzi que o tradutor do inglês confundira ‘thrusting’ com ‘trusting’ e que as coxas eram para ser ativas, metidas – ‘ávidas’ em linguagem figurada – em vez de cheias de boa-fé” x “mas aí já passara o entusiasmo.” (linhas 4-6). Nessa sequência textual, o locutor esclarece ao alocutário que o tradutor do romance se equivocara, pois confundira “thrusting” (ávidas) com “trusting” (confiantes). Esse problema de tradução, embora tenha sido esclarecido pelo locutor posteriormente, custou-lhe, no entanto, a perda do entusiasmo da leitura.
- c) “Eu até hoje nunca vi um muxoxo na chamada vida real” x “Mas, como não sei exatamente como é um muxoxo, talvez tenha visto e não tenha reconhecido” (linhas 10-12). Aqui o locutor “brinca” com a palavra “muxoxo”, recorrentemente usada na literatura. Inicialmente, afirma não ter visto um muxoxo na vida real e, em seguida, faz uma ressalva: por não saber exatamente como é um muxoxo, ele acena para a possibilidade de ter visto um muxoxo sem tê-lo reconhecido.
- d) “Também nunca vi uma sombra passar pelo semblante de alguém como acontecia repetidamente nos livros. É linguagem figurada, eu sei, como as coxas ávidas, ou ‘olhar perdido’” x “mas a tal sombra aparecia tanto na literatura, que me convenci de que, como o estremeamento, devia ser algo que existiu e simplesmente caiu de moda” (linhas 13-16). Nessa sintagmatização, cabe destacar, primeiramente, a sequência textual “É linguagem figurada, eu sei”. Ao fazer tal afirmação, o locutor “dialoga” com o alocutário, pois pressupõe que este diria “Ora, isto é linguagem figurada”, de modo que se antecipa a afirmar que sabe se tratar de linguagem figurada. E, apesar de se mostrar ciente de que se trata de linguagem figurada, o locutor traz um segundo argumento, novamente de forma jocosa, que se sobrepõe ao primeiro: o fato de tal sombra aparecer tanto na literatura antiga leva o locutor a concluir que seja algo que existiu e caiu de moda.
- e) “Passei boa parte da minha adolescência com a expectativa de encontrar um colo arfante fora dos livros” x “mas não tive sorte” (linhas 17-18). Aqui o locutor apresenta, jocosamente, a expressão “colo arfante” que lia nos livros durante sua adolescência e que procurava encontrar na vida real. Assim como as expressões já citadas, o locutor não encontrou um “colo arfante” fora dos livros: a segunda proposição revela, pois, uma frustração de expectativa.

- f) “Encontrei seios latejantes” x “mas era o coração delas que latejava, se bem que menos do que o meu” (linhas 18-19). Nessa sintagmatização, o locutor diz o que encontrou em lugar de “colo arfante”: seios latejantes. O segundo argumento expressa o que, na verdade, latejava: o coração delas, não seus seios.
- g) “Os livros eróticos eram cheios de inchaços e deflagrações nos lugares mais estranhos do corpo” x “Mas o relato sexual sempre foi um desafio para a literatura” (linhas 19-21). Aqui, o segundo argumento é apresentado como uma ressalva em relação ao primeiro: o fato de o relato sexual ter sido sempre um desafio para a literatura, de certa forma, justifica o fato de suas descrições causarem estranhamento.
- h) “Hoje, ainda ficam pálidas, por anemia ou medo” x “mas nunca por constrangimento como antigamente” (linhas 22-23). Nesse arranjo sintático, o locutor adere à primeira proposição e nega a segunda: no tempo concomitante à enunciação, a palidez das pessoas tem como causa a anemia ou o medo e não o constrangimento, como antigamente.

Além dos contrastes marcados linguisticamente pelo conectivo “mas”, o locutor também justapõe ideias contrastantes, sem se valer de nenhum conectivo que encadeie as proposições, como nas ocorrências a seguir:

- a) “Nos romances antigos, além de coxas animadas, as pessoas tinham estremecimentos.” Hoje, com o ritmo trepidante da vida moderna, ou as pessoas só estremecem quando passa um caminhão ou não se nota mais um estremecimento. Ou talvez ‘estremecimento’ seja como ‘muxoxo’, uma daquelas coisas que só acontecem nos livros.” (linhas 7-10). Nessa comparação por contraste, os adjuntos adverbiais “nos romances antigos” e “hoje” apontam para diferentes períodos de tempo: o momento da enunciação de textos antigos, anterior ao momento da enunciação da crônica, e o momento de enunciação da crônica. O locutor brinca com o fato de que, nos romances antigos, havia relatos de estremecimentos de personagens, diferentemente do tempo presente, em que, segundo ele, há três alternativas: só se estremece quando passa um caminhão, não se percebe um estremecimento ou é algo que só acontece nos livros. Observa-se que tais alternativas não são excludentes entre si.
- b) “Nos livros antigos, as pessoas também empalideciam muito, a qualquer pretexto. Hoje ainda ficam pálidas, por anemia ou medo, mas nunca por constrangimento como antigamente.” (linhas 22-23). Nessa sintagmatização, novamente o contraste

é estabelecido entre dois tempos distintos: “nos livros antigos”, cujas enunciações se situam em momento anterior ao momento da enunciação da crônica, e “hoje”, índice específico que indica concomitância com o momento da enunciação da crônica, embora expresse um período de tempo mais amplo do que o efêmera instância em que se situa o ato enunciativo. O efeito de humor é produzido a partir das causas que o locutor apresenta para a palidez nesses diferentes marcos temporais: antigamente, as pessoas empalideciam por constrangimento, a qualquer pretexto; hoje, as pessoas empalidecem por anemia ou por medo. Cabe destacar que, com o uso do operador argumentativo “ainda” (linha 23), o locutor indica continuidade de estado no presente em relação ao passado – as pessoas ficam pálidas –, mas deixa claro que a palidez é decorrente de outras razões.

- c) “E as pessoas ruborizavam! Ninguém mais ruboriza.” (linha 24). Nessa sequência textual, alguns procedimentos acessórios merecem ser destacados. Primeiramente, chama a atenção o conectivo “e”, no início da primeira proposição. Ao posicionar o conectivo no início do parágrafo, o locutor atribui relevo a essa informação, como se quisesse anunciar ao alocutário: “não pense que as pessoas só empalideciam a qualquer pretexto, elas também ruborizavam”. O ponto de exclamação também é um recurso que permite flagrar o sujeito que advém da enunciação. Por meio dele, o locutor representa um sujeito que extravasa sua perplexidade ou admiração em relação ao fato de que as pessoas ruborizavam. O contraste temporal, nesse caso, é marcado pelas formas verbais “ruborizavam” (pretérito imperfeito) e “ruboriza” (presente). O verbo no pretérito imperfeito situa o fato no marco temporal passado e indica que tal fato se repete nesse marco temporal, ao passo que o verbo no presente explicita a contemporaneidade de “Ninguém mais ruboriza” com o momento da enunciação da crônica.

Pode-se afirmar que os contrastes estabelecidos pelo locutor nessas três ocorrências são marcados por uma sintagmatização que rompe com a forma canônica de sinalizar oposição de ideias, pois, em lugar de conectivos de adversidade, são marcadores de tempo (advérbios e formais verbais) os responsáveis pela expressão dos contrastes:

- a) “Nos romances antigos” (linha 7) x “Hoje” (linha 8);
- b) “Nos livros antigos” (linha 22) x “Hoje” (linha 22);
- c) “ruborizavam” (pretérito imperfeito) (linha 24) x “ruboriza” (presente) (linha 24).

O advérbio “mais” também desempenha um papel relevante na sintagmatização-semantização textual. Ele é empregado pelo locutor em quatro momentos durante a

enunciação do texto. Em três ocorrências, indica mudança de estado, ou seja, há uma ruptura ou contraste entre o momento anterior à instância enunciativa e o momento em que se realiza a enunciação. Em uma ocorrência, ele funciona como intensificador. Na linha 9, ao afirmar que “não se nota mais um estremeamento no sentido literário”, o locutor expressa que, em momento anterior ao presente da enunciação, havia “estremeamentos no sentido literário”, uma vez que os livros antigos os relatavam. Na linha 24, quando afirma que “ninguém mais ruboriza”, o locutor pressupõe que, em um tempo anterior ao ato enunciativo, as pessoas ruborizavam, o que, inclusive, é expresso na proposição precedente. Na linha 25, por meio do advérbio “mais”, o locutor pressupõe que, no tempo que precede os 50 anos anteriores à enunciação da crônica, tinha-se notícia de que alguém ruborizara. Na linha 20, o advérbio “mais” assume outra funcionalidade: “Os livros eróticos eram cheios de inchaços nos lugares mais estranhos do corpo” (linhas 19-20). Nessa sintagmatização, o advérbio acompanha o adjetivo “estranhos”, intensificando-o. Com isso, o locutor mostra quão desafiadores são para a literatura os relatos eróticos, já que descrevem irrupções e inchaços em lugares tão inusitados do corpo que parecem relatos inverossímeis. Observa-se, pois, que a sintagmatização promovida pelo locutor produz a semantização, pois, ao relacionar o advérbio “mais” a verbos inseridos em frases negativas (“não” – linha 9; “ninguém” – linha 24 e “não” – linha 25), o locutor manifesta a ideia de mudança de estado e, quando relaciona o advérbio “mais” a um adjetivo, ele promove o efeito de intensificação.

O advérbio “só” (linhas 8 e 10) também merece ser focalizado por constituir um procedimento acessório em âmbito analítico, mas que tem repercussões no plano global do texto. Em “ou as pessoas só estremeem quando passa um caminhão” (linhas 8-9), o locutor restringe o estremeamento das pessoas a uma das causas apontadas por ele: a trepidação acarretada pela passagem de um caminhão. Parece-nos que, nesse caso, o locutor também critica a pobreza ou superficialidade da linguagem efetivamente usada pelos falantes, circunscrita a seu sentido literal ou denotativo. Na linha 10, por meio do advérbio “só”, o locutor delimita o uso da palavra “muxoxo” à literatura, com vistas a “brincar” criticamente com o fato de esse termo não se aplicar à vida real, por ser desconhecido dos falantes. Vale aqui lembrar as palavras de Benveniste (1989g, p. 66, grifos do autor): “O semiótico (o signo) deve ser RECONHECIDO; o semântico (o discurso) deve ser COMPREENDIDO.” Assim, se o falante não reconhece o significado do signo “muxoxo”, ele não compreende seu sentido na língua em funcionamento.

Ao afirmar que “as pessoas só estremeem quando passa um caminhão” (linhas 8-9) e que “hoje, [as pessoas] ainda ficam pálidas, por anemia ou medo” (linhas 22-23), entendemos

que o *intenté* (intentado) do locutor, é o de, por meio de um tom jocoso promovido por essa sintagmatização, criticar a linguagem sóbria, desprovida de conotação, que prepondera hoje.

Chama também a atenção o fato de que o aposto “uma daquelas coisas que só acontecem em livros” (linha 10) não é um termo acessório nesse discurso. Se o locutor somente tivesse dito “Ou talvez ‘estremecimento’ seja como ‘muxoxo’” (linhas 9-10), provavelmente não ficasse claro para o alocutário que aspecto em comum têm essas duas palavras, sob a ótica do locutor. O aposto justamente explicita a semelhança existente entre as palavras “estremecimento” e “muxoxo”.

O uso de aspas também deve ser observado no texto, uma vez que, por meio delas, o locutor semantiza. Os termos “thrusting” (linha 4) e “trusting” (linha 5) não estão entre aspas simplesmente por serem anglicismos, mas porque o locutor deseja focalizar a forma das duas palavras, muito semelhante, o que acarretou o equívoco do tradutor. As palavras “estremecimento” e “muxoxo” (linha 10) estão sinalizadas com aspas, pois o locutor não deseja referir-se a estremecimento e muxoxo como ações, mas como formas linguísticas usadas na linguagem literária. As aspas, portanto, sinalizam o discurso metalinguístico promovido pelo locutor, uma vez que expressam que ele faz menção às palavras destacadas, não uso.⁵⁶

Ao empregar o advérbio “talvez” (linhas 9 e 12) e o verbo auxiliante “devia” (linha 16), o locutor modaliza seu dizer, relativizando o valor de verdade de suas afirmações. Ele parece querer ser pouco incisivo ou categórico ao apresentar possíveis razões de não se ouvirem mais, no tempo contemporâneo à enunciação da crônica, relatos de estremecimentos, de muxoxos e de sombras que passam pelo semblante de alguém. Na linha 9, o locutor aponta como possível causa de não se ter mais relatos de estremecimentos, o fato de que essa palavra é como “muxoxo”, que só ocorre em livros. Na linha 12, ele apresenta uma possível consequência – “talvez tenha visto [um muxoxo] e não tenha reconhecido” em relação à causa “como não sei exatamente como é um muxoxo” (linhas 11-12). Com o uso do verbo “devia” (linha 16), o locutor aponta uma provável consequência – “me convenci de que, como o estremecimento, devia ser algo que existiu e simplesmente caiu de moda” (linhas 15-16) – em relação à causa “a tal sombra aparecia tanto na literatura” (linha 15).

⁵⁶ Authier-Revuz (2004, p. 218, grifos da autora) denomina esse uso de *autonímia*. E afirma: “O elemento autonímico constitui, no enunciado em que figura, um corpo estranho, um objeto ‘mostrado’ ao receptor; nesse sentido, pode-se considerar essas palavras aspeadas como *‘mantidas a distância’*, em um primeiro sentido, como se mantém afastado um objeto que se olha e que se mostra.”

O emprego do adjetivo “bons” (linha 24) comprova a afirmação de Benveniste (1989a, p. 234) de que, na sintagmatização, “cada palavra não retém senão uma pequena parte do valor que tem enquanto signo”. A palavra “bons”, na organização sintática promovida pelo locutor, não expressa uma qualidade positiva, mas indica que o período de tempo decorrido desde o momento em que não se tem mais notícia de que alguém tenha ruborizado é de, no mínimo, 50 anos. Ou seja, o locutor afirma que o tempo durante o qual não se fala mais de que alguém tenha ruborizado pode ser superior a 50 anos. O artigo indefinido “uns” (linha 24) expressa aproximação numérica, pois, por meio dele, o locutor exprime a ideia de que não faz exatamente 50 anos que não se tem notícia de alguém que tenha ruborizado.

Como alocutários que somos do ato enunciativo produzido pelo locutor, entendemos que, nos dois últimos parágrafos do texto, parece haver uma crítica à “falta de vergonha na cara” de muitos brasileiros, entre os quais destacamos a maioria dos políticos. Ao mesmo tempo que o locutor faz menção às palavras “empalidecer” e “ruborizar”, que não são usadas em sentido conotativo na linguagem ordinária contemporânea, ele também argumenta que as pessoas já não ficam pálidas ou vermelhas por constrangimento. Portanto, o locutor sintagmatiza de forma a produzir um efeito de ambiguidade: ao mesmo tempo que promove um discurso metalinguístico, referindo-se aos signos “empalidecer” e “ruborizar”, ele também remete ao comportamento das pessoas na atualidade.

Após a análise dessa crônica, podemos afirmar que o tom jocoso que o locutor imprime a seu discurso é percebido pela relação existente entre as sintagmatizações nos planos analítico e global. O locutor “brinca” com algumas palavras e expressões usadas na literatura clássica e, valendo-se dessa espirituosidade, ele busca influenciar o alocutário a analisar junto com ele tais formas cujo sentido, muitas vezes, não é apreendido pelo leitor por serem expressões que não se aplicam na vida fora dos livros. Ao jogar com o sentido de algumas palavras e expressões, ele produz um discurso metalinguístico, no qual faz um duplo movimento de crítica: de um lado, contempla o trabalho linguístico sofisticado da literatura clássica, cuja linguagem, no entanto, não é, muitas vezes, compreendida pelos falantes; de outro, critica a frugalidade da linguagem ordinária contemporânea, em que a conotação tem pouco ou nenhum espaço. Além disso, no plano analítico, faz uma crítica a problemas de tradução de obras literárias os quais podem comprometer a coerência ou verossimilhança de determinadas descrições ou narrações. Ao debruçar-se sobre a metalinguagem da literatura, o locutor, usando o recurso da ambiguidade, também estende sua análise crítica ao comportamento das pessoas na atualidade.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

No caminho que trilhamos durante o desenvolvimento desta tese, deparamos com muitas paragens que merecem ser revisitadas. É preciso sublinhar, inicialmente, que a rota por nós desbravada é uma das possíveis direções pelas quais o analista pode optar para desvendar esse universo singular que é o texto. Muitos estudiosos já se debruçaram sobre o texto e deixaram como legado análises consistentes, focalizando a forma e o sentido. Os resultados de nossa pesquisa explicitados no primeiro capítulo da tese apontam, porém, para uma carência de estudos de texto sob a perspectiva enunciativa de vertente benvenistiana. Essa lacuna o presente trabalho visa, modesta e parcialmente, a preencher.

Cabe destacar que nosso objeto de estudo é a enunciação, mas, como esta é da ordem do inefável, por ser evanescente, é no enunciado ou na frase – entendidos aqui como texto – que buscamos apreender os rastros deixados pelo locutor quando este fez uso da palavra.

À questão que formulamos no início de nossa caminhada – qual o papel e a abrangência da sintagmatização na promoção de sentido, na singularidade de cada instância enunciativa? – buscamos responder, principalmente nas análises dos textos. Mostramos que, ao lado dos índices específicos, os quais apontam para ou identificam os elementos do quadro enunciativo (eu-tu-aqui-agora), os procedimentos acessórios – a sintagmatização – constituem rastros deixados pelo locutor em seu texto. Mesmo quando o locutor não se marca como pessoa no discurso, a sintagmatização promovida por ele permite que se flagre a representação do sujeito que advém da enunciação.

Observa-se, em muitos trabalhos que se ancoram na Teoria da Enunciação de Benveniste, uma vulgarização de sua teoria linguística, reduzida a simples análises dos índices específicos que remetem às pessoas do discurso, ao tempo e ao espaço. Tais análises parecem indicar que é somente isso que retiveram da teoria benvenistiana. Dessa forma, acabam desconsiderando, como afirma Dessons (2006), outras perspectivas que se abrem em direção a uma teoria geral da linguagem que vincula estreitamente homem e linguagem.

As análises de textos que realizamos possibilitam-nos afirmar que, ao lidarmos com essa “cabeça de Medusa” que é o sentido, não devemos perder de vista a forma, assim como a forma, por si só, não nos diz nada se não a conjugarmos ao sentido. Portanto, o aparelho formal da enunciação, com seus índices específicos e procedimentos acessórios, configurado a partir da apropriação do aparelho formal da língua pelo locutor, nos serve de alicerce. Esse suporte é fundamental para que, como linguistas, não nos fiemos em nossa intuição e em

nossa cultura, mas, conforme sugere Normand (2009, p. 102), que nos apoiemos “na precisão de uma análise das formas, do jogo de seus limites e possibilidades”. Para dar conta dos fenômenos da enunciação, o sistema da língua funciona como ancoragem.

Os cinco princípios que propusemos, parece-nos, podem servir como norteadores de uma análise translinguística de textos. Como ponto de partida, concebemos *o texto como índice global de subjetividade*, visto que toda a língua está submetida à enunciação. Isso quer dizer que não somente os índices específicos ou indicadores de subjetividade revelam a presença do sujeito no discurso. A subjetividade é inerente a todo ato enunciativo e, ainda que o locutor procure velar sua presença no discurso, valendo-se de marcas da não pessoa, isto é, mesmo que fale do outro e do mundo, ele apresenta esse outro e esse mundo através de suas “lentes”, sob sua perspectiva. Portanto, há sempre um sujeito representado no texto, muitas vezes, por meio das sintagmatizações promovidas pelo locutor. Embora possa parecer, o conteúdo proposicional não pode falar por si, pois o sujeito não pode ser anulado.

A análise do texto “O quadro-negro do futuro” permite-nos afirmar que, na notícia, por ser um gênero que deve parecer imparcial, são apagados os índices específicos que apontam para os protagonistas da enunciação (eu-tu). No entanto, a inter-relação entre os procedimentos acessórios, nos planos analítico e global, revela a interferência desse intruso, o locutor, que, na sua comunhão com o alocutário, deixa rastros de sua presença no texto. Analisando, pois, a sintagmatização em diferentes planos do texto, o analista consegue “capturar” o sujeito que advém da enunciação. Nos dois outros textos analisados, verifica-se o uso de indicadores de subjetividade que apontam para a presença do locutor em seu discurso, mas é por meio de procedimentos acessórios que este produz efeitos de sentido singulares.

Nosso segundo princípio – *o texto cria referência* –, assim como o primeiro princípio, situa-se no plano global do texto, pois remete ao tempo e espaço em que se realiza o ato enunciativo, isto é, ao conjunto singular de circunstâncias do qual decorre o texto. Ao afirmarmos que o texto cria referência, argumentamos que a referência não é um *a priori*, mas atribuída pelo locutor em comunhão com o alocutário. No texto escrito, embora o tempo e o espaço físicos da enunciação e da coenunciação não coincidam, o tempo e espaço linguísticos são partilhados pelos interlocutores. Determinado “mundo” passa a existir a partir de cada ato enunciativo, e esse mundo não é o mundo ontológico, mas o “mundo” do locutor em sua relação com aquele a quem se dirige.

No texto “O quadro-negro do futuro”, o locutor apresenta “ele” (o mundo) – a substituição do quadro-negro pela lousa interativa – sob a sua ótica. O texto não remete a esse fato diretamente, justamente devido à interferência do locutor. Este não somente descreve a

mudança citada, mas posiciona-se favoravelmente em relação a ela, o que é evidenciado pelo arranjo sintagmático promovido no texto. Portanto, o mundo de que fala o locutor é “seu mundo”. No texto “Salário recuperado. Brigada Militar mais forte. Estado mais seguro”, também se verifica que a referência não remete aos fatos do mundo extralinguístico, mas o texto cria uma versão dos fatos. O locutor, representando o Governo do Estado do Rio Grande do Sul, mostra-se como uma instituição com características positivas: responsabilidade, transparência e abertura ao diálogo com os servidores da Brigada Militar. Transmite a imagem de alguém disposto a recuperar o salário desses policiais, como uma forma de valorização da instituição que integram. Além disso, mostra-se rigoroso com aqueles servidores que, durante a greve dos policiais, infringiram a lei. No texto “Coxas confiantes”, o locutor produz um discurso metalinguístico, jogando com o sentido das palavras. Imprimindo ao texto um tom jocoso, ele não só critica expressões usadas na literatura e que não se observam na vida real como também traduções mal feitas, as quais comprometem a coerência e a inteligibilidade de obras literárias. A metalinguagem é, pois, fundamental na semantização deste texto, pois, por meio da própria linguagem, o locutor fala da linguagem usada na literatura.

O princípio de que *o texto é produzido na imbricação entre forma e sentido* também norteou nossa análise dos três textos. É preciso sublinhar que uma análise translinguística de textos, que se erige sobre a semântica da enunciação, não prescinde da forma. Em outras palavras, situamo-nos no domínio do semântico ao procedermos a uma análise enunciativa de textos, mas não podemos perder de vista que o semiótico revela-se no semântico. Os signos, que, no domínio semiótico, têm valor genérico, conceptual, atualizam-se em palavras na língua em funcionamento, as quais, em relação com outras, produzem sentidos muitas vezes distantes do significado virtual dos signos. Contudo, se o significado dos signos não for reconhecido, a comunicação será obstaculizada, pois o semântico (o discurso) não será compreendido. Assim, na elaboração de uma metassemântica, o analista deve perscrutar a complexidade das formas, dirigindo seu olhar para a sintagmatização-semantização promovida nos diversos planos do texto, amparado no semiótico.

Ao propormos o princípio de que *o texto constitui um modo de ação do locutor sobre o alocutário*, defendemos a ideia de que, para Benveniste, o locutor age sobre – no sentido de influencia – o alocutário por meio da enunciação. Parece-nos que não podemos desconsiderar essa dimensão pragmática e antropológica da língua em emprego e em ação. A profunda afirmação de Benveniste (1989a, p. 222) de que “a linguagem serve para viver” leva-nos a refletir sobre a linguagem não como instrumento de comunicação, mas como modo de

interação (prefixo “inter” = entre si + substantivo “ação”). É pela linguagem – materializada em textos – que os homens se constituem como sujeitos. É por meio de textos que nos dizemos, que dizemos o mundo e o outro e, assim, visamos a influenciar nosso alocutário a aderir a nossa ideia, a comungar conosco nossas alegrias, nossos temores, nossas (in)certezas, nossas concepções, nosso modo de olhar para dentro de nós mesmos e para aquilo que nos cerca. Nos três textos analisados, observamos que o locutor visa não só a comunicar algo ao alocutário, mas a influenciá-lo. Na notícia (primeiro texto), os procedimentos acessórios utilizados pelo locutor autorizam-nos a afirmar que ele busca influenciar o alocutário a aderir à ideia de que é positiva a substituição do quadro-negro pela lousa digital. Na nota do Governo do Estado do Rio Grande do Sul, também se evidencia, na sintagmatização, que o locutor deseja agir sobre o alocutário, levando-o a partilhar com ele a imagem de um governo sério, ético, comprometido com a recuperação salarial dos servidores da Brigada Militar. Na crônica de Luís Fernando Veríssimo, novamente a sintagmatização promovida pelo locutor mostra que este, valendo-se de um tom de brincadeira, engaja o alocutário em seu projeto, com vistas a levá-lo a perceber a dicotomia existente entre a linguagem literária e a vida real.

O princípio de que *uma análise translinguística do texto focaliza a relação entre os planos global e analítico*, conforme já afirmamos, encadeia e engloba os demais. À luz desse princípio, tivemos o cuidado de não nos restringir somente à relação entre forma e sentido nos planos analíticos, conforme se verifica em estudos que realizam análises intralinguísticas. Na análise dos textos, ao mesmo tempo que nosso olhar se fixa em determinada palavra ou estrutura, procuramos não perder de vista sua relação com a sintagmatização promovida no plano global e com a semantização decorrente do arranjo sintagmático em diversos níveis.

Focalizando a relação entre os planos global e analítico dos três textos analisados, podemos observar que cada texto apresenta um mecanismo estruturante, que poderia ser denominado *mecanismo enunciativo global*. Esse mecanismo estruturante é apreendido ao imergirmos na forma como são tecidas as partes que constituem o texto (microesferas), como estas se encadeiam entre si e como se relacionam ao plano global. O texto “O quadro-negro do futuro” apresenta como mecanismo enunciativo global a não pessoa. Não há, no texto, índices específicos que identificam o locutor, mas ele se inscreve em seu discurso por meio de procedimentos acessórios. Ele expõe ao alocutário um fato – a substituição do quadro-negro pela lousa interativa – sem marcar no texto sua presença com formas de primeira pessoa nem revelar a presença do *tu* por meio de indicadores de subjetividade. O texto centra-se, pois, em seu referente – o fato anunciado –, mas vários expedientes lexicais e sintáticos funcionam como vestígios deixados pelo locutor em seu discurso.

O texto “Salário recuperado. Brigada Militar mais forte. Estado mais seguro” é estruturado pelo mecanismo enunciativo da pessoa. Em todo o texto, o locutor, representando o Governo do Estado do Rio Grande do Sul, marca sua presença por meio de índices específicos. Constatamos, em todos os enunciados em que o sujeito gramatical representa o Governo do Estado (*nós*), que os verbos exprimem ação em prol da valorização e recuperação da Brigada Militar, desejo de que isso se concretize ou ainda convicção de que as ações empreendidas pelo governo são as mais adequadas. Parece-nos que, por meio desse mecanismo estruturante, o locutor deixa claro que é ele o responsável pela recuperação salarial e pela melhoria das polícias no Rio Grande do Sul.

No terceiro texto – “Coxas confiantes” –, o mecanismo estruturante é o tempo. Embora o locutor se marque em seu discurso por meio de indicadores de subjetividade, o texto se estrutura em torno da noção de tempo. Verifica-se, na globalidade do texto, que é evidenciado um contraste entre termos e expressões usados em romances antigos e sua aplicação na vida contemporânea. É importante pôr em relevo que tal contraste é marcado temporalmente. Mesmo quando o locutor se vale da conjunção adversativa “mas” para expressar o contraste, é em tempos diferentes que se localizam os elementos contrastantes.

Desejamos que esta tese tenha como alocutários, além de estudiosos da Teoria da Enunciação benvenistiana, também professores de língua materna, pois uma análise enunciativa de textos, como a que propusemos, ao conceber forma e sentido como noções imbricadas, pode contribuir para o desenvolvimento da competência linguística dos alunos. No momento em que se conjugam forma e sentido na análise de um texto, este não mais será visto apenas como mero “depósito” de formas a serem rotuladas morfológica ou sintaticamente nem somente como um conjunto de ideias apreendidas com base na intuição ou na cultura do leitor, o que se constata ainda em muitas salas de aula. Propomos que o professor oriente seus alunos a olharem, na busca do sentido, para a arquitetura singular de cada texto, para o arranjo sintagmático, nos planos global e analítico, para a forma, cada vez inédita, com que o locutor se inscreve em seu texto.

Para concluirmos, resta ainda dizer que certamente não conseguimos desnudar todas as formas nem desvendar todos os sentidos, uma vez que a análise enunciativa nunca é exaustiva. Além disso, como a análise que empreendemos é um ato enunciativo e, assim sendo, é singular, outras análises enunciativas poderiam, talvez, focalizar outros procedimentos acessórios que porventura ignoramos. Esperamos, com esta tese, ter dado um primeiro passo, talvez ainda trôpego, na segunda via proposta por Benveniste.

REFERÊNCIAS

- ARESI, Fábio. Os índices específicos e os procedimentos acessórios da enunciação. *ReVEL*, v. 9, n. 16, mar. 2011.
- AUSTIN, John Langshaw. *How to do things with words*. Oxford: Oxford University Press, 1962.
- AUTHIER-REVUZ, Jacqueline. *Entre a transparência e a opacidade: um estudo enunciativo do sentido*. Apresentação de Marlene Teixeira; revisão técnica da tradução: Leci Borges Barbisan e Valdir do Nascimento Flores. Porto Alegre: EDIPUCRS, 2004.
- AZEVEDO, Gustavo. O quadro-negro do futuro. *Zero Hora*, Porto Alegre, ano 47, n. 16.433, p. 36, 31 ago. 2010.
- BENVENISTE, Émile. A filosofia analítica e a linguagem. In: _____. *Problemas de linguística geral I*. 5. ed. Campinas: Pontes, 2005a, p. 294-305.
- _____. A forma e o sentido na linguagem. In: _____. *Problemas de linguística geral II*. Campinas: Pontes, 1989a, p. 220-242.
- _____. A linguagem e a experiência humana. In: _____. *Problemas de linguística geral II*. Campinas: Pontes, 1989b, p. 68-80.
- _____. A natureza dos pronomes. In: _____. *Problemas de linguística geral I*. 5. ed. Campinas: Pontes, 2005b, p. 277-283.
- _____. As relações de tempo no verbo francês. In: _____. *Problemas de linguística geral I*. 5. ed. Campinas: Pontes, 2005c, p. 260-276.
- _____. Da subjetividade na linguagem. In: _____. *Problemas de linguística geral I*. 5. ed. Campinas: Pontes, 2005d, p. 284-293.
- _____. Estrutura da língua e estrutura da sociedade. In: _____. *Problemas de linguística geral II*. Campinas: Pontes, 1989c, p. 93-104.
- _____. Estrutura das relações de auxiliaridade. In: _____. *Problemas de linguística geral II*. Campinas: Pontes, 1989d, p. 181-198.
- _____. Estrutura das relações de pessoa no verbo. In: _____. *Problemas de linguística geral I*. 5. ed. Campinas: Pontes, 2005e, p. 247-259.
- _____. O antônimo e o pronome em francês moderno. In: _____. *Problemas de linguística geral II*. Campinas: Pontes, 1989e, p. 201-219.
- _____. O aparelho formal da enunciação. In: _____. *Problemas de linguística geral II*. Campinas: Pontes, 1989f, p. 81-90.
- _____. Os níveis da análise linguística. In: _____. *Problemas de linguística geral I*. 5. ed. Campinas: Pontes, 2005f, p. 127-140.
- _____. *Problèmes de linguistique générale, I*. Paris: Gallimard, 1966.
- _____. *Problèmes de linguistique générale, 2*. Paris: Gallimard, 1974.

_____. Saussure após meio século. In: _____. *Problemas de linguística geral I*. 5. ed. Campinas: Pontes, 2005g, p. 34-49.

_____. Semiologia da língua. In: _____. *Problemas de linguística geral II*, Campinas: Pontes, 1989g, p. 43-67.

_____. Vista d'olhos sobre o desenvolvimento da linguística. In: _____. *Problemas de linguística geral I*. 5. ed. Campinas: Pontes, 2005h, p. 19-33.

BRESSAN, Nilvia Thaís Weigert. *O deserto de uma metassemântica esconde tamareiras em flor: o legado translinguístico de Émile Benveniste*. Tese (Doutorado em Letras) - Instituto de Letras, UFRGS, Porto Alegre, 2010.

CHARAUDEAU, Patrick. De la competencia social de comunicación a las competencias discursivas. *Revista Latinoamericana de Estudios del Discurso*. Caracas: n. 1, p. 7-22, ago. 2001.

_____. *Grammaire du sens et de l'expression*. Paris: Hachette Livre, 1992.

DESSONS, Gérard. *Émile Benveniste, l'invention du discours*. Paris: Éditions in Press, 2006.

DICTIONNAIRE Larousse. Disponível em: <<http://www.larousse.fr/dictionnaires/francais/intenter>>. Acesso em: 13 maio 2011.

FIORIN, José Luiz. *As astúcias da enunciação: as categorias de pessoa, espaço e tempo*. 2. ed. São Paulo: Ática, 2002.

FLORES, Valdir do Nascimento. *Sujeito da enunciação e o esboço de uma reflexão sobre singularidade enunciativa*. Tese (Pós-Doutorado em Linguística). Orientação de Claudine Normand. Université de Paris XII, Paris, 2008.

_____. Princípios para a definição do objeto da linguística da enunciação: uma introdução (primeira parte). *Letras de Hoje*, Porto Alegre, v. 36, n. 4, p. 7-67, dez. 2001.

_____. Fato, nível da análise linguística e transcrição: três operadores da análise enunciativa. (no prelo).

_____. O lugar metodológico da análise da enunciação em relação aos níveis da análise linguística. In: BATTISTI, Elisa; COLLISCHONN, Gisela (Orgs.). *Língua e linguagem: perspectivas de investigação*. 1. ed., 2010, v. 1, p. 45-57.

FLORES, Valdir do Nascimento et al. (Orgs.). *Dicionário de linguística da enunciação*. São Paulo: Contexto, 2009.

_____. *Enunciação e gramática*. São Paulo: Contexto, 2008.

_____; TEIXEIRA, Marlene. *Introdução à linguística da enunciação*. São Paulo: Contexto, 2005.

FREGE, Gottlob. Sobre o sentido e a referência. In: _____. *Lógica e filosofia da linguagem*. Seleção, introdução, tradução e notas de Paulo Alcoforado. São Paulo: Cultrix/Editora da USP, 1978.

HOUAISS, Antônio. *Dicionário Houaiss da língua portuguesa*. Rio de Janeiro: Objetiva, 2001.

LICHTENBERG, Sônia. Usos de todo: uma abordagem enunciativa. *Letras de Hoje*, Porto Alegre, v. 36, n. 4, p. 147-181, dez. 2001.

_____. Para o estudo da sintaxe da enunciação. *Letras de Hoje*, Porto Alegre, v. 39, n. 4, p. 186-196, dez. 2004.

_____. *Sintaxe e enunciação*: noção mediadora para reconhecimento de uma linguística da enunciação. Tese (Doutorado em Letras) - Instituto de Letras, UFRGS, Porto Alegre, 2006.

MELLO, Vera Helena Dentee de; FLORES, Valdir do Nascimento. Enunciação, texto, gramática e ensino de língua materna. *Ciências & Letras*, Porto Alegre, n. 45, p. 193-218, jan./jun. 2009.

NORMAND, Claudine. Os termos da enunciação em Benveniste. Tradução de: Marion Vera Maier Dayon. Revisão de: Eduardo Guimarães. In: OLIVEIRA, Sérgio et al. *O falar da linguagem*. São Paulo: Louvise, 1996.

_____. Convite à linguística. FLORES, Valdir do Nascimento; BARBISAN, Leci Borges (Orgs.). São Paulo: Contexto, 2009.

ONO, Aya. *La notion d'enonciation chez Émile Benveniste*. Limoges: Lambert-Lucas, 2007.

ORECCHIONI, Catherine-Kerbrat. *L'énonciation*. Paris: Armand Colin Éditeur, 1999.

SALÁRIO RECUPERADO. BRIGADA MILITAR MAIS FORTE. ESTADO MAIS SEGURO. *Zero Hora*, Porto Alegre, ano 48, n. 16.784, p. 11, 18 set. 2011.

SANTETTI, Cladis. A subjetividade no gênero notícia: uma análise enunciativa. Trabalho de Conclusão de Curso de Letras. São Leopoldo: UNISINOS, 2010.

SAUSSURE, Ferdinand de. *Curso de linguística geral*. Tradução de: Antônio Chelini, José Paulo Paes e Izidoro Blikstein. 7. ed. São Paulo: Cultrix, 1975.

_____. *Escritos de linguística geral*. Tradução de: Carlos Augusto Leuba Salum e Ana Lucia Franco. São Paulo: Cultrix, 2002.

TEIXEIRA, Marlene. *Análise de discurso e psicanálise*: elementos para uma abordagem do sentido no discurso. 2. ed. Porto Alegre: EDIPUCRS, 2005.

VERÍSSIMO, Luís Fernando. Coxas confiantes. *Zero Hora*, Porto Alegre, ano 48, n. 16.690, p. 2, 16 jun. 2011.

CORPUS ANALISADO

Livros

ADAM, Jean-Michel. *A linguística textual*: introdução à análise textual dos discursos. São Paulo: Cortez, 2008.

BRONCKART, Jean-Paul. *Atividade de linguagem, textos e discursos*: por um interacionismo sócio-discursivo. Tradução de: Anna Rachel Machado e Péricles Cunha. São Paulo: EDUC, 1999.

CHARAUDEAU, Patrick. *Discurso das mídias*. Tradução de: Angela M. S. Corrêa. São Paulo: Contexto, 2006.

FIORIN, José Luiz. *As astúcias da enunciação: as categorias de pessoa, espaço e tempo*. 2.ed. São Paulo: Ática, 2002.

KOCH, Ingedore Grunfeld Villaça. *A inter-ação pela linguagem*. 4. ed. São Paulo: Contexto, 1998.

MAINGUENEAU, Dominique. *Análise de textos de comunicação*. Tradução de: Cecília P. de Souza-e-Silva e Décio Rocha. 2. ed. São Paulo: Cortez, 2002.

Artigos

AGUSTINI, Cármen L. H.; ALFERES, Sirlene C.; LEITE, João de Deus. Rasura: da subjetividade na textualização de textos acadêmicos. *ReVEL*, v. 9, n. 16, mar. 2011.

ANDERSEN, Elenice Maria Larroza. La persona em lengua española. *Alfa*, São Paulo, 54 (1), p. 177-202, 2010.

_____. Um olhar sobre o *tu* na interação pela linguagem. *ReVEL*, v. 7, n. 13, ago. 2009.

ANDRADE, Lourdes; CARNEVALE, Lucia. Níveis de descrição linguística na abordagem de falas de crianças com retardo de linguagem. *Letras de Hoje*, Porto Alegre, v. 39, n. 3, p. 331-336, set. 2004.

ARAÚJO, Inês Lacerda. Por uma concepção semântico-pragmática da linguagem. *ReVEL*, v. 5, n. 8, mar. 2007.

ARESI, Fábio. Os índices específicos e os procedimentos acessórios da enunciação. *ReVEL*, v. 9, n. 16, mar. 2011.

AUTHIER-REVUZ, Jacqueline. A representação do discurso outro: um campo multiplamente heterogêneo. *Calidoscópico*, v. 6, n.2, maio/ago. 2008.

AZEVEDO, Isabel Michelan de; CORDEIRO, Gláís Sales. O interacionismo sociodiscursivo: como trabalhar com sequências didáticas e analisar as produções dos alunos de narrativas de aventuras de viagem. *Calidoscópico*, v. 2, n.2, jul/dez 2004.

BARBISAN, Leci Borges. Língua e fala: conceitos produtivos de teorias enunciativas. *Letras de Hoje*, Porto Alegre, v. 39, n. 4, p. 67-78, dez. 2004.

BARROS, Mariana Luz Pessoa de. Tempo e memória. *Alfa*, São Paulo, 53 (2), p. 537-555, 2009.

BENTES, Anna Cristina. Processos de referenciação em duas configurações narrativas: o conto popular e a estória real. *Cadernos de Estudos Linguísticos*, Campinas, n. 41, p. 177-189, jul./dez. 2001.

BEZ, Alessandra da Silveira. Tradução: palavras (des) construídas e (in) acabadas. *ReVEL*, v. 9, n. 16, mar. 2011.

- BIGLARI, Amir. La passion du désespoir dans le poème “veni, vidi, vixi”, de Victor Hugo. *Alfa*, São Paulo, 53 (2), p. 523-535, 2009.
- BONNIN, Juan Eduardo. Posiciones y posicionamientos: análisis comparativo de discursos religiosos y políticos. *ReVEL*, v. 4, n. 6, mar. 2006.
- BORBA, Valquíria Machado. A subjetividade em salas de bate-papo. *ReVEL*, v. 3, n. 4, mar. 2005.
- BORGES, Paulo R. S. A pessoalização do pronome “a gente” sob a perspectiva da Teoria da Enunciação de Émile Benveniste. *Letras de Hoje*, Porto Alegre, v. 39, n. 4, p. 163-172, dez. 2004.
- BRONCKART, Jean-Paul. Les différentes facettes de l’interactionisme sócio-discursif. *Calidoscópio*, v. 3, n.2, maio/ago. 2005.
- BRUNELLI, Anna Flora. Aconselhamentos de autoajuda: um caso de captação do gênero proverbial. *Alfa*, São Paulo, 50 (1), p. 113-128, 2006.
- CALIL, Eduardo; FELIPETO, Sonia Cristina. Rasuras e operações metalinguísticas: problematizações e avanços teóricos. *Cadernos de Estudos Linguísticos*, Campinas, n. 39, p. 95-110, jul./dez. 2000.
- CARMO JUNIOR, José Roberto do. A enunciação musical em duas interpretações de Chopin. *Alfa*, São Paulo, 53 (2), p. 479-499, 2009.
- CASTILHO, Ataliba T. de. Fundamentos teóricos da gramática do português culto falado no Brasil: sobre o segundo volume, classes de palavras e as construções gramaticais. *Alfa*, São Paulo, 51 (1), p. 99-135, 2007.
- CASTRO, Maria Fausta Pereira de. Sobre a constituição dos *corpora* no campo da aquisição da linguagem. *Organon*, Porto Alegre, v. 23, n. 46, p. 15-25, jan./jun. 2009.
- CAVALHEIRO, Juciane dos Santos. Linguística/Literatura: um diálogo possível? *Letras de Hoje*, Porto Alegre, v. 39, n. 4, p. 45-54, dez. 2004.
- COSTA, Iara Bemquerer. Cadeias referenciais no português falado. *Organon*, Porto Alegre, v. 14, n. 28-29, p. 33-54, 2000.
- COUDRY, Maria Irma Hadler. A linguagem em funcionamento na afasia. *Letras de Hoje*, Porto Alegre, v. 36, n. 3, p. 449-455, set. 2001.
- _____. Linguagem e afasia: uma abordagem discursiva da neurolinguística. *Cadernos de Estudos Linguísticos*, Campinas, n. 42, p. 99-129, jan./jun. 2002.
- CRUZ, Fernanda Miranda da. O estudo da memória sob uma abordagem neurolinguística: as inter-relações entre linguagem e memória. *Cadernos de Estudos Linguísticos*, Campinas, n. 45, p. 49-57, jul./dez. 2003.
- CRUZ, Marcio Alexandre. A filologia saussureana: debates contemporâneos. *Alfa*, São Paulo, 53 (1), p. 107-126, 2009.
- CUNHA, Cleide Lucia. Sequência descritiva e argumentação. *ReVEL*, v. 4, n. 6, mar. 2006.

CURTI, Maria Teresa Teani de Freitas. A questão do conceito de unidade em Saussure e sua relação com a fala da criança com gagueira. *Cadernos de Estudos Linguísticos*, Campinas, n. 52(1), p. 103-114, jan/jun 2010.

D'ÁVILA, Nerci. A enunciação em Benveniste e em Ducrot. *Letras de Hoje*, Porto Alegre, v. 39, n. 4, p. 151-162, dez. 2004.

DEL RÉ, Alessandra. Jogos de pronomes, marcadores linguísticos e movimento discursivo no diálogo entre uma criança e seus pais: manifestação da subjetividade linguageira? *Alfa*, São Paulo, 54 (2), p. 405-429, 2010.

_____. Um caminho em direção à constituição da identidade na criança: enunciação, linguagem e cognição. *Letras de Hoje*, Porto Alegre, v. 44, n. 3, p. 44-52, jul./set. 2009.

DIAS, Luiz Francisco. Enunciação e regularidade sintática. *Cadernos de Estudos Linguísticos*, Campinas, n. 51(1), p. 7-30, jan./jun. 2009.

DISCINI, Norma. Semiótica: da imanência à transcendência (questões sobre o estilo). *Alfa*, São Paulo, 53 (2), p. 595-617, 2009.

DUCARD, Dominique. Sentido oposto, ambivalência, complementaridade: notas de leitura seguidas de um estudo semiolinguístico de “abandon”. *Letras de Hoje*, Porto Alegre, v. 44, n. 1, p. 72-79, jan./mar. 2009.

DUCRET, Cecilia Blezio. Es posible la noción de enunciación en la lingüística saussureana? Reflexiones sobre el lugar del sujeto. *Cadernos de Estudos Linguísticos*, Campinas, n. 52(1), p. 37-44, jan./jun. 2010.

DUTRA, Myriam Cadorin. Em busca de uma linguística que sirva para viver. *Letras de Hoje*, Porto Alegre, v. 39, n. 4, p. 121-136, dez. 2004.

ENDRUWEIT, Magali Lopes. A escrita em Saussure. *ReVEL*, edição especial n. 2, 2008.

_____. A teoria da enunciação e a escrita. *Letras de Hoje*, Porto Alegre, v. 39, n. 4, p. 89-96, dez. 2004.

ESCOBAR, Gonzalo Águila. Importancia del lenguaje en el conocimiento y la ciencia. *ReVEL*, v. 5, n. 8, mar. 2007.

FERARY, Sonia Gomes-Jordana. El proverbio delocutivo y la opinión personal: nuevas observaciones sobre la combinación del proverbio con el verbo performativo “Je trouve que”. *Letras de Hoje*, Porto Alegre, v. 39, n. 1, p. 133-154, mar. 2004.

FERNANDES, Ivani C. S. Enunciação, escrita e persuasão: um estudo de caso das publicidades marcadas pela “pessoalização”. *ReVEL*, v. 9, n. 16, mar. 2011.

FINATTO, Maria José Bocorny. Terminologia e Linguística de Corpus: da perspectiva enunciativa aos novos enfoques do texto técnico-científico. *Letras de Hoje*, Porto Alegre, v. 39, n. 4, p. 97-106, dez. 2004.

FIORIN, José Luiz. O pathos do enunciatário. *Alfa*, São Paulo, 48(2), p. 69-78, 2004.

FLORES, Valdir do Nascimento. A enunciação e os níveis de análise linguística em dados de distúrbios de linguagem. *Organon*, Porto Alegre, v. 23, n. 46, p. 177-190, jan./jun. 2009.

_____. Entre o dizer e o mostrar: a transcrição como modalidade de enunciação. *Organon*, Porto Alegre, v. 20, n. 40-41, p. 61-75, 2006.

_____. Por que gosto de Benveniste? (um ensaio sobre a singularidade do homem na língua). *Letras de Hoje*, Porto Alegre, v. 39, n. 4, p. 217-230, dez. 2004.

_____. Princípios para a definição do objeto da linguística da enunciação: uma introdução. *Letras de Hoje*, Porto Alegre, v. 36, n. 4, p. 7-67, dez. 2001.

FLORES, Valdir do Nascimento; ARESI, Fábio. O funcionamento enunciativo do par pergunta-resposta em situação de clínica dos distúrbios de linguagem. *Calidoscópico*, v. 6, n.2, maio/ago. 2008.

_____; NUNES, Paula Ávila. Extériorité et interiorité linguistique: quelques notes préliminaires sur l'abordage du sujet dans le domaine de l'enonciation. *Cadernos de Estudos Linguísticos*, Campinas, n. 50(2), p. 189-200, jul./dez. 2008.

_____. Linguística da enunciação: uma herança saussuriana? *Organon*, Porto Alegre, v. 21, n. 43, p. 199-209, jul./dez. 2007.

_____; SILVA, Silvana. Aspecto verbal: uma perspectiva enunciativa do uso da categoria no português do Brasil. *Letras de Hoje*, Porto Alegre, v. 35, n. 3, p. 35-67, set. 2000.

_____; SURREAUX, Luiza Milano; KUHN, Tanara Zingano. Enunciação e sintoma de linguagem: um estudo sobre as relações metafóricas e metonímicas. *Calidoscópico*, v. 3, n.2, maio/ago. 2005.

FONTANA, Mônica Zoppi. Acontecimento, temporalidade e enunciação: definições terminológicas e o fato novo na ciência. *Cadernos de Estudos Linguísticos*, Campinas, n. 51(1), p. 69-94, jan./jun. 2009.

FOURNET, Arnaud. Michel Bréal (1832–1915), a forgotten precursor of enunciation and subjectivity. *ReVEL*, v. 9, n. 16, mar. 2011.

FREITAS, Ernani Cesar. A enunciação em texto jornalístico: o uso das categorias de tempo, espaço e pessoa. *ReVEL*, v. 9, n. 16, mar. 2011.

GIACOMELLI, Karina. Benveniste e a noção de disciplina: o espaço da linguística da enunciação. *Letras de Hoje*, Porto Alegre, v. 39, n. 4, p. 55-66, dez. 2004.

GIERING, Maria Eduarda. Contrato de comunicação, estratégias enunciativas e organização do discurso. *Letras de Hoje*, Porto Alegre, v. 39, n. 4, p. 9-17, dez. 2004.

GOMES, Neiva Maria Tebaldi. Em busca de um conceito de língua em Teorias da Enunciação. *Letras de Hoje*, Porto Alegre, v. 39, n. 4, p. 137-150, dez. 2004.

GRÉGIS, Rosi Ana. A alteridade no monólogo. *ReVEL*, v. 4, n. 6, mar. 2006.

HAAG, Cassiano R.; TEIXEIRA, Marlene. Construção enunciativa de referentes. *ReVEL*, v. 7, n. 13, ago. 2009.

ILARI, Rodolfo. Encore quelques délocutifs. *Delta*, São Paulo, v.18, número especial, p. 115-129, 2002.

KOELLING, Sandra Beatriz. Os dêiticos e a enunciação. *ReVEL*, v. 1, n. 1, ago. 2003.

KRIEGER, Maria da Graça. Terminologia revisitada. *Delta*, São Paulo, v. 16, n.2, p. 209-228, 2000.

_____.; SANTIAGO, Márcio Sales. Terminologia a serviço da informação: rede de palavras-chave para artigos de divulgação científica da Medicina. *Calidoscópico*, v. 7, n. 3, set./dez. 2009.

KUHN, Tanara Zingano. Enunciação e sintoma de linguagem: por um estudo sobre a construção da correferência em casos de retardo de linguagem. *Organon*, Porto Alegre, v. 20, n. 40-41, p. 179-214, jan./dez. 2006.

LEMOS, Claudia Thereza Guimarães de. Sobre os pronomes pessoais na fala da criança. *Letras de Hoje*, Porto Alegre, v. 39, n. 3, p. 9-25, set. 2004.

LICHTENBERG, Sônia. Para o estudo da sintaxe da enunciação. *Letras de Hoje*, Porto Alegre, v. 39, n. 4, p. 185-196, dez. 2004.

_____. Usos de algo: uma aplicação da teoria de Benveniste. *Organon*, Porto Alegre, v. 16, n. 32-33, p. 149-160, 2002.

_____. Usos de todo: uma abordagem enunciativa. *Letras de Hoje*, Porto Alegre, v. 36, n. 4, p. 147-181, dez. 2001.

LOBATO, Lucia. Formal features and parameter setting: a view from Portuguese past participles and romance future tenses. *Delta*, São Paulo, v.16, número especial, p. 99-128, 2000.

LOPES, Maria Ângela Paulino Teixeira. Processos de referenciação – ações cognitivas e sociodiscursivas em interação. *Calidoscópico*, v. 2, n.2, jul./dez. 2004.

MAINGUENEAU, Dominique. A unidade da linguística. *Calidoscópico*, v. 6, n.3, set./dez. 2008.

MORAIS, Maria Aparecida Torres. EPP generalizado, sujeito nulo e línguas de configuração discursiva. *Letras de Hoje*, Porto Alegre, v. 38, n. 1, p. 71-98, mar. 2003.

MORATO, Edwiges Maria. (In)determinação e subjetividade na linguagem de afásicos: a inclinação antirreferencialista dos processos enunciativos. *Cadernos de Estudos Linguísticos*, Campinas, n. 41, p. 55-74, jul./dez. 2001.

MORGENSTERN, Aliyah; PRÉNERON, Christiane. Père ou pair? Décalages et ajustements co-énonciatifs. *Alfa*, São Paulo, 54 (2), p. 431-457, 2010.

MOTA, Sara dos Santos. O (e) anunciar na fronteira: cenas enunciativas em jornais santanenses do final do século XIX, início do século XX. *ReVEL*, v. 9, n. 16, mar. 2011.

MURATA, Elza Kioko Nakayama Nenoki. Literatura e imaginário em “Leito de folhas verdes”. *Letras de Hoje*, Porto Alegre, v. 44, n. 4, p. 46-55, out./dez. 2009.

NEGRI, Lúgia. Quando o sujeito indetermina o sujeito. *Letras de Hoje*, Porto Alegre, v. 35, n. 3, p. 107-118, set. 2000.

NORMAND, Claudine. Leituras de Benveniste: algumas variantes de um itinerário demarcado. *Letras de Hoje*, Porto Alegre, v. 44, n. 1, p. 12-19, jan./mar. 2009.

OTTONI, Paulo. John Langshaw Austin e a visão performativa da linguagem. *Delta*, São Paulo, v.18, n.1, p. 117-143, 2002.

PALMA, Silvia. Comentarios sobre el funcionamiento semántico de los nombres de agente em español y em português de Brasil. *Letras de Hoje*, Porto Alegre, v. 40, n. 1, p. 87-93, mar. 2005.

PINTO, Rosalvo. Temporalidade discursiva e coesão temporal à luz do interacionismo sociodiscursivo. *Calidoscópico*, v. 2, n.2, jul./dez. 2004.

PIOVEZANI, Carlos. Saussure e o discurso: o Curso de Linguística Geral lido pela Análise do Discurso. *Alfa*, São Paulo, 52 (1), p. 7-20, 2008.

PIRES, Vera Lúcia. Sujeito e sentido em Bakhtin e Benveniste: os pontos de contato. *Letras de Hoje*, Porto Alegre, v. 39, n. 4, p. 231-237, dez. 2004.

_____; DIAS, Ana Beatriz F. A questão da significação na língua para Benveniste e para Bakhtin: é possível uma aproximação? *ReVEL*, v. 7, n. 13, ago. 2009.

RAYMUNDO, Valéria Pinheiro. Avaliação do grau de subjetividade nos processos de retextualização: fala/escrita e escrita/fala. *Letras de Hoje*, Porto Alegre, v. 40, n. 1, p. 267-298, mar. 2005.

RÖRIG, Cristina; BOTH, Joseline T. Propostas de trabalho com textos em livros didáticos: uma abordagem enunciativa. *ReVEL*, v. 9, n. 16, mar. 2011.

SANTIAGO, Márcio Sales; KRIEGER, Maria da Graça. Terminologia a serviço da informação: rede de palavras-chave para artigos de divulgação científica da Medicina. *Calidoscópico*, v. 7, n.3, set./dez. 2009.

SANTOS, Elisângela Rosa dos. Uma proposta de análise em sintaxe da enunciação. *Letras de Hoje*, Porto Alegre, v. 39, n. 4, p. 19-31, dez. 2004.

SCHÄFFER, Margareth. “Eu” conta a “tu” histórias que ouviu d’ “ele”: quem é ele? *Letras de Hoje*, Porto Alegre, v. 36, n. 4, p. 69-96, dez. 2001.

SCLIAR-CABRAL, Leonor; BORBA, Mercedes Teresinha de. Da forma não marcada ao sujeito da enunciação. *Letras de Hoje*, Porto Alegre, v. 36, n. 3, p. 667-673, set. 2001.

SELIGMANN-SILVA, Márcio. Do gênio da língua ao tradutor como gênio. *Delta*, São Paulo, v.19, número especial, p. 175-191, mês 2003.

SILVA, Alessandra Gomes da. Estudo da subjetividade no resumo através da anáfora conceitual. *Letras de Hoje*, Porto Alegre, v. 38, n. 3, p. 199-213, set. 2003.

SILVA, Carmem Luci da Costa. A argumentatividade na fala infantil. *Organon*, Porto Alegre, v. 16, n. 32-33, p. 105-124, 2002.

_____. A criança na estrutura enunciativa. *Organon*, Porto Alegre, v. 23, n. 46, p. 27-45, jan./jun. 2009.

_____. A fala da criança sob um olhar enunciativo. *Letras de Hoje*, Porto Alegre, v. 39, n. 4, p. 209-216, dez. 2004.

_____. Os princípios argumentativos subjacentes à polifonia da fala infantil. *Letras de Hoje*, Porto Alegre, v. 36, n. 4, p. 97-126, dez. 2001.

_____; ENDRUWEIT, Magali Lopes. O oral e o escrito sob o viés enunciativo: reflexões metodológicas. *ReVEL*, v. 9, n. 16, mar. 2011.

SILVA, Denise Lima Gomes da. Benveniste-Saussure: para além da ordem do dois? *ReVEL*, v. 9, n. 16, mar. 2011.

SILVA, Silvana. A sintaxe da língua em Benveniste: questões metodológicas. *Letras de Hoje*, Porto Alegre, v. 39, n. 4, p. 173-184, dez. 2004.

SIQUEIRA, João Hilton Sayeg de. Enunciação e leituras perceptiva e conceptiva. *Letras de Hoje*. Porto Alegre, v. 42, n. 2, p. 75-81, jun. 2007.

SOUZA, Pedro de. Escrita e corpo: vestígios subterrâneos da subjetivação. *Organon*, Porto Alegre, v. 20, n. 40-41, p. 215-229, jan./dez. 2006.

_____. Enunciações fora da ordem: falas escrituradas em salas virtuais de conversa. *Organon*, Porto Alegre, v. 16, n. 32-33, p. 61-76, 2002.

SURREAUX, Luiza Milano. Benveniste: um linguista que interessa à clínica da linguagem. *Letras de Hoje*, Porto Alegre, v. 39, n. 4, p. 79-87, dez. 2004.

_____. Hipótese sobre o funcionamento da linguagem. *Organon*, Porto Alegre, v. 20, n. 40-41, p. 157-177, jan./dez. 2006.

_____; LIMA, Tatiane Machado. Relações possíveis entre a linguística da enunciação e a clínica de linguagem. *ReVEL*, v. 9, n. 16, mar. 2011.

TEIXEIRA, Marlene. Benveniste: um talvez terceiro gesto? *Letras de Hoje*, Porto Alegre, v. 39, n. 4, p. 107-120, dez. 2004.

_____. Palavras para fazer ouvir interrogações. *Organon*, Porto Alegre, v. 20, n. 40-41, p. 231-253, jan./dez. 2006.

_____.; CHAMORRO, Deise. Adolescentes e primeiro emprego: da produção da experiência à estruturação subjetiva. *Alfa*, São Paulo, 49(2), p. 89-108, 2005.

_____.; FERREIRA, Sabrina. Leitura na escola: um barco à deriva? *Letras de Hoje*, Porto Alegre, v. 43, n. 1, p. 63-68, jan./mar. 2008.

TESSER, Nayr. O poder e a língua: elementos para a construção de um objeto teórico. *Letras de Hoje*, Porto Alegre, v. 36, n. 4, p. 203-223, dez. 2001.

_____. O poder no circuito da enunciação. *Calidoscópio*, v. 4, n.2, maio/ago. 2006.

TROIS, João Fernando de Moraes. O “retorno a Saussure” de Benveniste: a língua como um sistema de enunciação. *Letras de Hoje*, Porto Alegre, v. 39, n. 4, p. 33-43, dez. 2004.

_____. Por um novo paradigma: o *sinthoma* e a “Clínica de Linguagem”. *Organon*, Porto Alegre, v. 20, n. 40-41, p. 123-140, jan./dez. 2006.

VOGÜE, Sarah de. Os princípios organizadores da variedade das construções verbais. *ReVEL*, v. 9, n. 16, mar. 2011.

WEIGERT, Thaís. O lugar epistemológico da não pessoa no quadro teórico da enunciação. *Letras de Hoje*, Porto Alegre, v. 39, n. 4, p. 197-207, dez. 2004.

ZASSO, Silvana Maria Bellé. Enunciação, escrita e alfabetização: sobre a alteridade na linguagem. *Calidoscópico*, v. 4, n.2, maio/ago 2006.